

Maria Leonor Cruz Pontes

**A SÉ VELHA DE COIMBRA:**  
**uma proposta de interpretação museológica**

**Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra**

**2009**

Maria Leonor Cruz Pontes

**A SÉ VELHA DE COIMBRA:  
uma proposta de interpretação museológica**

Dissertação de Mestrado em Museologia e Património Cultural, na área de especialização em Museologia e Património Cultural, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob a orientação das Professoras Doutoras Irene Vaquinhas e Leontina Ventura

**Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra**

**2009**

## **RESUMO**

Este trabalho aborda, de forma sucinta, a história da Sé Velha de Coimbra, focando alguns dos seus aspectos mais discutíveis, nomeadamente as suas origens e construção. Analisa as várias campanhas de restauro de que o edifício foi alvo: desde as dirigidas por António Augusto Gonçalves (1893-1918), passando pelas efectuadas pela DGEMN ao longo do século XX, até as iniciadas mais recentemente pelo IPPAR. Procura-se enquadrar as intervenções no contexto cronológico e ideológico em que se desenvolveram.

Propõe-se uma nova função para a catedral, a sua reutilização para actividades culturais, nomeadamente o turismo cultural e religioso. Atendendo ao espaço e ao espólio disponíveis afigura-se que a melhor forma de dinamizar as potencialidades pedagógicas deste património será através da implementação de um centro interpretativo. Avança-se com a proposta de um percurso de visita, coerente e tanto quanto possível sequencial e de desenvolvimento de conteúdos que permitam a compreensão do monumento (tal como se apresenta hoje, mas também ao longo da sua evolução) e, simultaneamente, tornem a visita mais atractiva. Teve-se sempre presente a necessidade de não interferir com as actividades de culto religioso e de não prejudicar a conservação do edifício.

## **Palavras-chave**

Catedral de Coimbra, Sé Velha, história, restauro, musealização, centro interpretativo, percurso de visita, António Augusto Gonçalves, António de Vasconcelos,

*Aos meus Pais,*  
*pelo muito que me ensinaram e, mais valioso ainda,*  
*por me terem transmitido o espírito de curiosidade e de permanente aprendizagem.*

## *Índice*

1. Introdução .....	7
2. Breve historial do edifício: um passado de dúvidas e de polémicas.....	12
2.1. As origens controversas .....	12
2.2. A polémica quanto à autoria do risco do edifício .....	18
2.3. A controvérsia sobre a iniciativa e a datação das obras .....	20
2.4. As alterações ao longo do tempo (sécs. XIII- XVIII) .....	27
2.5. A perda do estatuto catedralício e as posteriores ocupações .....	35
2.6. A importância histórica: simbolismo, centro de fé e de cultura.....	38
3. As campanhas de restauro .....	42
3.1. A intervenção de António Augusto Gonçalves (1893-1918) .....	42
3.1.1. A obra .....	42
3.1.2.Reacções .....	62
3.1.3. A intervenção .....	64
3.1.4.Os seus ideais artístico-estéticos analisados através dos apontamentos manuscritos e da imprensaperiódica .....	68
3.1.5. Enquadramento internacional e nacional .....	80
3.2. A Intervenção da DGEMN ao longo do século XX .....	88
3.2.1. A finalização do restauro .....	88
3.2.2. Os princípios orientadores .....	96
3.2.3. Uma nova perspectiva .....	97

4. O monumento hoje .....	99
4.1. Os problemas de conservação .....	99
4. 2. Uma nova função: o turismo cultural .....	104
4.3. Proposta de programa museológico.....	111
4.3. 1. A opção por um centro interpretativo .....	111
4.3. 2. A definição de um percurso de visita .....	113
4.3. 3. O desenvolvimento de conteúdos e de materiais de apoio ....	121
4.3. 4. A possibilidade de abordagens específicas .....	124
4.3. 5. Sugestões de animação .....	126
5. Conclusão .....	133
Fontes e Bibliografia .....	137

## **Anexos**

Anexo A - Os «Tesouros da Sé»: a memória recuperada .....	146
Anexo B – Quadro sinóptico das intervenções da DGEMN (1923-1987) .....	156
Anexo C - Listagem dos locais onde será colocada Sinalética .....	161
Anexo D - Enumeração e localização dos espaços museológicos e religiosos .....	165
Anexo E - Pontos de comentário de um percurso com áudio-guias.....	168
Anexo F - Feira Medieval no largo da Sé Velha (Junho de 2009) .....	173
Anexo G - Percurso pelo românico coimbrão (fase B ou afonsino) .....	177
Anexo H - Guia do percurso de visita .....	179

## LISTA DE ABREVIATURAS

DGEMN – Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

ICOMOS – International Council of Monuments and Sites

IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico

IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico

LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil

L.P. – Livro Preto

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organizations

**Obs.** Nas transcrições de textos do século XIX e princípios do século XX, actualizou-se a grafia, mantendo-se a pontuação e a sintaxe originais.

## 1. Introdução

Esta dissertação tem como objectivo propor um programa museológico que valorize e dinamize a Sé Velha, otimizando as potencialidades de um património (arquitectónico mas também intangível) que podem ser desenvolvidas no âmbito do turismo e de outras actividades culturais.

A escolha do tema desta dissertação tem por motivo longínquo a nossa participação, desde 2001, no projecto do IPPAR (actual IGESPAR) de “Musealização da Sé Velha e respectivas dependências”. O IPPAR promoveu sob a orientação científica e técnica comum da Dra. Adília Alarcão, o desenvolvimento de projectos de musealização em quatro monumentos religiosos do distrito de Coimbra: a Sé Velha, a Sé Nova, o Mosteiro de Santa Cruz e o Mosteiro de Lorvão. Todos obedeciam a uma metodologia semelhante, partilhando o objectivo de garantir a preservação dos monumentos e a sua inteligibilidade para os visitantes, assim como a preocupação de respeitar o espaço de culto. Para cada caso foi constituída uma equipa pluridisciplinar, envolvendo diversas valências: museologia, história da arte, arquitectura, arquitectura paisagista, engenharia civil, iluminação, conservação e restauro e geologia<sup>1</sup>.

O programa proposto para a Sé Velha articula-se e interage com as outras vertentes do projecto que visam preservar mas também valorizar o monumento, tanto no seu todo como na sua envolvência.

Dedicamos a primeira parte da nossa dissertação aos aspectos históricos uma vez que, para se compreender esta realidade arquitectónica (e para a poder apresentar ao público), é fundamental analisar a sua construção, assim como os sucessivos acrescentos e reformas que foi sofrendo ao longo dos séculos. Pretendemos mostrar a passagem do tempo pelo monumento através da sucessão de estilos artísticos, mas

---

<sup>1</sup> - Sobre estes projectos veja-se Alarcão; Providência; Redol (2007).

também historiar o papel do monumento na evolução histórica, tanto da cidade como da própria nação portuguesa, pela sua ligação a eventos e personagens relevantes. Paralelamente queremos recuperar uma certa memória perdida, na medida em que uma parte significativa da riqueza da Sé não é visível. Diversos objectos (tanto de culto, como documentais) desapareceram ou encontram-se dispersos por vários locais (sobretudo em museus), e, especialmente, porque o seu papel centenário, enquanto pólo religioso e cultural, não é imediatamente perceptível.

Quantos aos aspectos históricos e artísticos da Sé Velha, existem diversos estudos feitos, sendo também diversas as interpretações apresentadas. Além da obra clássica de António de Vasconcelos, também Pierre David, Vergílio Correia e Nogueira Gonçalves se dedicaram ao seu estudo, assim como Manuel Real e Walter Rossa e, mais recentemente, Jorge de Alarcão. Embora sem a pretensão de confirmar a veracidade das análises interpretativas, cremos ser proveitoso abordar as diversas perspectivas quanto aos temas mais discutíveis sobre a catedral: as suas origens, a eventual alternância de culto religioso, a autoria do projecto undecentista, as datas da construção ou os contributos régio e episcopal para esse efeito.

Num outro capítulo, acompanhamos o processo de “desconstrução”, em grande parte configurado pelas campanhas de restauro realizadas, já que estas foram modelando o monumento tal e qual este hoje se apresenta.

De forma a ter um conhecimento mais adequado das campanhas de restauro realizadas no final do século XIX e inícios do século XX, utilizamos como fonte-base os registos de António de Vasconcelos na sua obra dedicada à Sé Velha, os quais se afiguram corresponder a um relatório minucioso e circunstanciado desses trabalhos. Complementarmente, recorreremos também à consulta de artigos da imprensa periódica bem como aos apontamentos manuscritos de António Augusto Gonçalves, a figura

principal dessa intervenção. Procurou-se também enquadrar as intervenções no contexto do tempo, em particular na transição do século XIX para o século XX, período durante o qual as questões do restauro mereciam grande atenção, senão mesmo uma acerbada polémica. A realização de intervenções noutros monumentos (embora algumas delas contestadas pelos critérios seguidos, suscitando polémica, especialmente, quando os resultados se revelaram desastrosos), contribuiu para criar uma conjuntura ideologicamente pesada, a que o caso da Sé Velha não terá ficado imune. Capta-se, neste contexto, a influência do Romantismo e das experiências que se iam realizando no estrangeiro, destacando-se as defendidas por Eugène Viollet-le-Duc.

Em termos cronológicos, foi possível continuar a acompanhar as intervenções efectuadas, através da documentação arquivada pela DGEMN, a qual contempla um alargado período de tempo, de 1919 a 1987, incluindo também uma valiosa colecção de fotografias. Nas primeiras décadas, os princípios teóricos e a acção da DGEMN pautaram-se pelos objectivos do Estado Novo de reconstrução nacional, sendo os monumentos um instrumento da propaganda ideológica do regime.

As novas perspectivas em relação ao património, desenvolvidas na segunda metade do século XX a nível internacional, acabariam por se repercutir em Portugal, sobretudo ao nível do trabalho levado a cabo pela DGEMN e, muito particularmente na Sé Velha. Referimo-nos em concreto à influência da carta de Veneza (1964) que sistematizou os princípios de conservação e de restauro de monumentos e sítios<sup>2</sup>. No caso concreto da Sé Velha, as experiências realizadas, em termos de conservação, além de pioneiras, assumiram a função de servir de modelo a outras intervenções. Porém, a

---

<sup>2</sup> - Portugal participou no II Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos dos Monumentos Históricos, reunido, em Veneza, de 25 a 31 de Maio de 1964, tendo a DGEMN apresentando exemplos nacionais de intervenções. Veja-se o artigo de Maria João Neto (2006: 94) e o texto da carta em [www.international.icomos.org/e\\_charte.htm](http://www.international.icomos.org/e_charte.htm) (28 Outubro 2009; 18.03).

imponência do material pétreo que confere beleza à Sé Velha contem o gérmen da sua própria destruição ao apresentar problemas de degradação, por vezes graves e até insolúveis.

Nas sociedades actuais, o património cultural adquiriu uma importância que torna obrigatória não só a sua preservação mas também a sua valorização<sup>3</sup>. No caso da Sé Velha, atendendo quer ao seu potencial didáctico mas também aos condicionamentos de espaços e de espólio, afigura-se-nos que a forma mais adequada de promover a sua valorização e divulgação será através da implementação de um centro interpretativo, proposta que apresentamos neste trabalho. Partimos, no entanto, do princípio que o centro interpretativo não se reduz a um espaço específico, antes será o próprio monumento no seu todo visitável. Assim, propõe-se um percurso de visita e o desenvolvimento de conteúdos que tornem o monumento mais atractivo para quem o visita e, especialmente, mais inteligível, proporcionando ao público os meios necessários à compreensão do monumento e do seu espólio artístico. Atendendo a que a maioria dos visitantes são turistas, visou-se como público-alvo o adulto com cultura mediana, sem descurar a necessidade de desenvolver outras estratégias para alcançar públicos mais específicos.

Um dos grandes desafios desta proposta seria o de encontrar um modelo sustentável de dinamização que incrementasse as potencialidades pedagógicas e turísticas do monumento sem prejudicar a sua função original, de local de culto

---

<sup>3</sup> - Veja-se a este propósito, um dos últimos documentos internacionais sobre esta temática, a carta de Cracóvia (2000) “Princípios para a conservação e restauro do património construído”. em [www.international.icomos.org/e\\_charte.htm](http://www.international.icomos.org/e_charte.htm) (28 Outubro 2009; 18.03) e o artigo de Maria João Neto (2002).

religioso, nem colocar em risco a sua conservação. Estas preocupações determinaram a opção por uma atitude de não excessiva intervenção.

Esta nova função social da Sé Velha, a sua reutilização para fins turísticos e outras actividades culturais, pode também envolver a articulação do monumento com outras visitas e a sua integração em percursos de temáticas variadas.

Como todas as dissertações, esta beneficiou de muitos e diversos contributos. Gostaríamos, por isso, de deixar registados alguns agradecimentos:

- às nossa queridas orientadoras, Doutoradas Irene Vaquinhas e Leontina Ventura, pelo constante aconselhamento científico, incentivo, sugestões de leitura e apoio à sua elaboração, não esquecendo as suas leituras sempre atentas e críticas;
- à Sra. Dra. Adília Alarcão e ao IPPAR pela confiança em mim depositada por me terem proporcionado a oportunidade de colaborar no seu projecto;
- a todas as demais pessoas que, por razões pessoais ou profissionais, me apoiaram na minha investigação, com destaque para o Sr. Dr. Santarém Andrade, do Gabinete Histórico da Cidade (Biblioteca Municipal de Coimbra), assim como os funcionários da extinta, mas não esquecida, delegação de Centro da DGEMN;
- uma palavra de solidariedade à Paula, minha companheira numa jornada que já vai longa, mas sem nunca perdermos a esperança de chegarmos ao fim.

Finalmente, uma palavra de carinho para a minha preciosa família. Creio que todos dispensam agradecimentos: a melhor recompensa que lhes posso dar é levar a bom termo este trabalho.

A todos, embora por razões tão diversas, muito obrigada.

## **2. Breve historial do edifício: um passado de dúvidas e de polémicas**

### **2.1. As origens controversas**

A Sé Velha de Coimbra situa-se dentro do núcleo muralhado medieval, num ponto nevrálgico de confluência de vários arruamentos, nomeadamente a via que ligava as duas principais portas da cidade (a do Castelo e a de Almedina). A imponência da sua estrutura arquitectónica é realçada pelo facto de se erguer sobre uma rocha que lhe serve de pedestal.

São obscuras as origens desta igreja de Santa Maria, envoltas ainda hoje em interrogações, o que tem conduzido a múltiplas e distintas interpretações. A pesquisa documental bem como a análise dos aspectos arquitectónicos mostram que o actual edifício corresponde a uma construção do séc. XII. No entanto, é preciso ter em linha de conta que a catedral, como instituição, é anterior e que o edifício foi precedido por outras construções mais antigas, sobre as quais pouco ou nada se sabe quanto à sua exacta configuração e datação. Têm sido colocadas diversas hipóteses, as quais se baseiam em tradições (mais ou menos credíveis) e em deduções ou conjecturas (mais ou menos lógicas ou fundamentadas).

É justamente a existência de edifícios anteriores que permite deduzir (ou pelo menos especular) que esta já seria a localização da catedral na época visigótica, pois, sendo a cidade desde então sede episcopal, teria que existir o respectivo templo. A Sé de finais do séc. VI deve ter sido edificada intramuros, como era habitual à época. Segundo Jorge de Alarcão (2008:71), é possível que já ocupasse o lugar onde, mais tarde, viria a estar a catedral românica<sup>4</sup>. Entre as peças reunidas por António Augusto Gonçalves, no Museu Nacional de Machado de Castro, provenientes das obras de reintegração da Sé Velha e da

---

<sup>4</sup> - Jorge de Alarcão admite que, com reconstruções, o conjunto edificado da época visigótica se possa ter mantido até à reconquista definitiva, em 1064 (Alarcão, 2008: 98).

área da igreja de S. João de Almedina, Virgílio Correia identificou alguns fragmentos com rosetas de sabor visigótico; porém, Manuel Real (1974:4) alerta para o perigo da classificação generalizada de toda a decoração de rosetas e quadrifólios como sendo visigótica, chamando a atenção para o facto de existirem várias igrejas asturianas, do séc. XII, com ornamentos de tradição pré-românica.

Do mesmo modo, António de Vasconcelos (1930, I, 30-31) acha provável, embora não o possa demonstrar, que fosse este o local da catedral, desde finais do séc. IX até à tomada de Coimbra por Almansor em 987<sup>5</sup>, já que, em documento do último quartel do séc. XI, a igreja é identificada como “a sé velha de Coimbra”<sup>6</sup>. Por sua vez, Pierre David (1943:19) associa as referências à *vetus ecclesia sedis*, detectadas nas cartas de 1086, à menção à *illa ecclesia nova*, em documentos de 1110, concluindo que o que então se construía era, não a catedral, mas sim um templo anexo que formava com a catedral um só corpo moral e jurídico, identificando-o como sendo a igreja de S. João de Almedina. Jorge de Alarcão (2008:98) considera, porém, que o adjetivo *vetus* se aplicará à antiguidade do bispado e não à fábrica da igreja.

É inegável que a urbe muçulmana teria uma mesquita, da qual, porém, não há quaisquer vestígios da sua localização, nem sequer indícios na toponímia da cidade (Alarcão, 2008:10). Para A. Vasconcelos (1930:I,28), é plausível que, pelo local de implantação da Sé Velha, a meio da cidade e afastada da muralha, aqui estivesse localizada

---

<sup>5</sup> - Neste capítulo, tomámos como base as explicações de António de Vasconcelos (1930:I, *passim*), por ser este o autor que mais longa e consistentemente se dedicou ao estudo da Sé Velha, podendo por isso ser considerado como um “clássico”, em termos de bibliografia.

<sup>6</sup> - *Vide* Vasconcelos (1930:I,30-32). A fonte em apreço é o *Livro Preto da Sé de Coimbra*, ed. crítica por Pe Avelino de Jesus da Costa, Leontina Ventura e M. Teresa Veloso, 3 vols., Coimbra, Arquivo da Universidade, 1977-1979, doc. nº 87 (daqui em diante citado por L. P. ).

a mesquita<sup>7</sup>, segundo a tradição consagrada por Fernando Magno ao culto cristão. A. Vasconcelos lembra ainda que, durante as obras de restauro, se encontrou, abaixo do piso do actual edifício da Sé Velha, um pavimento de argamassa e uma base de coluna de mármore que presume serem do edifício árabe. Por outro lado, embora partindo do mesmo dado – isto é, que os moçárabes mantiveram a sua liberdade de culto, o que impunha que cada diocese tivesse um templo que fosse a sua sede episcopal – António de Vasconcelos (1935/1993:8)<sup>8</sup> levantou a hipótese de os moçárabes terem escolhido outra igreja (dedicada à Virgem Santa Maria, para as funções episcopais, tendo a catedral sido convertida em mesquita) ao passo que Pierre David (1943:17) não encontra razões para a reconversão da igreja matriz em mesquita. Também Walter Rossa (2001: 245) não acha provável que, neste caso, o culto cristão tenha alternado com o islâmico, usando como indício o diferendo de D. Sesnando com o bispo de Toledo<sup>9</sup>, para supor que o mesmo teria acontecido em Coimbra.

Trata-se, por conseguinte, de um vasto campo de hipóteses, fundamentadas em argumentos contrários, os quais, apesar de convincentes, não são passíveis de verificação. Atente-se, como exemplar, na posição lógica mas cautelosa de Jorge de Alarcão: “Se a catedral estava onde a imaginámos desde a época visigótica, não temos razão séria para supor que tenha sido destruída para nela se implantar uma mesquita que, por sua vez, teria

---

<sup>7</sup> - Como não é a localização da mesquita que nos interessa, não vamos discutir a hipótese levantada por Walter Rossa (2001: 245-246) de que se situaria ao lado da Sé, opinião de que discorda Jorge de Alarcão (2008:102), tendo em conta a exiguidade do espaço para esse efeito.

<sup>8</sup> - O artigo intitulado “A Catedral de Santa Maria Colimbriense ao principiar o séc. XI – Mozarabismo desta região em tempos posteriores”, publicado na *Revista Portuguesa de História* (vol. I, 1941), encontra-se como apêndice em *A Sé Velha de Coimbra* (reedição, em 1993, do vol. II, de 1935).

<sup>9</sup> - Aquando da conquista de Toledo, em 1085, D. Sesnando, seguindo os ideais moçárabes, não concordou com a conversão da mesquita ao culto cristão.

sido destruída em 1064. Mas, desse período de 987 a 1064, não temos notícias directas de igrejas” (Alarcão, 2008:80).

De facto, António de Vasconcelos (1930:I,37) defendeu que, depois da reconquista da cidade por Fernando Magno, em 1064, o templo foi novamente consagrado ao culto católico, hipótese que baseou no testemunho de um fragmento de inscrição em calcário descoberto em 1895, durante as obras de restauração, usado como material de alvenaria nos alicerces do terceiro pilar a contar da porta (do lado do Evangelho) do edifício actual<sup>10</sup>. De acordo com A. Vasconcelos, a inscrição – de que apenas conhecemos um fragmento no qual se encontra a frase “MARIAE VIRGINIS” – teria sido posta em lugar de destaque no templo remodelado por D. Paterno (1080-88). Porém, Manuel Real (1974:42-43) associa a mesma obra ao episcopado de D. Crescónio (1092-1098), ou ao de D. Maurício Burdino (1099-1109). Por sua vez, Mário Barroca [2000, II (1): nº 42, 126-128] considera difícil optar por uma destas duas teorias com base em critérios epigráficos, pois o que está em discussão é uma diferença de apenas um quarto de século: a inscrição é do último quartel do séc. XI ou, quando muito, dos inícios do séc. XII. Esta inscrição, anunciando o orago a que se consagrava o templo, seria provavelmente o lintel do tímpano ocidental e “constitui o mais antigo testemunho epigráfico cristão procedente da Sé de Coimbra” (Barroca: *ibidem*: 128).

Fazendo fé em Pedro Álvares Nogueira<sup>11</sup>, A. Vasconcelos acreditava que a Sé teria sido muito danificada pelo ataque muçulmano de 1117. Durante o período em que a cidade esteve sem catedral, por esta se encontrar em reconstrução, ter-se-ia usado a igreja de S.

---

<sup>10</sup> - O fragmento em causa foi depositado no Museu Nacional de Machado de Castro, onde se encontra registado com o número de inventário 651.

<sup>11</sup> - Pedro Álvares Nogueira escreveu, no séc. XVI, o *Livro das Vidas dos Bispos de Coimbra*. Este cónego da Sé da Coimbra conhecia bem o cartório da sua Sé, o qual então seria muito mais completo. Contudo, segundo Pierre David (1943: 12), isso não o livrou de equívocos, pois Pedro Álvares Nogueira acaba por reflectir a tradição do seu tempo.

João de Almedina para realizar os actos de culto. A igreja de Santa Maria teria estado em ruínas ou em obras durante cerca de meio século (de 1117 até cerca de 1180), até ser reconstruída no mesmo local e sob a mesma invocação. Para Pierre David (1943:22-29), a destruição da Sé no tempo do conde D. Henrique é uma elaboração lendária: os documentos não só não referem a destruição, como dizem expressamente que a cidade resistiu ao cerco de três semanas. Segundo este autor, o templo pré-românico ainda estava de pé em 1139, pois foi “*in ecclesia Sancte Marie*” que, nessa data, D. Bernardo recebeu o arcebispo D. João Peculiar. Seguindo esta linha de ideias, Manuel Real (1974:46) afirma que “não podemos deixar de concluir que a catedral estava de pé. A sua reconstrução não foi motivada por qualquer derrocada, mas sim para prestígio do bispo e da cidade”<sup>12</sup>.

De todas as hipóteses e teorias apresentadas, independentemente do valor que se lhes atribua, cremos que vale a pena reter a ideia da sacralidade do lugar<sup>13</sup>. Quanto a factos, o primeiro que podemos tomar como seguro é que o que chegou até nós resulta de uma construção do séc. XII. Segundo António de Vasconcelos (1930:I,26), tratou-se de uma reedificação, e não de uma instituição ou fundação, pois anteriormente terão existido outros edifícios.

Relativamente às obras de construção do edifício do séc. XII, existe um documento que fornece algumas informações pormenorizadas. Trata-se de um texto inserto no *Livro Preto* em que se relatam os serviços prestados ao cabido e à catedral pelo bispo D. Miguel Salomão, nomeadamente a generosidade dos donativos feitos à Sé durante o seu

---

<sup>12</sup> - Sobre as razões que poderão ter contribuído para esta construção (prosperidade económica, vontade de prestígio do bispo e da cidade, mudança de funções devido à intenção de debelar a liturgia moçárabe, estado de ruína do edifício anterior, etc.) veja-se, por todos, Macedo (2005, 47-51 e 54-55)

<sup>13</sup> - Algumas das sepulturas encontradas, em frente da fachada ocidental, são anteriores à construção do templo, no séc. XII, o que também revela a antiguidade do carácter sagrado deste espaço.

episcopado<sup>14</sup>. Por esse documento, é possível saber, por exemplo, a época em que decorreu a construção, o grande impulso dado à obra por D. Miguel Salomão, o nome de três mestres que participaram nos trabalhos e até de algumas alfaias de culto adquiridas pelo bispo (por vezes com pormenor, como o frontal de altar feito por Mestre Ptolomeu, ou o gomil e bacia lavrados pelo ourives Félix). Mas aquilo que se esperaria que não suscitasse quaisquer dúvidas, deu azo a interpretações distintas, tendo gerado forte controvérsia. De acordo com a opinião de António de Vasconcelos (1930:I,56-60) foi encarregado de riscar o projecto da catedral um arquitecto que vivia em Lisboa, chamado Mestre Roberto. Foi incumbido de dirigir a execução, em Coimbra, Mestre Bernardo, que durante 10 anos superintendeu como mestre na obra. Ao fim desses 10 anos, faleceu e foi substituído por Mestre Soeiro, a quem coube levar a construção até ao fim. Durante esse tempo, Mestre Roberto, o provável autor do projecto, veio quatro vezes a Coimbra inspeccionar as obras – para que o edifício ficasse melhor, o mais perfeito possível, em todo o conjunto e, particularmente, no portal da igreja. Entretanto, outros autores fizeram diferentes interpretações deste mesmo documento: para Rebelo da Silva (1853:19) e Borges de Figueiredo (1886:124), Roberto veio verificar o trabalho de Bernardo, enquanto, segundo Felipe Simões (1870:18), veio aconselhar Soeiro.

---

<sup>14</sup> - L.P. doc. nº 3. Recorde-se que este cartulário da Sé foi mandado fazer pelo próprio bispo D. Miguel Salomão. Segundo A. Vasconcelos (1930:I,55), este registo do *Livro Preto*, assim como a comemoração necrológica de D. Miguel presente no *Livro das Kalendas*, reporta-se a uma única fonte: um diploma que existia no cartório do Cabido (*Minutatio testamentorum*).

Este mesmo documento também regista a generosidade de D. Miguel Salomão antes de ascender ao episcopado e depois de a ele ter renunciado. Sobre as liberalidades deste bispo veja-se Morujão (2005: 91-97).

## 2.2. A polémica quanto à autoria do risco do edifício

Um dos aspectos mais polémicos da interpretação do referido documento é a atribuição da autoria do projecto arquitectónico<sup>15</sup>. Assim, Virgílio Correia pôs algumas reticências à hipótese (levantada por A. Vasconcelos) de Roberto ter sido o autor do projecto, devido ao escasso número de vezes que visitou a obra e por não se saber se essas visitas ocorreram durante o mestrado de Bernardo ou no de Soeiro. Virgílio Correia aventou a possibilidade de o projecto ter vindo de fora, porque “a obra executada demonstra uma real mestria nos domínios da arquitectura, o conhecimento do estilo românico na sua fase evolucionada, e conseqüentemente a intervenção de técnicos especializados, alheios ao meio artístico português do tempo” (Correia: 1934)<sup>16</sup>. Pelo seu lado, António de Vasconcelos (1935:II,87) desvaloriza as críticas quanto ao número de visitas e ao momento em que elas ocorreram, procurando antes esclarecer o papel desempenhado por Mestre Roberto na construção da Sé Velha. Para tal, recorre à opinião dos principais autores que se ocuparam do assunto (Rebello da Silva, Felipe Simões e Borges de Figueiredo) e enfatiza o consenso de todos os autores, quanto ao facto de mestre Roberto não ter sido um simples mestre construtor (comparável a Bernardo ou a Soeiro), mas um arquitecto de categoria superior, sendo chamado quando havia dificuldades (Vasconcelos, 1935:II,79-85). Para este autor, a autoridade de Roberto na execução do projecto advinha de ser ele próprio o autor do plano<sup>17</sup>. Bernardo e, depois, Soeiro

---

<sup>15</sup> - Além das hipóteses já referidas, há ainda outras. Reinaldo dos Santos aponta como arquitectos da Sé mestre Bernardo e mestre Roberto (Santos, 1944 :237-248).

<sup>16</sup> - Quanto a esta possibilidade, se para A.Vasconcelos (1935:II, 84-85) não há indícios nem razão para isso, já Pierre David (1943:66) não tem dúvidas de que o mestre-de-obras veio mesmo de França.

<sup>17</sup> - Apesar de os documentos não dizerem expressamente quem é o autor do projecto, Vasconcelos acha que os documentos fornecem elementos que permitem procurar o autor entre os mestres que intervieram na execução do projecto.

executavam o que tinha sido riscado, mas só Roberto tinha autoridade e competência para resolver as dúvidas e para alterar o plano original.

Por sua vez, Pierre David (1943:41) assume a dificuldade em se precisar, com rigor, os papéis desempenhados pelos mestres mencionados no documento e levanta algumas outras questões: o texto não permite clarificar se Bernardo trabalhou ao todo por um período de 10 anos ou se esse prazo corresponde ao tempo do pagamento dos seus honorários pelo bispo D. Miguel Salomão, não se podendo deduzir, com segurança, que tenha sido o primeiro mestre da obra. Quanto a Roberto, não se sabe se veio aperfeiçoar a obra de Bernardo ou a de Soeiro. O que se pode afirmar, no seu entendimento da referida fonte, é que Bernardo e Roberto eram mestres-de-obras franceses, mas não se esclarece se um deles foi o autor do plano inicial, ou se tiveram predecessores. Para Pierre David (*ibidem*:44), o facto de o nome de Soeiro não aparecer no início do documento, mas sim intercalado numa emenda, indicia que D. Miguel Salomão não lhe atribuía a mesma importância que a Mestre Bernardo ou a Mestre Roberto.

Todavia, a polémica em torno da personagem de Mestre Roberto não se esgota aqui. Veja-se como Manuel Real (1974: *passim*), na esteira de Manuel Monteiro (citado por Real, 1974), critica as ideias de Nogueira Gonçalves (1938, *passim*), segundo o qual o arquitecto da Sé Velha foi Mestre Roberto<sup>18</sup>, que seria originário do Puy-de-Dôme<sup>19</sup> e que teria sido igualmente o autor da Igreja do Mosteiro de Santa Cruz<sup>20</sup>. Manuel Real

---

<sup>18</sup> - Usa como argumento que “o edifício mantém a mesma unidade de pensamento desde as infraestruturas até ao fechar da abóbadas” (Gonçalves, 1938:14).

<sup>19</sup> - Roberto teria feito a sua aprendizagem com os mestres averneses dos grandes edifícios clermontinos e teria adquirido outros conhecimentos, ao longo do caminho das peregrinações a Santiago, que terá percorrido para chegar a Portugal.

<sup>20</sup> - Na opinião de Nogueira Gonçalves, apesar da estrutura geral da Sé Velha e de Santa Cruz ser diversa, todos os outros elementos (como pilares, arquivoltas, proporções ou capitéis) são idênticos.

demonstrou a inexistência de elementos suficientes da “escola de Auvergne” para se reconhecer em Coimbra a presença de um arquitecto natural daquela região (defendendo a possibilidade de Mestre Roberto ser antes oriundo da zona do Maciço Central) e encontrou influências italianas no portal da Sé Velha. Segundo este historiador, Roberto não foi o autor do risco inicial, nem de Santa Cruz, nem da Sé Velha (Real, 1974:141). Ao proceder ao estudo arqueológico do monumento, Manuel Real concluiu que Roberto terá sido o autor de algumas partes da obra, como o portal<sup>21</sup> e a torre-lanterna (*ibidem*: 217), mas sugeriu que a autoria do projecto inicial da Sé tenha sido de Bernardo (*ibidem*: 259).

Ao reflectir sobre este assunto, Jorge de Alarcão (2008:118-120) lembra a possibilidade de Bernardo ter começado os trabalhos na Sé antes da ascensão de D. Miguel ao bispado em 1162; e levanta a hipótese de Roberto ter sido chamado por D. Miguel para rever o projecto aprovado pelo seu antecessor, D. João Anaia, acabando por concluir que “o problema da autoria do projecto da Sé continua tão sem incontroversa solução quanto o da data de início das obras” (Alarcão, 2008: 120).

### **2.3. A controvérsia sobre a iniciativa e a datação das obras**

O já citado documento do *Livro Preto* foi, ainda, usado por Rebelo da Silva (1853) para concluir, no que foi seguido por outros autores, que a iniciativa da obra se ficou a dever a D. Miguel Salomão. Esta hipótese foi refutada por Pierre David que achou que, dado o carácter nitidamente apologético do documento, caso D. Miguel tivesse sido o fundador, o texto não deixaria de o dizer expressamente (o que não se verifica). Na opinião deste medievalista, o que o texto mostra é que, no tempo de D. Miguel, a catedral estava em construção e prestes a ser concluída, mas não significa que os trabalhos começaram

---

<sup>21</sup> - É o próprio documento do *Livro Preto* (L. P. doc. nº3) que refere a intervenção de Roberto no portal.

com D. Miguel. Segundo Pierre David (1943:31-32), o verdadeiro fundador da Sé românica foi D. Afonso Henriques, e o templo estaria quase terminado antes da sua morte. O facto de, no seu testamento, o monarca estipular que, depois de finalizados os trabalhos da catedral, os seus mouros que aí trabalhavam deveriam passar para o serviço de Santa Cruz, indicia que se considerava que o acabamento da Sé estaria próximo. O nosso primeiro rei também contribuiu financeiramente para o mobiliário litúrgico e deixou uma soma para a construção do claustro. Manuel Real (1974:149), apesar de achar que se deve relativizar o facto de D. Afonso Henriques ser declarado o fundador da Sé na sua notícia obituária, chama a atenção para um outro argumento apresentado por Pierre David: a tradição existente na Sé acerca do fundador, pois todos os anos o cabido lia o respectivo memorial na véspera da morte de D. Afonso Henriques. No entanto, para António de Vasconcelos, o principal edificador da Sé Velha de Coimbra foi D. Miguel Salomão, sendo as dádivas feitas por este prelado, quer durante o seu episcopado (1162-1176), quer posteriormente, quando se retirou para Santa Cruz<sup>22</sup>, “indícios prováveis de que parte do templo já então se encontraria em estado de nele se realizarem as funções litúrgicas, embora a construção continuasse a executar-se” (Vasconcelos, 1930:I, 66). Na sua esteira, Nogueira Gonçalves (1938: 101) atribuiu ao bispo a iniciativa e realização da obra, que teria começado em 1162, quando D. Miguel ascendeu ao pontificado, ou pouco depois<sup>23</sup>.

A diferença de opiniões entre António de Vasconcelos e Pierre David articula-se com um outro diferendo acerca da data de construção da Sé e da sua abertura ao culto, o qual, por sua vez, entronca numa espécie de círculo vicioso em torno da interpretação de uma inscrição incompleta, quer quanto à sua leitura quer quanto à sua proveniência e

---

<sup>22</sup> - Registadas no *Livro Preto* (doc.nº3).

<sup>23</sup> - Para Francisco Pato de Macedo a edificação da Sé resultou da vontade conjugada de autoridades religiosas e laicas, não se devendo esquecer o papel que o clero diocesano e o conjunto dos fiéis terão desempenhado (Macedo: 2005, 45 - 47)

respectivo significado. Trata-se, em concreto, de uma pedra identificada no cemitério coimbrão dos Olivais, em 1931. A. Vasconcelos (1935:II,9-66) reconhece na peça a parte central de um altar românico e, por isso, a inscrição incompleta comemoraria a sagração deste altar e, provavelmente, do templo que o abrigara. Pelo teor da inscrição, o mesmo autor deduz que o altar pertencia a uma igreja edificada à custa do erário régio ou, pelo menos, com grandes subsídios régios. Depois de confrontar a peça com todas as igrejas importantes de Coimbra do séc. XII, Vasconcelos conclui tratar-se do altar da ábside da catedral. Para A. Vasconcelos, a edificação da catedral teria começado logo depois de D. Miguel Salomão ser bispo, em 1162, calculando que a obra demoraria não menos de 20 anos. Apenas se sabia que, em 1185, a Sé já estava aberta ao culto, pois aí foi sagrado e coroado rei D. Sancho I<sup>24</sup>. A. Vasconcelos, na análise a que procedeu da inscrição<sup>25</sup>, conjectura sobre as partes do texto que faltam e conclui que ela comemora a sagração daquele altar, em Novembro ou Dezembro de 1184.

Convicto de que a peça corresponde à parte central do altar construído a expensas de D. Miguel Salomão e que teria sido sagrado pelo seu sucessor, D. Martim Gonçalves, em 1184, António de Vasconcelos promoveu, em 1932, a sua reintegração na Sé Velha. António Augusto Gonçalves corroborou esta decisão, uma vez que, durante as obras de restauração da Sé, tinham sido encontrados na sacristia dois colunelos românicos de mármore<sup>26</sup>, cujo tamanho e ornamentação se conformavam com os do altar. Para A.

---

<sup>24</sup> - Quanto à tradição de coroação e unção litúrgica dos soberanos (tese defendida por José Mattoso e contestada por Peter Linehan) veja-se Pimentel (2005) que faz uma revisão crítica dos diversos argumentos (como a existência de coroas, a descrição pormenorizada do ritual feita por Frei António Brandão ou os elementos fornecidos por dois pontificais) e acrescenta, como dado novo nesta discussão, a edificação da Sé Velha.

<sup>25</sup> - A inscrição refere o 31.º ano de idade de D. Sancho, ou seja, entre 11 de Novembro de 1184 e 11 de Novembro de 1185.

<sup>26</sup> - Estavam no Museu Machado de Castro mas foram cedidos para integrar o altar na Sé Velha.

Vasconcelos, esta era a prova material de que o altar fora da Sé Velha, interpretando o facto de na sua composição entrarem materiais heterogéneos (parte central em calcário e os dois colunelos em mármore) como um reaproveitamento de antigos fustes do edifício ali existente anteriormente, o qual, segundo a tradição, teria sido a mesquita.

Pierre David (1943:87-99) também nesta matéria emite opinião e divergente, porquanto para ele a peça em questão constitui, só por si, a base de um pequeno altar, que não teria pertencido à Sé<sup>27</sup>. Este autor propõe outra leitura da data, Novembro ou Dezembro de 1174, período temporal que não parece corresponder à da sagração da Sé. Quanto aos dois colunelos de mármore, considera que é possível que tenham pertencido ao altar de D. Miguel (David, 1943:72). Da articulação de múltiplos elementos, Pierre David (1943:47-55) concluiu que a construção se iniciou entre 1140 e 1162, por iniciativa de Afonso Henriques, ou seja, trata-se de uma fundação real<sup>28</sup>, admitindo que a maior parte da obra estava terminada por volta de 1175 e a Sé já estava, então, aberta ao culto. O documento do *Livro Preto* sugere que, aquando da demissão de D. Miguel, em 1176, a obra estava quase concluída e os ofícios podiam ser aí celebrados<sup>29</sup>. Segundo o mesmo autor, a catedral pré-românica foi demolida entre 1139 e 1142, no bispado de D. Bernardo, o que contradiz alguns autores que afirmam que, cerca de 1140-1143, a igreja de S. João de Almedina desempenhava o papel que normalmente cabia à catedral, argumentando que esta havia sido destruída pelo ataque muçulmano de 1117.

---

<sup>27</sup> - Esta e outras ideias de P. David foram refutadas por Nogueira Gonçalves (1942, *passim*), que saiu em defesa do mestre já falecido, António de Vasconcelos.

<sup>28</sup> - Pierre David (1943:39) interpreta a determinação de D. Afonso II de se proceder à compra de bens cujos rendimentos se destinavam à conservação do edifício como um sinal de que o rei considerava a catedral como uma fundação régia, pela qual sentia responsabilidade.

<sup>29</sup> - Também J. Alarcão (2008:120) chama a atenção para o facto de as obras pagas por D. Miguel apontarem para uma construção finalizada: pavimentação das ábsides, o altar, frontais de altar, etc.

Outros autores também emitiram opinião sobre a peça em apreço (e sobre a respectiva inscrição): Virgílio Correia e Nogueira Gonçalves (1947:9) seguiram a interpretação de António de Vasconcelos. Já Manuel Real (1974:159-161) aceitou a leitura de Pierre David, defendendo, porém, que provinha da Sé. Mais recentemente, fruto da análise da inscrição e do confronto das opiniões emitidas, Mário Barroca [2000, II (1), 394-400] concluiu que o altar é da Sé Velha e que foi consagrado entre 11 de Novembro e 31 de Dezembro de 1174.

Também há diferenças de opinião quanto à data do início das obras. Pierre David, como vimos, situou o início da construção entre 1140 e 1162. Nogueira Gonçalves (1938: 99-103) colocou o decorrer dos trabalhos entre 1162 e 1184. Jorge de Alarcão (2008: 116-118) aceitando como provável que D. Miguel Salomão tenha sagrado a Sé, considera que não terá sido este prelado que deu início às obras, avançando a hipótese de a edificação se ter iniciado com o bispo D. João Anaia<sup>30</sup> (1148 a 1154) e ter prosseguido no tempo de D. Miguel.

Para António de Vasconcelos (1930:I,66-69), a igreja da Sé Velha terá sido erigida sem grandes interrupções, toda no estilo românico. A lanterna, sobre o cruzamento da nave com o transepto, teria sido a última parte do templo a ser construída, acusando já no cruzamento das ogivas a influência do novo estilo de transição<sup>31</sup>. Mas, para Pierre David (1943:61), esses arcos em ogiva não são suficientes para conferir à lanterna o carácter de

---

<sup>30</sup> - Segundo J. Alarcão (2008: 117) a hipótese das obras terem começado com D. João Anaia não tem sido considerada pelos historiadores devido à imagem negativa que se criou deste bispo. Veja-se como P. David (1943: 50) excluiu esta hipótese por considerar este pontificado demasiado curto e conturbado. Já J. Alarcão (2008: 117-118) acha que pode ter sido o carácter perdulário e nepotista de D. João Anaia que o levou a iniciar uma grande obra mal ponderada do ponto de vista financeiro. Sobre o bispado de D. João Anaia (marcado por problemas com o cabido, o arcebispo de Braga e o rei) e respectiva deposição veja-se Morujão (2005: 86-89).

<sup>31</sup> - Sobre a polémica quanto à integração estilística da torre lanterna e sobre as funções deste elemento arquitectónico veja-se Macedo (2005, 53-54).

uma obra ogival, pois a sua estrutura e as formas decorativas são ainda românicas. Por seu lado, Nogueira Gonçalves defende que a lanterna e o claustro são obras góticas. As diferenças detectadas entre a igreja e o claustro indicam que deve ter havido uma interrupção longa, baseando a sua conclusão na falta de ligação entre a lanterna gótica e a parte inferior<sup>32</sup>, bem como na imperfeita justaposição do claustro à igreja (Gonçalves, 1942: 63-64). Perante os argumentos apontados por Pierre David e por Nogueira Gonçalves, Manuel Real (1974: 255), após ter efectuado o estudo tipológico e estilístico da torre-lanterna, concluiu que todo o projecto é de Roberto e foi cumprido até ao fim<sup>33</sup>.

Ainda, segundo A. Vasconcelos, devem ter mediado alguns anos entre a conclusão da catedral e o início da construção do claustro, em estilo gótico. Este claustro, tal como a catedral, acusa unidade de plano e de execução, sendo esta suposição baseada no exame da arquitectura, o que a documentação confirma. O claustro foi construído durante<sup>34</sup> o reinado de D. Afonso II (1211-1223)<sup>35</sup>, à custa do erário régio<sup>36</sup>, embora não tenha ficado concluído. A. Vasconcelos admite que este tenha sido acabado antes de meados do séc. XIII. Contudo, para Pierre David, “esse claustro fica na linha divisória entre o românico e o ogival; o seu arquitecto já não é da mesma escola de Bernardo e de Roberto; mas certas formas de decoração românica mantêm-se na estrutura gótica” (David, 1943: 66). Assim,

---

<sup>32</sup> - Embora se tenham sobreposto admiravelmente, a parte superior da lanterna não é o seguimento natural da de baixo, tendo havido, por conseguinte, uma mudança de projecto.

<sup>33</sup> - Segundo Nogueira Gonçalves a lanterna, deixada inacabada pela campanha românica, teria sido erigida na primeira metade do século XIII (Gonçalves, 1938: 177).

<sup>34</sup> - Embora tenha havido legados anteriores (cf. nota 35).

<sup>35</sup> - Nogueira Gonçalves afirma mesmo que o claustro foi mandado executar por iniciativa e a expensas de D. Afonso II (Gonçalves, 1942:62).

<sup>36</sup> - Vasconcelos (1930:I,445-450) transcreve vários documentos referentes a fundos para a construção do claustro: desde “dinheiros de ouro” legados por D. Afonso Henriques até uma carta datada de 1240, em que D. Sancho II promete fazer entregar à Sé o que faltava da quantia destinada por seu pai à obra do claustro.

nas obras do claustro teria havido escultores de duas escolas: uns fiéis à decoração anterior e outros dominados pelas fórmulas góticas. P. David (1943:64-65) chama ainda a atenção para um grupo de capitéis, no centro da galeria oriental, tão rudes e tão arcaicos que os considera como restos aproveitados do primitivo. Para Manuel Real (1974:153 e 310), estas partes arcaizantes indicam que a primeira ideia do claustro se ficou a dever a Roberto. E, embora a maior parte da obra tenha sido feita no século XIII, nada permite inferir que o claustro só se tenha iniciado nesse século.

Quanto ao interior da igreja, António de Vasconcelos (1930:I, cap. III) faz uma reconstituição do seu aspecto primitivo: decorado com policromia e dourados<sup>37</sup>, teria apenas três altares (o da Virgem, na ábside, e os dos absidiolos). O pavimento da ábside e dos absidiolos era em pedra polida quadrada, disposta em xadrez. O pavimento das naves e transepto era lajeado, mas não corria todo no mesmo plano: a meio das naves (ao terceiro pilar), havia um degrau que atravessava o templo de um lado ao outro. O transepto era cortado em todo o seu comprimento por dois degraus, cujos topos, do lado norte, se inseriam entre a porta de Santa Clara e o espaço hoje ocupado pelo túmulo de D. Egas Fafes: encontraram-se vestígios (segundo Vasconcelos bem evidentes e irrecusáveis) destes degraus durante a restauração do templo, em finais do séc. XIX. Não havia túmulos, nem campas sepulcrais no pavimento, por serem interditas as inumações dentro dos templos. Na nave central, ficava o coro, mais concretamente ao longo do comprimento desde os terceiros pilares (onde se localizava o degrau) para cima. Entrava-se para o coro pelo transepto, que tinha um banco de cada lado, correndo junto aos pilares. Ao fundo, logo acima do degrau que cortava a nave, ficava o trono do bispo. Ao seu lado, estavam os assentos das quatro dignidades arqui-presbiteriais: à direita do bispo, o deão e o mestre-

---

<sup>37</sup> - Durante as obras de restauração, ainda se encontraram, nalguns pontos, vestígios da antiga pintura (Vasconcelos, 1930:I, 133).

escola; à esquerda, o chantre e o tesoureiro. Logo abaixo do degrau que atravessava as naves no lado da Epístola (mesmo em frente da porta de Santa Clara), abria-se um arco dando acesso a uma escada de ligação ao claustro, situado num nível muito superior ao da igreja.

#### **2.4. As alterações ao longo do tempo (sécs. XIII- XVIII)**

Após esta descrição do aspecto original da igreja, tentemos acompanhar as diversas modificações que foram sendo introduzidas ao longo dos séculos (Vasconcelos, 1930:I, *passim*). Logo no séc. XIII, foram abertas duas capelas: a de Santa Clara, por iniciativa do bispo D. Egas Fafes; e a de S. Geraldo, por iniciativa do bispo D. Pedro Martins. Da mesma maneira, foram-se abrindo arcos para acolher os túmulos de bispos. O primeiro bispo de Coimbra a ter sepultura dentro da catedral foi D. Tibúrcio (falecido em 1246), num túmulo com jacente mandado fazer por D. Afonso III, anos depois da sua morte; mas muitos outros se lhe seguiram: D. Egas Fafes, D. Pedro Martins, D. Martim Gonçalves, D. Bermudo, D. Estêvão Anes Brochardo, entre outros<sup>38</sup>. Também se foram abrindo sepulturas no pavimento da igreja, especialmente para clérigos. De entre as sepulturas de leigos, destacava-se a que pertence a D. Vataça, por não ser no pavimento, mas constituir um túmulo monumental colocado a meio da nave principal<sup>39</sup>.

Pontualmente, encontram-se referências documentais a obras no interior do templo, mas sem se identificar, com exactidão, a que correspondem. É o caso da intervenção levada a cabo no coro pelos cónegos, durante o episcopado de D. Gil Alma (1408-1415). O facto de, em 1415, o cabido ter assinado um contrato com o pintor João Martins, para pintura e douramento dessa obra, leva Vasconcelos (1930:I,161-162) a supor que se tratava de umas

---

<sup>38</sup> - Sobre estes túmulos veja-se Macedo (1995: 436-437)

<sup>39</sup> - Sobre D. Vataça (vida, bens, testamento feito à Sé, monumento funerário esculpido por Mestre Pêro) veja-se Coelho; Ventura (1987 a e 1987 b).

bancadas com alguma talha para substituir os bancos do coro. Aos cónegos também não satisfazia a localização do coro a meio da nave, por ser uma zona de confluência de ventos vindos das quatro portas, pelo que ergueram um coro alto, ao nível dos trifórios, ao fundo da igreja, o qual foi inaugurado em 1469. Este coro apoiava-se em dois arcos de cantaria que atravessavam a nave de pilar a pilar e, por baixo, era revestido por dois tectos mudéjares<sup>40</sup>.

Não admira que tenha sido justamente durante o pontificado de D. Jorge de Almeida (1483-1543), um dos bispos mais notáveis da Sé conimbricense, que se tenha realizado um conjunto numeroso de reformas, diversificadas e marcantes, até pelo seu valor artístico<sup>41</sup>. Mais precisamente deve-se-lhe o seguinte:

a) Ampliou e regularizou o adro, a norte e a oeste, da igreja, construindo um tabuleiro horizontal cercado de uma grade gótica de pedra. O acesso ao adro fazia-se pelas extremidades oriental e meridional, ao nível das ruas, e, em frente da porta principal da igreja, por uma escada de catorze degraus. Esta obra implicou o escambo de umas casas com a câmara municipal<sup>42</sup>, a demolição de habitações pertencentes à mesa capitular e a retirada do pelourinho.

---

<sup>40</sup> - Quando o coro foi demolido, em 1894, durante as obras de restauração, os tectos foram transferidos para o Paço Episcopal, actual Museu Nacional de Machado de Castro.

<sup>41</sup> - Recordem-se também as doações feitas por este bispo, nomeadamente de peças de ourivesaria, o que mostra não só a sua generosidade, mas também a sua sensibilidade artística. No *Livro das Kalendas* foi intercalado um caderno que indica as doações feitas à Sé em 1522 (fls.101v. – 104v.) e 1523 (fls.105 -105v.), que incluíam paramentos, tapeçarias, alfaias e vasos de prata dourada. Veja-se a transcrição em A. J. Costa (1983: 217-223).

<sup>42</sup> - A existência e localização destas casas foram usadas por A. Vasconcelos como argumento da inexistência de uma escadaria, na discussão sobre o acesso original ao portal ocidental. Porém, recentemente, Jorge de Alarcão propôs outra localização para essas casas (Alarcão, 2008:123 e fig. 50).

b) Realizou outras obras de menor envergadura e de feição mais ornamental, como a grade de pedra em estilo gótico, em frente do janelão sobre a porta principal. Ainda no exterior, reparou os telhados da ábside e da absidíola de S. Pedro, que recobriu a azulejos, e mandou encimar de ornatos góticos (seria assim também o da absidíola do Sacramento, que depois foi destruída) e colocou a guirlanda no topo da fachada oriental.

c) Outra obra de carácter ornamental, mas de grande impacto, foi o revestimento do interior da igreja com azulejos mudéjares, produzidos em Sevilha, cerca de 1503, pelo oleiro Martinez Quijarro e seu filho, Pedro de Herrera. A policromia dos variados desenhos que se combinavam neste revestimento extraordinário condizia com outra obra magnífica: o retábulo da capela-mor encomendado aos mestres flamengos Olivier de Gand e Jean d'Ypres.

d) Ainda no interior do templo, uma pia baptismal manuelina <sup>43</sup>, obra dos canteiros Pedro Anriques e seu irmão, foi colocada ao fundo da nave do Evangelho, protegida por uma grade de ferro.

e) Devido a estas reformas, houve um rebaixamento dos pavimentos da ábside e das absidíolas, e teve que se deslocar (e até, talvez, substituir) o primitivo altar fixo de Santa Maria (Vasconcelos, 1930: I, 180).

No final do pontificado de D. Jorge de Almeida, as obras são já de estilo renascentista, sendo disso exemplo as Portas Especiosas <sup>44</sup> e de Santa Clara, bem como o retábulo e altar de S. Pedro. Mandou ainda lavrar a sua campa, que se encontra à entrada da capela absidolar de S. Pedro. O altar em estilo renascença da capela de Santa Clara deve ser

---

<sup>43</sup> - Esta pia foi levada para a Sé Nova em 1772. A pia baptismal que actualmente se encontra na Sé foi também mandada fazer por D. Jorge de Almeida, mas para a igreja de S. João de Almedina, tendo vindo para a Sé em 1902.

<sup>44</sup> - Sobre a Porta Especiosa ver os excelentes estudos de Maria de Lurdes Craveiro (Craveiro, 2002 e 2003).

uma obra dos finais do pontificado de D. Jorge ou, mais provavelmente, do seu sucessor, D. Frei João Soares. Este bispo mandou construir a capela do Santíssimo, concluída em 1566, como o testemunha a data inscrita no tecto. Para esta construção foi preciso desfazer a parte posterior da absidíola da Epístola. A capela foi ornada com um retábulo e com um tabernáculo em pedra de Ançã.

Com o decorrer dos tempos, as modificações na Sé foram-se sucedendo, quer por iniciativa dos bispos, quer do cabido. Em 1565, os cónegos colocaram umas grades no coro de baixo para o resguardarem dos embates das pessoas. Os bancos deste coro viriam a ser substituídos durante o episcopado de D. Frei Gaspar do Casal (1579-1584).

Algumas notícias informam também sobre obras de manutenção. Numa sessão capitular de 1574, o cónego obreiro chamou a atenção para a sujidade do retábulo da capela-mor, mas nada deve ter sido feito então. Este só foi limpo em 1582, mandando-se também fazer as figuras que faltavam. De facto, no livro de receita e despesa de 1582-1583, registam-se várias despesas referentes a limpeza, pintura e douramentos, mas não consta que se tenham substituído as figuras desaparecidas.

Foi por volta de 1583-84 que se começaram a romper as paredes das naves laterais, para colocar retábulos de madeira e altares de alvenaria, o que coincidiu com a autorização (antes negada a outros) dada ao mestre-escola Duarte de Melo para abrir uma capela, dedicada a S. Miguel, executada pelo mestre Tomé Velho.

Outro bispo que se destacou pela grandiosidade das suas obras, de resto sempre assinaladas com o escudo das suas armas, foi D. Afonso Castelo Branco (1585-1615). As suas armas encontravam-se no chafariz que mandou erigir junto do adro, canalizando a água da fonte da Feira dos Estudantes. Entre 1600 e 1603, mestre Bernardo Coelho de Lisboa executou obras de reforma do coro de cima, ampliando-o. As paredes e abóbadas foram forradas com painéis de madeira de carvalho do Norte e os assentos substituídos por

cadeirais de igual madeira. A sua iniciativa mais espectacular foi uma magnífica sacristia, edificada em 1593 a toda a largura da igreja, fazendo desaparecer a face externa da ábside<sup>45</sup>. Uma descrição da catedral de Coimbra e sua castra, feita nos finais do primeiro quartel do séc. XVIII, a pedido da Real Academia de História, fornece muitos pormenores sobre esta sacristia: a porta de entrada ostentava as armas do Bispo; era de pedra abobadada, aí havendo imagens dos quatro grandes doutores da Igreja latina; tinha também um lavatório de pedra mármore, com água que provinha da nascente do claustro de baixo; entre outros ornatos<sup>46</sup>.

O espaço central do claustro, até aí arborizado<sup>47</sup>, foi ladrilhado, quando era prelado *in nomine* D. Jorge de Melo (1635-1638).

Segundo António de Vasconcelos (1930:I,195), na curta vacância da Sé, entre 1636 e 1638, “os cónegos deram largas à sua fantasia em obras escusadas”. Rasgaram quatro arcos para fazer as capelas das naves laterais, onde colocaram os retábulos e os respectivos altares de Santo António, Santa Úrsula, Rainha Santa e S. Sebastião. Como não lhes agradava a torre escura que se erguia sobre a lanterna do transepto (designada por coruchéu), em 1635 iniciaram o seu revestimento com azulejos azuis e brancos. Fizeram obras no coro da capela-mor (prolongando o seu pavimento e ocupando a maior parte da zona central do transepto), de acordo com o projecto do arquitecto Banhes, que tinha vindo de Lisboa para estudar esse problema. No entanto, esta disposição deve ter subsistido poucos anos, uma vez que parte da sepultura do bispo D. João Mendes de Távora (falecido

---

<sup>45</sup> - Como afirma António de Vasconcelos (1930:I,193), durante as obras de restauração esta sumptuosa sacristia foi demolida “como não podia deixar de ser”.

<sup>46</sup> - Esta descrição foi publicada por Vasconcelos (1930:I, 458-474).

<sup>47</sup> - No *Livro das Kalendas* há frequentes alusões às árvores do claustro (Vasconcelos:1930, I, 195, n. 1).

em 1646) corresponde ao espaço ocupado pelo coro da capela-mor, o que significa que, ao tempo, o coro já tinha sido suprimido.

À morte do bispo D. João Mendes de Távora, segue-se o primeiro grande período da sede vacante, com uma duração de 22 anos (1646-1668). Relativamente a essa época, não se encontram quaisquer registos de obras nos livros de despesas capitulares o que se deve atribuir ao facto de não se tratar de despesas do cabido, mas da mitra. A terem-se efectuado, devem ter sido apontadas em cadernos específicos que desapareceram. Para Vasconcelos há razões sólidas que permitem crer ter sido neste período que a capela-mor foi revestida a talha dourada.

Outro período de vacância, entre Janeiro de 1683 e Julho de 1684, foi aproveitado pelo cabido para deliberar a realização de todas as obras necessárias na igreja. Assim, rasgou-se um novo arco na nave da Epístola (entre a capela de S. Miguel e a escada para o claustro) e mandou-se fazer um retábulo em talha dourada para colocar a imagem de S. Tomás de Vila Nova, juntamente com uma relíquia desse Santo<sup>48</sup>. A preocupação em afectar as verbas, antes da eleição de um bispo, é denunciada pelo facto da empreitada de douramento do retábulo ter sido atribuída em Junho, sob condição de o trabalho principiar a partir de final de Setembro.

Nos finais do século XVII, inícios do século XVIII, o bispo D. João de Melo (1684-1704), a fim de imprimir maior solenidade aos actos litúrgicos, empreendeu grandes obras no coro: colocou duas séries de cadeiras de madeira exótica (angelim), a que servia de espaldar um retábulo que tinha emoldurados, em talha dourada, 14 quadros a óleo com cenas da vida de Nossa Senhora<sup>49</sup>. A fim de aumentar o espaço, cortou as colunas da nave,

---

<sup>48</sup> - Esta imagem foi transferida para a Sé Nova e, no seu lugar, foi colocada uma imagem de Nossa Senhora.

<sup>49</sup> - Estes cadeirais, assim como os quadros, podem ser vistos na Sé Nova, para onde foram deslocados.

ao nível do fecho dos arcos que a separam das naves laterais, e eliminou as partes dos fustes<sup>50</sup> e das bases, para se poder encostar o espaldar aos pilares. Além da mutilação, a obra prejudicava a perspectiva das naves. Para resolver o problema de iluminação (os taipais do coro tiravam luz às naves laterais), D. João ampliou também as duas frestas que havia no fundo da igreja<sup>51</sup>.

O bispo D. António de Vasconcelos e Sousa (1706-1717), por sua vez, mandou demolir o coruchéu por este ameaçar ruína e fez, em seu lugar, um zimbório ou meia laranja, revestido a azulejos azuis e brancos, rodeado de uma grade de ferro<sup>52</sup>.

Segue-se um grande período de sede vacante (1717-1739), mais uma vez aproveitado pelo cabido para gastar (ou esbanjar) as rendas da mitra. Mas, segundo Vasconcelos (1930:I,219), nesta fase excedeu-se tudo o que se fizera até à data. Entre 1720 e 1724, pareceu existir uma fúria de demolir o que havia e de fazer obra nova. Com base nos livros e apontamentos do cabido, Vasconcelos (1930:I,219-226) descreve sumariamente algumas dessas obras. Os cónegos instalaram um grande órgão, ao nível do trifório: esta obra arriscada implicou a demolição do quarto pilar da nave do lado do Evangelho e de quatro arcos e colunas do trifório, os quais foram substituídos por um grande arco para suportar o peso das abóbadas.

No coro, no topo do lado do transepto, acrescentaram dois cadeirais em cada lado, o que criou continuidade entre o coro e a capela-mor, isolando-os do resto da igreja. A sacristia comunicava com a capela-mor por uma pequena porta situada junto do altar do lado do Evangelho, mas, para as entradas solenes, o clero usava o caminho mais longo:

---

<sup>50</sup> - Os fustes foram refeitos durante as obras de restauração.

<sup>51</sup> - Estas duas grandes janelas mantiveram-se na fachada até 1900.

<sup>52</sup> - Apesar de o zimbório ser bem desenhado e artístico, Vasconcelos considera que esta cúpula do séc. XVIII destoa num edifício do séc. XII.

dava a volta pela nave até à entrada pela cancela da grade de pau-preto, então instalada entre os quartos pilares, e fazia o percurso inverso nas saídas.

Esta intervenção no coro arrastou outras obras, como por exemplo a abertura de uma grande janela no transepto no facial do Evangelho, ampliando a janela geminada e a fresta existentes. Arrancaram os azulejos mudéjares do transepto, preencheram as arcaturas com cal e pedra miúda, rebocaram e caiaram as paredes e abóbadas do transepto, e taparam os arcos dos trifórios com alvenaria. Alguns capitéis foram revestidos a madeira e ricamente dourados. Colocaram dois altares (dedicados a Santa Isabel e a Santa Comba<sup>53</sup>) por detrás dos espaldares dos cadeirais.

Os cônegos também realizaram obras importantes no andar superior do claustro: revestiram a azulejo as alas ocidental, meridional e oriental, assim como a respectiva escada de acesso<sup>54</sup>. A ala junto à igreja foi reconvertida em casa do capítulo<sup>55</sup>, com a sua ante-sala capitular, e também as paredes destas casas foram forradas a azulejos. O pintor Manoel da Silva pintou quatro painéis com retratos de pontífices e quatro com fruteiros, para serem colocados na sala capitular. Este artista fez, ainda, outras obras de pintura e douramento. O esbanjamento foi tal que foi emitido um alvará régio a censurar o cabido pelos excessos financeiros (Vasconcelos, 1930: I, 226).

---

<sup>53</sup> - A imagem de Santa Comba seria mais tarde transferida para a Sé Nova.

<sup>54</sup> - Vejam-se as fotografias do arquivo da DGEMN com o código de identificação nº 095632 e nº 095633. Pode ler-se uma descrição destas escadas que ligavam a igreja ao coro de cima e ao claustro de baixo, na “Descrição da catedral de Coimbra e sua castra, escrita nos fins do primeiro quartel do século XVIII” a pedido Real Academia de História e publicada por Vasconcelos (1930: I, 458- 474).

<sup>55</sup> - Vasconcelos (1930: I, 225, n. 1) supõe que terá sido, nesta data, que se entaiparam as janelas no topo do transepto.

## 2.5. A perda do estatuto catedralício e as posteriores ocupações

Em 1772, data da Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra (Fonseca, 2005: 257-271), termina a função da Sé Velha como catedral de Coimbra, mas não acaba a história do edifício<sup>56</sup>. A 14 de Outubro de 1772, o Marquês de Pombal cedeu a igreja do Colégio de Jesus ao cabido da catedral<sup>57</sup>, em virtude de a Sé Velha ser pequena para as solenidades pontificais, especialmente a capela-mor que não permitia a ostentação teatral então em voga. Segundo Vasconcelos, o Marquês e o bispo-reitor, D. Francisco de Lemos, tomaram outras medidas para impedir futuras tentativas de regresso do bispo e dos cónegos à Sé Velha<sup>58</sup>: o edifício da Sé, com a sua sacristia, coro e casas que lhe pertenciam, foram doados à Misericórdia; o claustro foi cedido à Universidade, para instalação de uma imprensa privativa, cujo projecto foi riscado pelo tenente-coronel Guilherme Elsdén. Nas obras, então empreendidas, o andar superior do claustro foi demolido, enquanto no andar inferior foram partidos muitos dos capitéis das colunas e os dintéis dos arcos, aproveitando-se esses materiais para construir paredes lisas<sup>59</sup>. Apenas ficou à vista a abóbada de cantaria com os seus arcos ogivais de suporte, que servia de tecto ao rés-do-chão, e o resto dos capitéis e colunas que se viam na parte interna – mas cobertos de uma camada de cal, para favorecer a iluminação das casas. No andar superior, para aumentar a capacidade das casas, eliminou-se o intervalo entre a parede do claustro e a fachada sul da Sé, o que tapou as

---

<sup>56</sup> - Acompanhe-se a continuação desta história no capítulo II.

<sup>57</sup> - Um dos principais objectivos desta reforma era a consagração do espírito experimental no ensino universitário, o que implicou a construção ou adaptação de instalações. Note-se que alguns dos novos institutos então criados (Hospital Escolar, Teatro Anatómico, Dispensário Farmacêutico, Museu de História Natural, Gabinete de Física Experimental e Laboratório Químico) foram instalados no Colégio de Jesus.

<sup>58</sup> - Se, eventualmente, os Jesuítas regressassem, encontrariam os seus bens na mão de instituições poderosas, que por seu lado não tinham para onde ir, caso lhos quisessem restituir.

<sup>59</sup> - Só quando se demoliram estas paredes é que se pôde avaliar a “magnitude do crime cometido” (Vasconcelos: 1930, I, 255).

janelas que iluminavam o trifório. Para assegurar um melhor acesso à imprensa, Francisco de Lemos mandou desmanchar a escadaria em frente da porta principal e fez modificações na extremidade meridional do adro. Também a torre sineira foi parcialmente demolida, por tirar luz à casa da imprensa

A transferência para a Sé Nova fez-se com grande solenidade e aparato. Foi levado o máximo de objectos e peças possível: paramentos, alfaias, relíquias, algumas imagens, a pia baptismal, os sinos da torre, o relógio, todo o mobiliário, o órgão novo, os cadeirais do coro de baixo, etc. Só ficaram os cadeirais do coro de cima e os gavetões da sacristia, porque não havia onde os arrumar na Sé Nova.

Pior do que ter ficado desabitado, o templo conheceu sucessivos ocupantes e foi objecto de algumas intervenções, por vezes desastrosas.

A Misericórdia, apesar de o ter aceite de má vontade, rapidamente tomou posse do edifício a 22 de Outubro de 1772. Contudo, pouco depois abandonou-o, solicitando, após a morte de D. José, o regresso à sua antiga casa, o que lhe seria concedido<sup>60</sup>.

Entre 1785 e 1816, a Ordem Terceira esteve instalada no edifício da Sé. O facto mais relevante ocorrido neste período foi a construção, em 1787, de um campanário de madeira, com três sinos, sobre a Porta Especiosa, uma vez que os sinos tinham sido retirados e a torre demolida. Quando a Ordem Terceira saiu da Sé Velha, o campanário foi desmanchado e os sinos retirados.

Mais tarde, em data que A. Vasconcelos não sabe precisar, o sacerdote da Igreja paroquial de S. Cristóvão (um templo que estava em mau estado de conservação) obteve a transferência da sede de freguesia para a Sé Velha. Em 1836, esse pároco conseguiu quatro sinos que tinham pertencido ao colégio universitário da Ordem de Cristo, mas, como não

---

<sup>60</sup> - Em Outubro de 1778, a Misericórdia assinou uma escritura de cessão e desistência da Sé Velha.

havia sítio para os colocar, foi construído um campanário de pedra sobre a porta principal (obra concluída em 1839). O facto foi objecto de protestos e as autoridades locais embargaram a obra, mas o sacerdote conseguiu que ela se consumasse.

Em 1869, a Junta da Paróquia da Sé Velha, por considerar que as estátuas de S. João Baptista e de Zacarias (da Porta Especiosa) estavam de cor homogénea e escurecida, decidiu-se pela sua pintura, de forma a realçá-las, tendo aplicado, igualmente, uns armários com vidraças nos nichos de cantaria, para proteger a pintura<sup>61</sup>. As estátuas mantiveram-se assim durante bastante tempo, apesar dos protestos publicados no *Tribuno Popular* (em 23 de Junho de 1869).

Em 1871, graças à mudança de função do templo de S. Bento, em Coimbra, foram transferidas para a Sé Velha grandes imagens de santos monges, as quais foram colocadas nos pilares da nave central e do transepto<sup>62</sup>. Proveniente também de S. Bento, era um S. Miguel Arcanjo (esmaltado de rica policromia e dourados) que foi colocado na nave da Epístola, sobre o altar de S. Miguel, assim como um altar com seu retábulo, que seria colocado a tapar a porta de Santa Clara e parte do túmulo de D. Egas Fafes. Por esse motivo, a 3 de Maio de 1871, o *Tribuno Popular* iniciou uma nova campanha de protesto, a que se juntaria a reclamação da Associação dos Arqueólogos Portugueses. A censura teve êxito e, passado algum tempo, o altar foi removido.

O edifício da Sé Velha e o seu património artístico ainda sofreram outros atentados. Nos finais do séc. XIX, realizavam-se na velha catedral umas missas famosas, na madrugada dos domingos de Quaresma. Na ocasião, o sacristão revestia a ábside de cedros, pregados no retábulo e na talha que vestia os lados, causando grandes estragos. Pouco a pouco, numerosas imagens do retábulo foram desaparecendo. Duas grandes imagens, de S.

---

<sup>61</sup> - Cfr. A. Vasconcelos (1930, I, 247). Veja-se a fotografia do arquivo da DGEMN com o código de identificação nº 095625.

<sup>62</sup> - Veja-se foto de 1871, publicada em Vasconcelos (1930, I, estampa XII).

Pedro e S. Paulo, estiveram muito tempo na igreja de S. Pedro. No Museu Machado de Castro há um S. Gregório Magno, um S. Jerónimo e uma Santa Bárbara, pertencentes a este retábulo. Alguns fustes das colunas do portal, que olha para ocidente, foram retirados clandestinamente cerca de 1880, por um vizinho que os deu a um amigo de Lisboa, o qual acabaria por os colocar no Museu de Arte Antiga.

Era este o panorama desolador que se apresentava a quem percorresse a antiga catedral nos finais do séc. XIX, tal como aconteceu com a rainha D. Amélia, na sua visita à Sé Velha em Julho de 1892<sup>63</sup>.

## **2.6. A importância histórica: simbolismo, centro de fé e cultura**

A Sé Velha pode ser vista como o exemplar mais apreciável em Portugal da arquitectura românica, no declinar do séc. XII (Vasconcelos, 1930: I, 123), mas a sua riqueza patrimonial não se restringe ao edifício. Esta história não ficaria completa sem recuperarmos, quanto mais não seja, a memória de um acervo que, apesar de ausente (por ter desaparecido ou se encontrar noutros espaços), faz parte da identidade deste monumento, pois, como todas as igrejas, a catedral possuía alfaias, ornamentos e livros necessários à realização dos actos litúrgicos. Embora na actualidade o templo se apresente despojado de parte do seu património integrado e móvel, a catedral reuniu um notável “tesouro”<sup>64</sup> que se foi constituindo ao longo dos séculos, através de aquisições mas sobretudo através de doações e legados (feitos por reis, bispos e fiéis). As referências e

---

<sup>63</sup> - O relato desta visita encontra-se na revista *Instituições Christãs* 10/2 (1892) 90, pp.71-92

<sup>64</sup> - Usamos o termo “tesouro”, mas não no sentido restrito de prataria e objectos feitos em materiais preciosos, pois pretendemos aqui englobar paramentos, livros, pinturas, esculturas, etc. Sobre estes aspectos veja-se o Anexo A, que constitui um guião para a produção de um áudio-visual.

descrições registadas em documentos<sup>65</sup>, nomeadamente nos Inventários, onde se arrolavam todas as peças que estavam à guarda do tesoureiro da Sé, não nos permitem só conhecer a existência (e imaginar o esplendor) deste acervo; podemos também acompanhar o seu enriquecimento e, paralelamente, observar como algumas destas preciosidades se foram perdendo. As razões para o desaparecimento são diversas: desde o desgaste natural provocado pelo uso até aos roubos, mas também alterações para adaptação a novo gosto (especialmente no caso das peças de ourivesaria) ou empréstimos não repostos (como era frequente no caso dos livros).

Por outro lado, a importância histórica da Sé Velha não se esgota nos aspectos materiais, pois, além do simbolismo inerente ao facto de ser a catedral, constituindo um centro de fé, era também um foco de cultura.

Quanto à sua função religiosa, convém ter presente que a Igreja, nomeadamente durante a Idade Média, tinha um papel muito marcante na vivência das populações. António de Vasconcelos, depois de enumerar as igrejas existentes na Almedina e nos arrabaldes de Coimbra nos fins do séc. XII, afirma que “a Igreja de Santa Maria sobrepunha-se em fama e em devoção a todas as outras” (Vasconcelos:1930, I, 107).

Paralelamente, desenvolvia-se na Sé uma importante actividade cultural. A escola catedralícia, porventura criada logo em finais do século XI por D. Paterno, terá tido um papel importante na instalação da Universidade em Coimbra e, após essa data, não perdeu a sua função cultural. O facto de, até 1539, os graus académicos da Universidade serem conferidos pelo bispo na Sé, é bem ilustrativo da complementaridade das duas instituições, mas também do capital simbólico desempenhado pela Catedral. Além disso, a Sé tinha um *scriptorium* onde se copiavam e redigiam livros e uma importante biblioteca. Embora aí

---

<sup>65</sup> - Sobre a biblioteca e o tesouro da Sé ver A. J. Costa (1983) que utiliza os registos feitos no *Livro das Kalendas* e nos *Inventários da biblioteca e do tesouro da Sé* (1393, 1492, 1517 e 1546).

predominassem os livros litúrgicos (como sacramentários, evangeliários, antifonários ou missais) não faltavam obras de Doutores da Igreja como Santo Agostinho, Gregório Magno ou Isidoro de Sevilha e de escritores latinos. Na escola da catedral, a par da Sagrada Escritura, estudava-se Direito (canónico e civil), as disciplinas do *trivium* (gramática, retórica e dialéctica) e do *quadrivium* (aritmética, música<sup>66</sup>, geometria e astronomia).

Ainda a nível cultural, é de referir a questão do moçarabismo, uma vez que Coimbra foi definida como “o foco mais poderoso de moçarabismo na região ocidental”. Na contestação aos cânones e à liturgia moçárabe, o esforço do papado para exercer a sua autoridade na Península Ibérica está bem patente na nomeação de bispos estrangeiros. No caso concreto da Sé de Coimbra, vejam-se os casos dos bispos Crescónio, Maurício Burdino e Bernardo<sup>67</sup>. Manuel Real (1974:25-26), ao enumerar os diversos sintomas da precocidade e da importância civilizadora da região centro, aponta, entre outros aspectos, o papel de D. Maurício e de D. Gonçalo no uso da liturgia romana e das instituições eclesiásticas carolíngias. O papel do *scriptorium* da Sé na transição para a escrita carolina, assim como a perfeição do latim dos seus documentos, fazem pensar numa renovação dos estudos clássicos. E não podemos esquecer que a Sé Velha configurou um dos grandes programas arquitectónicos franceses.

Por outro lado, a Sé teve um papel fundamental no desenvolvimento da malha urbana de Coimbra, pois, tal como outros templos, terá constituído um pólo aglutinador de

---

<sup>66</sup> - Um Inventário datado de 1635, elencando os livros de canto d’orgão existentes na Sé, permite verificar que a organização musical estava aí desenvolvida.

<sup>67</sup> - Os quatro bispos que se sucederam a D. Paterno, e que defenderam a reforma gregoriana e a liturgia romana, eram (exceptuando D. Gonçalo) de origem trans-pirenaica (Morujão, 2005: 55).

povoamento<sup>68</sup>. Além disso, na época medieval, a gente nobre e rica vivia nas imediações da Sé (Alarcão:2008,10).

Tudo isto permite compreender a afirmação de que “a vida de Coimbra e região gravitou ao longo dos tempos à volta da sua Sé”(Rodrigues, 1993: xix). A cidade e a sua catedral desenvolveram uma relação recíproca, de influência e de prestígio.

O papel determinante da Sé na vida da cidade está patente no nome desta, consequência da transferência do bispo de Conimbriga para a então cidade de Aeminium. Essa transferência deve ter ocorrido, segundo Pierre David (1943:16), por alturas da queda do reino suevo, provavelmente entre 569 e 589. Mas não se sabe quando ocorreu a mudança do nome, e os dois topónimos (Conimbriga e Aeminium) até coexistiram.

Por outro lado, da importância da cidade de Coimbra facilmente se deduz a importância da sua catedral, onde D. Sancho I foi coroado rei de Portugal. Aliás, num *Livro de Aautos* do séc. XV (Nascimento:1977, 250) regista-se que era em Coimbra que os reis costumavam ser coroados. Não pretendemos aferir aqui da veracidade histórica da afirmação, mas apenas registar a existência dessa tradição, bem reveladora do prestígio e do simbolismo atribuídos à Sé de Coimbra. A própria edificação da Sé no século XII pode ser perspectivada dentro do contexto de afirmação do reino desenvolvida por Afonso Henriques, no decurso da qual Coimbra configurou uma zona nuclear. A criação de uma nova estética prestigiando a capital constituía um elemento de afirmação política externa (Pimentel, 2005:127). Sob este ponto de vista, a intervenção de Roberto, de reformulação do plano original da Sé, criando na fachada ocidental um portal de aparato sem escada de acesso, como se fosse uma tribuna, pode-se “relacionar de perto com a adaptação da Sé a cenário da coroação dos Reis de Portugal” (Pimentel, 2005:132).

---

<sup>68</sup> - Sobre a importância dos templos cristãos no urbanismo da cidade, veja-se Rossa (2001: 241 e 531).



### **3. As campanhas de restauro**

#### **3.1. A intervenção de António Augusto Gonçalves (1893-1918)**

##### **3.1. 1. A obra**

Nos finais do século XIX, o estado do monumento era desolador, em resultado do quase abandono a que foi votado depois da perda do estatuto catedralício, bem como pela descaracterização em que se encontrava, fruto das diversas modificações (ou deturpações) feitas ao longo dos tempos. Contudo, a partir dos finais do século XIX, a Sé Velha entrou numa nova fase da sua existência: um ciclo de restauro, desde a primeira e decisiva campanha (dinamizada por António Augusto Gonçalves, a partir de 1893), até às acções mais recentes, passando pelas diversas intervenções concretizadas pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, ao longo do séc. XX.

António de Vasconcelos (1930) dedica o capítulo V da sua obra sobre a Sé Velha à restauração operada nos séculos XIX e XX, apresentando um relato pormenorizado (e cremos que rigoroso) dos trabalhos realizados, mas também das vicissitudes que rodearam todo o processo: os intervenientes, os problemas financeiros, os conflitos e intrigas, as reacções aos trabalhos executados. Apoiamo-nos na sua descrição, uma vez que se afigura ser um narrador bem informado e, documentalmente, seguro e rigoroso. Não só foi uma testemunha presencial, tendo acompanhado as obras desde o início, mas teve também acesso a diversa documentação relativa a esta campanha, quer por apontamentos por ele próprio reunidos, quer pelos cadernos de lembranças e alguns documentos que António Augusto Gonçalves pôs à sua disposição. No seu dizer, esses materiais constituem fontes credíveis e em número representativo (Vasconcelos: 1930: I, 292); contudo, independentemente de se revelar uma fonte

fidedigna, sempre que outras fontes o permitem, far-se-á um confronto com outro tipo de documentação

Impõe-se relatar um pouco da forma como se concretizou o objectivo de António Augusto Gonçalves de conseguir a restauração da Sé Velha<sup>69</sup>, ou seja, de lhe restituir a unidade arquitectónica e as feições primitivas. Tal só foi possível graças à conjugação de vontades de uma “trindade benemérita” (na feliz expressão de António de Vasconcelos): a persistência de António Augusto Gonçalves, o empenho do Bispo-Conde D. Manuel de Bastos Pina<sup>70</sup>, e a generosidade da Rainha D. Amélia. Sem dúvida que o principal mérito cabe a António Augusto Gonçalves que, durante muito tempo, acalentou esse sonho e que tentou, de todas as formas, concretizá-lo. Na prática, ele foi o grande obreiro desta aventura e é o seu nome que surge sempre associado a esta campanha. Entretanto, “são do homem os projectos do coração, mas a resposta vem do Senhor” (Pr 16,1), e, neste caso, o Bispo-Conde teve um papel determinante na exequibilidade da campanha, não só pela angariação de verbas mas também porque, em nosso entender, veio a protagonizar uma importante acção diplomática. Quanto à Rainha, embora agindo nos bastidores, um segredo mantido durante muito tempo por vontade real por compreensíveis razões políticas, facultou um importante apoio

---

<sup>69</sup> - António Augusto Gonçalves (1848-1932) foi escultor, pintor, ceramista e professor de desenho. Foi o fundador da Escola Livre de Artes do Desenho, director da Escola Industrial Brotero e organizador do Museu Nacional de Machado de Castro (Serra, 2001).

<sup>70</sup> - D. Manuel Correia de Bastos Pina, bispo de Coimbra entre 1872 e 1913, atento aos problemas espirituais e sociais da sua diocese, deixou a marca da sua acção em sectores tão diversos como a introdução de reformas no ensino do seminário diocesano, a luta pela sobrevivência de comunidades de clausura ou a salvaguarda e a preservação do património artístico, nomeadamente dos conventos extintos. Esta última preocupação deu origem à organização do Museu da Sé de Coimbra, cujo espólio seria integrado no Museu Nacional Machado de Castro. Sobre este prelado, veja-se Ramos (2000, 389) e Costa (2004, *passim*).

financeiro (secundado pelo Bispo-Conde), sem o qual não teria sido possível realizar as obras.

Tendo começado pelas boas vontades, acabou por se tornar, como se verá, uma história de intrigas e de conflitos. Não nos compete fazer juízos de qualquer espécie, mas convém sublinhar que essas tramas tiveram uma influência determinante no rumo dos acontecimentos, condicionando o curso das obras. A título exemplificativo, basta constatar que os vestígios de pintura aparecidos nas abóbadas e cuidadosamente conservados por António Augusto Gonçalves, acabaram por se perder quando os operários deixaram de acatar as suas directrizes.

O sonho de António Augusto Gonçalves de conseguir a restauração da Sé foi longo e cuidadosamente pensado, tendo mesmo elaborado um plano por partes mínimas. Com o intuito de o pôr em prática, integrou, em 1881, como irmão, a Confraria do Santíssimo Sacramento da Sé Velha. Essa tentativa não deu os frutos desejados, provavelmente pelas suas ideias republicanas, o que deu azo a grandes intrigas. Contudo, apesar deste fracasso, não desistiu. Vendo-se impossibilitado de realizar uma restauração competente, tentou sempre neutralizar outras iniciativas que foram surgindo, para que os estragos não aumentassem. Assim, ao saber da intenção da Confraria de restaurar o portal, denunciou o projecto “sem ciência nem consciência” numa série de artigos anónimos publicados na *Gazeta de Coimbra* (a 12, 19 e 27 de Março de 1887), onde chamou a atenção para actividades similares noutros países, em termos de conservação e restauro de monumentos, nomeadamente em Espanha. Esse projecto tinha surgido na sequência de um Relatório da Comissão dos Monumentos Nacionais, redigido, em 1884, por Possidónio da Silva, em que se menciona o “aspecto vergonhoso e desmoronado da entrada do templo”, fruto da “incúria, o desleixo e o abandono, a que tem chegado o edifício” (Vasconcelos, 1930: I, 272-273). António

Augusto Gonçalves, sob o pseudónimo de Onofre da Costa, riposta num artigo publicado n'A *Oficina* (5 Junho 1889), denunciando que alguns dos pedaços que faltavam às colunas se encontravam no Museu de Arte Antiga, em Lisboa.

No Outono de 1892, António Augusto Gonçalves explora outra via para levar a cabo o seu desígnio. Ciente do prestígio e da influência do Bispo-Conde D. Manuel de Bastos Pina<sup>71</sup>, tenta cativá-lo para a sua causa, expondo-lhe a importância e o valor da Sé, as incrustações que a desfiguravam, o abandono e a indiferença geral em que se encontrava. O prelado foi sensível aos considerandos apresentados, solicitando a António Augusto Gonçalves um memorando sobre o estado do edifício. Munido desse documento, apela ao Rei D. Carlos, pedindo-lhe um subsídio anual, o que se concretizaria, tendo sido atribuída a verba de 150\$000 réis, por um período de seis anos para a conservação e restauro da catedral. O próprio Bispo-Conde daria igual quantia do cofre da Bula da Santa Cruzada.

Nesse memorando António Augusto Gonçalves explica que “Duas espécies de estragos se notam neste glorioso monumento (...) Uns são o fruto dos atentados da incompetência e da ignorância serviçal; esses ofendem a arte, conspurcam o monumento (...) Os outros estragos são mais deploráveis ainda, porque comprometem e ameaçam a estabilidade e a existência destas grandes obras. Neste caso estão o altar-mor, as fachadas exteriores do norte, as capelas de S. Pedro e do Sacramento e ainda a sacristia” (Vasconcelos, 1930: I, 281-286).

Creemos que esta distinção corresponde a dois tipos de situações. Por um lado, problemas de restauro que António Augusto Gonçalves designa por “vandalismos grosseiros” (Vasconcelos, 1930: I, 285), afectando, sobretudo, o campanário na fachada

---

<sup>71</sup> - Recordem-se as actividades desenvolvidas por este prelado na salvaguarda dos objectos de culto dos conventos extintos e, concretamente, a organização, em 1883, do “Museu da Sé” de Coimbra (Costa, 2004: *passim*).

principal, as abóbadas e paredes do transepto revestidas de argamassa branca, os capitéis caiados ou cobertos por outros de madeira. Por outro lado, problemas de conservação, como o estado de degradação dos elementos pétreos (caso da Porta Espiciosa e da Porta de Santa Clara, ou das arquivoltas do portal da fachada principal) e os decorrentes da presença de humidade excessiva (estragos no altar de S. Pedro causados principalmente por infiltrações de canalizações exteriores, mas também pela acção da humidade na capela do Sacramento e na sacristia). Rematava a sua exposição, afirmando a sua convicção de que não seria difícil nem muito dispendioso proceder à conservação do monumento.

Por uma portaria do Ministério das Obras Públicas, de 16 de Janeiro de 1893, o Rei concede a verba pedida e determina a constituição de uma comissão composta pelo Bispo-Conde, por António Augusto Gonçalves e pelo director das Obras Públicas do distrito de Coimbra para dirigirem os trabalhos de limpeza, de conservação e de restauração do templo da Sé Velha<sup>72</sup>. Reunida a comissão, ficou estabelecido que António Augusto Gonçalves orientaria os trabalhos do ponto de vista arqueológico e artístico, enquanto o director das Obras Públicas os faria executar pelo seu pessoal. O seu plano previa a desobstrução do templo, removendo o que modificava o seu carácter e prejudicava o efeito geral; o concerto e o restauro do que fora mutilado, aproveitando para essa reconstituição todos os elementos que pudessem encontrar-se nas alvenarias e nos entulhos e, finalmente, ‘Parar e recuar’ quando a obra a fazer estivesse na eminência de destruir qualquer monumento ou exemplar de alto valor artístico.

Trata-se de uma verdadeira declaração de princípios, mais do que um mero plano de intenções, tendo as obras começado a 30 de Janeiro de 1893. O trabalho iniciou-se pela remoção do reboco de cal das paredes do transepto do lado do

---

<sup>72</sup> - Por comodidade passaremos a designar esta comissão por “comissão dos trabalhos”.

Evangelho, avançando depois para a nave central. Estas primeiras acções de limpeza revelaram diversos pormenores, como a arcatura do facial, os variados capitéis românicos e até vestígios de pintura nalguns pontos das abóbadas. Com estas obras, em apenas três meses, esgotou-se o financiamento. A partir desse momento, o Bispo-Conde, entusiasmado com os resultados, começou a operar o “milagre” das verbas, com subsídios, cuja proveniência se desconhecia. Só após o seu óbito, a análise da sua correspondência veio a demonstrar que parte dos subsídios tinham sido concedidos pela Rainha D. Amélia. Razões políticas mantiveram essa condição em segredo, resguardando-a da opinião pública.

Em Maio de 1893 é publicada nos jornais uma denúncia de Possidónio da Silva sobre as obras em curso, qualificando-as de uma falsa restauração, ou melhor, “um atentado contra o pensamento original do arquitecto que delinear a o edifício” (Vasconcelos, 1930: I, 272-273).

As obras continuaram. Foi retirada a talha da capela-mor, pondo a descoberto os túmulos de D. Tibúrcio e de D. Estêvão Anes Brochardo<sup>73</sup>. Tendo em consideração o estado de ruína do retábulo optou-se pelo seu restauro por uns artistas da localidade de Carregosa, escolhidos pelo Bispo-Conde. Quanto aos pavimentos das capelas absidial e absidiolares, após estudo prévio, António Augusto Gonçalves concluiu que os pavimentos tinham sido rebaixados nas obras de D. Jorge de Almeida, pelo que optou pela sua reconstituição na abside na altura primitiva, mas não o pôde fazer nas capelas absidolares, em virtude dos altares e retábulos aí existentes.

António Augusto Gonçalves teve ao longo de toda a sua intervenção uma atitude muito cautelosa em relação às obras realizadas, mas a sua preocupação estendia-se à

---

<sup>73</sup> - No desenrolar da obra, foram-se fazendo outras descobertas deste tipo, como por exemplo as duas arquetas de pedra com os restos mortais dos bispos D. Martim Gonçalves e D. Bermudo.

reacção da comunidade, mostrando-se sempre muito prudente quanto aos preconceitos e às exigências da opinião pública. Assim, quando se pôs a questão de retirar a talha dourada da capela-mor, por prejudicar o retábulo e a concha absidial, apesar de ter o assentimento do Bispo-Conde, receou o mau acolhimento por parte do público, a exemplo de outras situações. Diplomáticamente, foi convocada uma assembleia de “gente ilustrada” da cidade, que decidiu pela retirada da talha, de forma a se poder restaurar a capela-mor na sua forma primitiva<sup>74</sup>, o que veio a acontecer em Dezembro de 1893.

As obras prosseguiram em 1894, desmanchando-se as paredes que cortavam em compartimentos o trifório do Evangelho. Na reconstituição da arcada, usaram-se partes das colunas românicas encontradas nas alvenarias que tinham sido arrancadas no século XVIII para abrir o arco para o órgão. Quando se procedeu ao arrancamento da alvenaria que cobria os arcos dos trifórios, foram encontradas intactas as colunas com as suas bases e capitéis<sup>75</sup>.

Um outro aspecto da realidade da campanha de obras, concerne ao pessoal operário que contestava as ordens de António Augusto Gonçalves, tendo chegado ao ponto de o desrespeitar. Esta situação foi sendo suportada para não se comprometer a empreitada, até porque o seu abandono teria graves consequências na restauração, que previsivelmente ficaria por acabar ou seria deturpada. Em Abril de 1894, António Augusto Gonçalves escreve ao Bispo-Conde a queixar-se do apontador das obras e da

---

<sup>74</sup> - O que Vasconcelos (1930: I, 319) diz, em rigor, é “que toda a talha se retirasse, com excepção da flamenga – retábulo e concha”. Noutro local, Vasconcelos refere-se à talha do século XVII que revestia as paredes laterais e a abóbada da capela absidial como sendo “pesadíssima e de mau gosto” (Vasconcelos:1895, 6).

<sup>75</sup> - O coro alto era todo revestido a carvalho do Norte, obra mandada efectuar por D. Afonso Castelo Branco entre 1601 e 1604.

forma tumultuosa e sem escrúpulos da execução dos trabalhos<sup>76</sup>. O Bispo-Conde, que tal como Vasconcelos (1930: I, 327) responsabiliza o director das Obras-Públicas, tenta resolver o problema diplomaticamente, acabando por se decidir que a comissão dos trabalhos se reunisse duas vezes por semana para tomar as resoluções que depois seriam executadas pelo pessoal técnico.

Para além das incompatibilidades com o pessoal técnico, levantaram-se outros problemas. É o caso das hesitações em torno da demolição do coro de cima. A raridade dos tectos mudéjares era um argumento a favor da sua conservação<sup>77</sup>, mas o facto de estorvar a perspectiva da nave quando se entrava na igreja apontava para a sua supressão. Esta dúvida foi afinal resolvida pelas próprias estruturas encontradas: depois de retirado o revestimento de madeira e o enchimento de alvenaria, descobriu-se, embora mutilada, a arcada e a galeria que, por cima da porta principal, dava passagem entre os dois trifórios. Esta descoberta impôs a opção de dismantelar o coro e reconstituir a galeria. Como bem explica Vasconcelos (1930: I, 328), “em face de todos os princípios e de todas as conveniências, a restauração da igreja não podia poupar o coro”. Esta demolição teve a concordância de Rafael Bordalo Pinheiro que se deslocara a Coimbra afim de visitar as obras da Sé Velha por lhe ter constado que se estava a fazer uma bárbara mutilação do edifício românico. Elogiaria, no entanto, as obras em curso, contrapondo-as às restaurações dos mosteiros da Batalha e de Alcobaça, bem como a da igreja da Madre de Deus (Vasconcelos:1930, I, 329-330). Embora se possa lamentar a

---

<sup>76</sup> - Um apontador, como esclarece o *Grande Dicionário da Língua Portuguesa* (coordenação de José Pedro Machado, Lisboa, Círculo de Leitores, 1991, tomo II, 334) é um empregado de obras públicas e outras, encarregado de fazer o rol dos operários, apontar as faltas e os serviços dos mesmos.

<sup>77</sup> - Outro (ou, melhor dizendo, “o”) argumento apresentado por Vasconcelos a favor da conservação do coro, de que “era obra ainda de bons tempos” (Vasconcelos:1930, I, 327), encerra um nítido juízo de valor em relação às diferentes correntes artísticas.

opção feita, a supressão do coro impunha-se não apenas por razões estéticas e arqueológicas mas também de segurança, tendo-se verificado que as obras do séc. XVII tinham imposto uma carga brutal sobre o soalho do séc. XV, o qual ameaçava desabar.

Depreende-se das atitudes de António Augusto Gonçalves um grande cuidado em preservar e valorizar todos os vestígios, mas também uma vontade clara de explorar todos os indícios<sup>78</sup>. Repare-se que quando, em Agosto de 1894, as arcas tumulares de D. Tibúrcio e de D. Estêvão Anes Brochardo foram removidas para as naves laterais para se poderem restaurar as arcadas e arcaturas absidiais, aproveitou-se essa oportunidade para as abrir e estudar o seu conteúdo. O Professor Charles Lepierre fez a análise química de fragmentos de tecidos e bordados exumados, alguns dos quais foram desenhados por António Augusto Gonçalves e publicados por António de Vasconcelos (1895: 6-7; e 1930: I, 153 e 158). As preocupações de carácter científico não se limitaram à investigação, mas estenderam-se também à publicação dos respectivos resultados. Assim, logo em 1895, António de Vasconcelos publica na revista “O Instituto” uma notícia minuciosa dessa operação<sup>79</sup>, descrevendo o que se encontrou dentro dos sarcófagos, incluindo os referidos desenhos e o relatório da análise química dos tecidos. Apesar de se ter conhecimento que os dois túmulos da capela-mor eram dos bispos D. Tibúrcio e D. Estêvão Anes Brochardo, não se sabia qual deles pertencia a quem. António de Vasconcelos (1895: *passim*) desenvolve investigação para fazer a correspondência, com base na análise da escultura dos túmulos, no estado das ossadas e nas amostras de tecidos recolhidas, tendo-se concluído que o túmulo do lado do

---

<sup>78</sup> - Embora por vezes não possa fazer valer a sua intenção, como foi o caso da vala com ossadas descoberta em Maio de 1895.

<sup>79</sup> - No volume XLII, de 1895, de “O Instituto”, foi publicado um artigo de António de Vasconcelos intitulado “Sé-Velha de Coimbra. I- Os Túmulos da capela-mór”. Vasconcelos voltaria, muitos anos mais tarde, a abordar esse assunto (1930: I, 332-333).

Evangelho seria o de D. Tibúrcio, e o do lado da Epístola o de D. Estêvão. A intervenção nos túmulos evidencia o cuidado com que se procedia, a vários níveis, quer em relação à sociedade contemporânea (para a abertura dos túmulos foram convidadas as autoridades e muitas pessoas particulares), quer para com os antepassados, expressa na dignidade e respeito com que se procedeu à trasladação das ossadas, acondicionadas em cofres de madeira e depois depositados nas urnas (Vasconcelos, 1930: I, 331-333). E, poderemos até acrescentar, preocupação com as gerações futuras. Os fragmentos em melhores condições da casula, da mitra e do báculo foram recolhidos no Museu de Antiguidades do Instituto e depois transferidos para o Museu Nacional de Machado de Castro, onde actualmente se encontram, o que indicia preocupação com a memória futura.

Em Abril de 1895 foi encontrada, nos fundamentos do 3º pilar do lado do Evangelho, a pedra com a inscrição *MARIAE VIRGINIS*. E, em Maio, descobriu-se na nave central, próximo dos pilares também do lado do Evangelho, uma longa vala com 65 cm de largura, forrada de silharia e contendo ossadas e esqueletos ainda ordenados. Apesar do interesse de António Augusto Gonçalves em estudar o achado, o ossuário foi entulhado, porque o Bispo-Conde e o director pensaram que não valia a pena atrasar a obra e gastar dinheiro com “explorações inúteis” (Vasconcelos:1930, I, 334-335).

O clima de contestação a António Augusto Gonçalves foi-se adensando, atingindo um ponto de ruptura com a retirada, em Julho de 1895, do portal de D. Afonso Castelo Branco, num momento da sua ausência e contra as suas indicações, atitudes que o levaram a abandonar as obras. Os trabalhos, porém, continuaram. António de Vasconcelos (1930: I, 337-339) regista que, no Verão de 1895, o túmulo de D. Vataça

foi para a nave do Evangelho e que, ao ser aberto, se verificou que a cabeça estava mumificada<sup>80</sup>.

Na transferência dos túmulos dos bispos<sup>81</sup>, António Augusto Gonçalves tinha dado ordem para que não tentassem restaurar as respectivas estátuas jacentes, que estavam bastante mutiladas. No entanto, no Outono de 1895, a estátua de D. Estêvão foi restaurada, tendo sido adaptado um nariz, alisada a face (o que lhe alterou a expressão) e foi também reconstituída a cabeça do leão, sita aos pés do bispo. Essa intervenção suscitou protestos que alastraram aos jornais nacionais. Perante o ambiente de contestação, António Augusto Gonçalves, que até então tinha mantido uma atitude discreta, optou por tomar uma posição pública dada a sua falta de responsabilidade nas obras e publicou nos jornais de Coimbra uma declaração, demarcando-se dos trabalhos de restauração realizados a partir de Julho de 1895 (Vasconcelos, 1930: I, 341-342).

No fim do ano de 1895, António Augusto Gonçalves começa a publicar na *Resistência* artigos com o título *Bagatelas*, assinados pela inicial A, onde apontava incorrecções feitas em Coimbra pelas Obras Públicas e por particulares, aludindo, por vezes, à Sé Velha. A 15 de Dezembro de 1895, fala da “intervenção perturbadora do engenheiro e da picareta burocrática nos domínios exclusivos da arte” e aponta os casos de Santa Cruz, do Paço Episcopal e da Sé Velha (embora esta de somenos gravidade)<sup>82</sup>. Em Janeiro de 1896, depois de criticar as obras de Santa Cruz e do Paço Episcopal, refere a “Sé Velha ameaçada de idênticas torpezas pela petulância ignara, que por lá

---

<sup>80</sup> - Sabemos que foi feita uma fotografia porque numa carta de 20 de Julho de 1895 a Rainha agradece ao Bispo o envio da fotografia da cabeça de D. Vataça (Vasconcelos, 1930: I, 338-339).

<sup>81</sup> - Referimo-nos às arcas tumulares de D. Tibúrcio e de D. Estêvão Anes Brochardo, que foram transferidas da capela-mor para as naves laterais.

<sup>82</sup> - Secção “Bagatelas” in *Resistência* de 15 de Dezembro de 1895.

anda às voltas!”<sup>83</sup>. Segundo António de Vasconcelos (1930: I, 343-344), inicialmente António Augusto Gonçalves acalentava a ideia de regressar, mas à medida que essas esperanças se dissiparam as suas críticas foram endurecendo, concentrando-se no caso da Sé Velha. Assim, a 1 de Março de 1896, acusa os responsáveis de terem tapado os vestígios da edificação anterior e não se ter aproveitado essa descoberta para esclarecer convenientemente a tradição de ter existido uma mesquita convertida em templo cristão<sup>84</sup>.

A 26 de Julho de 1896, o jornal *Resistência* publica um artigo assinado por T.C. onde se elogia a obra da Sé Velha – “a primeira das restaurações do país (...) a única que em Portugal tinha um carácter artístico bem acentuado, a única em que se via o respeito por aquela extraordinária obra de arte” – e se satiriza o director das Obras Públicas<sup>85</sup>. António de Vasconcelos (1930: I, 349-350) tenta fazer justiça a esse funcionário, salientando as suas boas intenções, apesar do seu desconhecimento em matéria de arte e de arqueologia.

As obras foram prosseguindo lentamente. Conseguiu-se autorização da Imprensa da Universidade para demolir as construções que estavam sobre a ala norte do claustro<sup>86</sup>, assim como o arco que as ligava à casa em frente. Apesar das recomendações para inspeccionar os materiais e para guardar os fragmentos que acusassem aparelho antigo, eram removidos, por ordem do apontador, restos de fustes e de capitéis de estilo românico e parte de uma cimalha gótica, o que foi, de imediato noticiado nos jornais<sup>87</sup>,

---

<sup>83</sup> - Secção “Bagatelas” in *Resistência* de 26 Janeiro de 1896.

<sup>84</sup> - Secção “Bagatelas” in *Resistência* de 1 de Março de 1896.

<sup>85</sup> - *Resistência* de 26 de Julho de 1896. As iniciais T. C. apontam para a figura do Dr. Joaquim Martins Teixeira de Carvalho, que, desde cedo, tinha publicado artigos de modo a cativar a opinião pública para a obra da restauração, salientando a sua excepcional importância.

<sup>86</sup> - Estas construções estavam encostadas à Sé, tapando completamente a sua fachada sul.

<sup>87</sup> - Ver, por exemplo, *Resistência* de 13 Setembro de 1896.

alarmando a opinião pública e forçando a uma intervenção do Bispo-Conde para fazer regressar António Augusto Gonçalves à direcção ou suspender a obra. À volta da sua personalidade gerara-se um clima de contestação, agravado pelo facto de António Augusto Gonçalves ser simpatizante da causa republicana, o que não o favorecia num contexto exacerbado de conflitualidade política e religiosa que caracterizou a transição do século XIX para o século XX<sup>88</sup>. O afastamento do apontador era uma das suas condições para regressar, a que se opunha o director das Obras Públicas, obrigando mais uma vez, à intervenção diplomática do Bispo-Conde que sana as dificuldades, solicitando-lhe que retomasse a direcção das obras. Pede-lhe, inclusivamente, parecer sobre alguns assuntos, em particular, a restauração da frente do transepto e sobre o nível original do pavimento do templo, muito alterado em diversas épocas, sobre as quais havia a maior urgência.

Dado o ambiente de conflitualidade latente, entre António Augusto Gonçalves e o director, quanto ao projecto de restauração do transepto e da capela-mor, a solução encontrada pelo Bispo-Conde foi o recurso a um arquitecto externo, sendo então aprovado um projecto de Ventura Terra.

As obras, que se iam arrastando, acabaram por ser suspensas em Setembro de 1897. Por fim, graças às diligências do Bispo-Conde em Lisboa, o director teve de pedir a exoneração de vogal da comissão dos trabalhos, sendo substituído pelo engenheiro João Teófilo da Costa Góis, o qual fez sempre o seu pessoal cumprir as directivas de António Augusto Gonçalves.

Os trabalhos recomeçaram em Outubro, prosseguindo a execução do pavimento que tinha sido iniciada durante o afastamento de António Augusto Gonçalves, apesar de este não concordar com a solução adoptada, mas não se podia desfazer o que já estava

---

<sup>88</sup> - Sobre esta questão veja-se Cruz (2000: 401-411).

feito. Como o próprio frisa num relatório escrito à época, “na renovação do pavimento nenhuma intervenção tive. Todo o louvor ou censura cabe exclusivamente às Obras-Públicas” (citado por Vasconcelos, 1930: I, 366-367). Durante a tarefa de regularização do pavimento da igreja, foi preciso abrir algumas sepulturas de bispos (Vasconcelos, 1930: I, 367-373), tendo-se verificado que todas tinham sofrido violação. Os poucos objectos então exumados encontram-se no Museu Nacional de Machado de Castro: uma cruz peitoral de vidro lapidado da sepultura de D. Álvaro, bispo de Fez; uma cruz peitoral de cobre dourado, o aro de um anel já sem pedra e um pedaço de uma crosse de báculo de madeira dourada da sepultura conjunta de D. João Mendes de Távora e de D. António de Vasconcelos e Sousa. A única sepultura que se encontrou intacta foi a de D. Jorge de Almeida, decerto pela impossibilidade de levantar a grande campa sem a danificar, tendo-se então recolhido o anel pontifical e uma cruz peitoral. António de Vasconcelos (1930: I, 371-374) descreve com pormenor esta investigação, nomeadamente a medição do esqueleto.

Em 1897, as investigações estenderam-se ao claustro, que ainda conservava as paredes construídas no séc. XVIII. Como já referimos, apenas tinha sido demolido o casarão da Imprensa, que estava sobre a ala norte. As primeiras sondagens realizadas na parede rebocada da nave de S. Miguel (do lado da igreja) revelaram três arcos cavados no muro, que se verificou corresponderem a sepulturas.

Em 1898, começou a restauração do altar-mor, um trabalho paciente e moroso, executado por dois artistas da Carregosa chamados pelo Bispo-Conde, sob a direcção de António Augusto Gonçalves, só concluído em 1900.

Em Maio de 1898, fizeram-se escavações no adro, em busca de indícios da primitiva escada de acesso à porta principal. Apenas foram encontrados muros de

alvenaria de épocas posteriores. Por falta de dados arqueológicos ou documentais elucidativos, teve de se resolver o problema conjecturalmente, por intuição.

Durante o período em que António Augusto Gonçalves esteve afastado, o pessoal das Obras Públicas tinha reconstruído, deficientemente, os fustes das grandes colunas da nave principal<sup>89</sup>, mutilados quando se construiu o coro. Foi, portanto, necessário corrigi-los, apeando e reerguendo os quatro fustes.

Nesse mesmo ano de 1898, começou a restauração do portal principal. A tarefa foi dificultada pelo facto de as pedras estarem muito corroídas pelo salitre: das oito colunas, só duas conservavam os fustes ornamentados (em péssimo estado), das outras restavam apenas os capitéis suspensos dos ábacos. Depois de reunidos os fragmentos dos antigos fustes<sup>90</sup>, foi possível ao canteiro José Barata reconstituí-los. Para as duas colunas que faltavam, usou-se como modelo o portal da Igreja de S. Tiago. Quanto às duas almofadas em que assentavam as impostas da primeira arquivolta, numa delas ainda se percebia com dificuldade o lavor, mas na outra parecia indecifrável; contudo, João Machado (um dos melhores discípulos de António Augusto Gonçalves) conseguiu reconstruir o desenho com relativa segurança. Ao trabalho de restauro das arquivoltas acresceu o desafio de aproveitar (de acordo com o princípio estabelecido inicialmente) todos os fragmentos antigos, como forma de atestar a fidelidade das partes reconstituídas. A maior dificuldade estava na sua consolidação, de maneira a não deformarem a curvatura dos arcos qualquer que fosse o ângulo de visão.

Seguiu-se a consolidação da Porta Especiosa que se encontrava num lamentável estado de ruína: as pedras estavam todas fendilhadas, desfazendo-se ao menor atrito, e já tinha caído uma parte importante do remate superior, enquanto outra parte estava a

---

<sup>89</sup> - Os quatro fustes adossados aos primeiros e segundos pilares.

<sup>90</sup> - Como já se disse, dois deles encontravam-se no Museu Nacional de Arte Antiga, em Lisboa.

desabar. Para esse estado de instabilidade e ruína terá contribuído a construção do campanário feito pela Ordem Terceira, em 1787, o qual veio a ser desmanchado em 1815, quando a Ordem abandonou a Sé Velha. António de Vasconcelos pediu e transcreve (1930: I, 382) um depoimento de António Augusto Gonçalves sobre a Porta Especiosa: aí se refere a necessidade de fechar as juntas, pois pelas fendas da cantaria penetravam as raízes de vegetação parasitária; aponta-se também o efeito do abandono e do desleixo, assim como a inconsistência específica da pedra de Ançã. Aponta ainda um outro motivo pouco conhecido mas que deve ter estado na origem de numerosas mutilações dos ornatos: reportava-se ao “passatempo” dos inícios do século XIX de se alvejar as pombas que pousavam no portal!

António Augusto Gonçalves não desperdiçou a oportunidade proporcionada por esta intervenção para desenvolver as suas investigações. Afastou algumas pedras para espreitar o portal românico, descortinando então um corpo saliente semelhante ao da frontaria ocidental: arcadas circundando um grande janela, arquivoltas lisas, esquadradas e sem moldura. Ou seja, a obra da Renascença tinha sido adossada à românica, sem a mutilar. Como era seu hábito, tirou medidas e apontamentos do frontispício românico (Vasconcelos, 1930: I, 385). Por outro lado, esclarece também que a figura da Virgem que se encontra na Porta Especiosa foi realizada pelo mesmo artista que fez a escultura que está no museu do Instituto (representando Santa Isabel com S. João Baptista pela mão), permitindo a António de Vasconcelos (1930: I, 389) concluir pela proximidade temporal das duas execuções (cerca de 1520)<sup>91</sup>.

---

<sup>91</sup> - Sobre a atribuição da autoria da Porta Especiosa a João de Ruão ou a Nicolau Chanterene e a eventual colaboração entre os dois veja-se Craveiro (2005,172-178).

Em 1899, continuaram os trabalhos na igreja e no claustro. Durante os trabalhos de desobstrução da nave de S. Miguel, foi detectada nas alvenarias, uma lápide com a inscrição sepulcral do chanceler D. Julião Páiz.

Em 1900 deu-se por concluída a restauração do retábulo do altar-mor, tanto da obra de talha como da pintura e douramento. Mantinham-se vazias duas edículas, uma vez que as estátuas de S. Pedro e de S. Paulo continuavam na posse da junta da paróquia da Sé Nova, que não as queria restituir, tendo sido levadas à força da igreja de S. Pedro.

Impunha-se, ainda, resolver um problema melindroso: as grandes janelas da fachada ocidental. Na opinião de António Augusto Gonçalves as janelas primitivas teriam sido apenas duas frestas, iguais à da série inferior da fachada lateral. No entanto, pretendeu ouvir as opiniões de pessoas autorizadas, entre as quais Ramalho Ortigão e Joaquim de Vasconcelos, que confirmaram o seu parecer, sugerindo-lhe, no entanto, a consulta da obra *Monumentos arquitectónicos de España*, na parte relativa às catedrais românicas de Ávila e de Zamora<sup>92</sup>. Procedeu-se, desta forma, à reconstituição das antigas frestas, entre Agosto e Dezembro de 1900.

Em 1901, os trabalhos continuaram, com lentidão, devido à falta de verbas. O templo ficou completamente lageado e pronto em tudo o que era obra de pedra. Dada a dificuldade que seria fazer regressar a pia baptismal manuelina mandada executar por D. Jorge de Almeida para a Catedral<sup>93</sup>, optou-se por colocar a pia renasçença, da igreja de S. João de Almedina, igualmente encomendada por D. Jorge de Almeida.

Em 1902, aceleraram-se os trabalhos de modo a possibilitar a reabertura da igreja ao culto, por altura das festas da Rainha Santa: restauraram-se as grades de pau-preto, assentaram-se os azulejos nas paredes onde se tinham reconstituído as frestas,

---

<sup>92</sup> - Pelos apontamentos registados no pequeno caderno preto (hoje na Biblioteca Municipal de Coimbra), sabemos que a sugestão foi feita por J. de Vasconcelos.

<sup>93</sup> - A pia tinha sido levada para a Sé Nova, onde, aliás, ainda se encontra.

colocou-se o vitral (com o escudo heráldico do bispo Bastos Pina) na grande janela do fundo da nave, vedaram-se provisoriamente todas as frestas e janelas. Por exigência do Bispo-Conde, e contra a opinião de António Augusto Gonçalves, mantiveram-se os retábulos laterais, tendo sido apenas objecto de limpeza.

A reabertura da Sé Velha, com pompa e circunstância, teve lugar a 4 de Julho de 1902 e foi elogiosamente noticiada nos jornais de todo o país . Veja-se, como exemplo, o artigo anónimo (certamente escrito pelo seu director, Dr. Teixeira de Abreu) em *A Folha de Coimbra* (6 de Julho de 1902), em que se afirma que as obras restituíram quase inteiramente a Sé à sua forma primitiva, suprimidas as imperfeições que a desfiguravam. Aí se enaltece a competência directiva de António Augusto Gonçalves, a alma da restauração, referindo-se também o papel desempenhado pela Rainha e pelo Bispo-Conde.

Dias mais tarde, a Câmara Municipal, através da figura do seu presidente, em sessão extraordinária, enaltece o trabalho de restauro executado, exprimindo o seu agradecimento a todos quantos concorreram para o alto nível alcançado. No voto de felicitações enviado a António Augusto Gonçalves, afirma-se que os entendidos “(...) geralmente e sem contestação séria, consideram a sua restauração como a primeira obra deste género efectuada no país, pelo superior critério com que foi dirigida (...)” (Vasconcelos, 1930: I, 415).

Houve também uma manifestação popular de apoio ao Bispo-Conde<sup>94</sup>, prestando-lhe homenagem pelo assinalável serviço, endossado pelo próprio a António Augusto Gonçalves que dirigira os trabalhos com a sua notável e tão reconhecida competência. Estava também prevista uma homenagem semelhante a António Augusto

---

<sup>94</sup> - Noticiada no *Tribuna Popular* de 9 de Julho de 1902.

Gonçalves, a qual não foi possível concretizar devido à sua “modéstia revoltada” (Vasconcelos, 1930: I, 420-421).

Apesar de a igreja ter sido aberta ao culto, a restauração ainda não fora dada por terminada, em especial no claustro. A falta de dinheiro interrompeu as obras, só recomeçadas em Outubro de 1903, com a reconstituição da arcada do norte e a demolição das construções pombalinas. Nestes trabalhos, foram-se fazendo algumas descobertas: duas edículas com arquetas sepulcrais (do chanceler D. Julião Páiz e do seu irmão) na capela de S. Miguel; uma porta na nave do poço, ao lado da entrada da casa cemiterial do cabido, que primitivamente dava acesso ao piso superior do claustro e posteriormente à casa do sineiro e à torre.

Em 1906, reconstruiu-se a arcada da nave de S. Miguel, aproveitando-se os elementos antigos encontrados nas demolições das alvenarias. No decurso do restauro do pavimento da nave da fonte, foram detectadas sepulturas<sup>95</sup>, quase todas abertas na rocha. Por todo o claustro, tal como na igreja, a rocha aflora pouco abaixo do nível do pavimento. Estas sepulturas tinham sido revolvidas quando o claustro foi adaptado a oficinas da Imprensa da Universidade.

A descrição de António de Vasconcelos relativamente a este período das obras é bastante mais sucinta, em confronto com os seus relatos anteriores, e aproveitamos para aduzir outros dados. No espólio de António Augusto Gonçalves, conservado na Biblioteca Municipal de Coimbra, existe um conjunto de cartas (e rascunhos dos canhotos), trocadas, em 1907, entre António Augusto Gonçalves e Charles Champigneulle (Paris), acerca de maquettes, preços e condições de aquisição de vitrais

---

<sup>95</sup> - O claustro foi cemitério da freguesia até 1772.

para a Sé Velha<sup>96</sup>. Dizem respeito, concretamente, tanto a um grande vitral representando a Assunção da Virgem, como a dois vitrais geminados representando os Evangelistas e a seis vitrais grisaille mosaïque<sup>97</sup>.

A avaliar pelos restauros executados, em fase posterior à troca de correspondência, a colocação destes vitrais não se chegou a concretizar ou, se o foi, terão provavelmente sido destruídos por um forte vendaval, ocorrido por volta de 1911, a crer no jornal *O Despertar* (30 de Julho de 1921) que alude ao apelo da Junta de Freguesia da Sé Velha feito a António Augusto Gonçalves para o restauro do vitral destruído, que representava o brasão do bispo. Podemos conjecturar que os vitrais franceses terão ficado destruídos no referido temporal.

Em 1907, decidiu-se pela demolição das construções pombalinas que pejavam o claustro, o que se viria a concretizar, suprimindo-se as paredes da nave do poço, desobstruindo-se os arcos de entrada para a capela cemiterial do cabido e desfazendo-se as paredes de tijolo. Nas demolições foram encontrados fragmentos de rosáceas que permitiram reconstituir 18 combinações diferentes de círculos e arcos de círculos, executando-se apenas duas rosáceas por analogia, por não haver indícios. No fim desse ano deu-se por concluído o arco central da nave sul, com a rosácea reconstituída com quatro fragmentos originais. Após ter sido lageada metade da capela cemiterial do cabido, em Janeiro de 1908, colocou-se o túmulo de D. Afonso Castelo Branco,

---

<sup>96</sup> - Esclareça-se que, no Mosteiro da Batalha, os vitrais foram restaurados com vidros (industriais) de várias cores da Real Fábrica da Marinha Grande. Por falta de recursos financeiros que lhe permitissem importar vitrais neogóticos, Mousinho de Albuquerque não pôde seguir o seu princípio de respeito pelas tecnologias antigas (Soares:2001, 192-193).

<sup>97</sup> - António Augusto Gonçalves sugeriu um sistema de fixação da armadura que evitava furar a pedra, hipótese afastada por Champigneulle, esclarecendo que se o trabalho fosse executado por um dos seus operários nada seria deteriorado, sugestão que foi, de imediato, acatada pelo Bispo-Conde.

transferido do convento de Santa Ana, convertido em quartel militar. A restauração das arcadas do claustro, embora lentamente por falta de verbas, prosseguiu até 1910, estando quase terminada quando foi proclamada a República, a 5 Outubro. Impunha-se, no entanto, proceder à demolição da maior parte da sacristia, que ocultava a fachada absidial do templo, bem como aos dois casarões sobre as naves oriental e meridional do claustro.

Após a implantação da República, os trabalhos interromperam-se, tendo sido retomados após um pedido expresso de António Augusto Gonçalves ao Ministro do Fomento do 1º governo provisório, Brito Camacho, apoiando-se nos depoimentos extremamente elogiosos de personalidades de renome no campo da arte. A sua solicitação foi atendida, dando-se por terminadas as obras de restauro em 1918 (Vasconcelos, 1930: I, 435-436).

É certo que ficaram alguns problemas por resolver (o campanário a conspurcar a fachada ocidental; a fachada absidial manchada com remendos do séc. XV e XVI; a humidade excessiva; a água que escorria em abundância pelas paredes da sacristia e da capela cemiterial do claustro; a falta de um altar-mor de pedra, fixo). Porém, no essencial, o trabalho de restauração estava feito.

### **3.1. 2. Reacções**

Delineada, em traços gerais, a obra, importa apreender a sensibilidade da opinião pública relativamente à campanha de restauro, à medida que esta se desenvolvia.

Segundo António de Vasconcelos (1930: I, 290), a imprensa periódica de Coimbra recebeu com agrado a notícia da portaria régia de Janeiro de 1893 que concedia uma verba para o financiamento das obras de restauração. Idêntica recepção não teve junto do grande público, tendo ocorrido protestos quando foi retirado o

revestimento de cal de metade do transepto. Os interessados por assuntos de arte visitavam as obras e subiam aos andaimes para melhor as apreciar (Vasconcelos, 1930: I, 295-296). Despertou também a atenção e os elogios de estrangeiros, quer do arquitecto italiano Nicolas Bigaglia, quer de Hans Dickel, austríaco, professor de arquitectura da Escola Industrial Avelar Brotero, que realizou estudos e colheu apontamentos, quer ainda, do artista italiano Baptistini, também professor daquele estabelecimento de ensino. O impacto da admiração de forâneos pela obra, deixando-a expressa em artigos ou comentários elogiosos, acabariam, por inverter a opinião pública, cativando-a para as obras (Vasconcelos, 1930: I, 296-297).

Os reparos mais contundentes, curiosamente, provinham das classes ilustradas. António de Vasconcelos (1930: I, 314-315) cita o caso de um artigo, publicado em Outubro de 1893, no jornal lisboeta “O Dia”, sob o pseudónimo de Máximo Rabugento, em que se critica o facto de, sem se consultar ninguém, sem ciência nem consciência, se apagarem uns vestígios e se conservarem outros. O mesmo articulista também se interroga como é que se prossegue na busca insensata de uma forma primitiva na capela-mor “quando sobre ela imprimiram traços indeléveis a arquitectura chamada gótica e a decoração renascentista?”<sup>98</sup>. A resposta surgiria na “Gazeta Nacional”, nos dias 2, 4, 8 e 11 de Novembro de 1893. Em compensação, o trabalho executado é elogiado por D. António Sánchez Moguel, publicados na obra “La Ilustracion Española y Americana”. Apesar de algumas vozes críticas, suscitava aplauso e era unanimemente reconhecida como da maior importância (Vasconcelos, 1930: I, 315-320).

---

<sup>98</sup> - Na verdade, este autor discordava dos princípios seguidos no restauro: “defendendo, contra o purismo à Viollet-le-Duc, o respeito pelos vestígios que ao longo dos séculos foram enriquecendo o original românico” (Rosmaninho; Botto:1993, 25).

Finalmente, em 1902, reiniciou-se o culto religioso, o que não deixaria de ser acolhido com manifestações de regozijo por parte das autoridades políticas da cidade, bem como dos próprios fiéis.

Alguns anos mais tarde, em 1935, já durante o Estado Novo, o deputado Pacheco de Amorim fez uma interpelação à Assembleia Nacional, expondo os abusos e atentados contra o património monumental português, apelando ao governo para reforçar financeiramente os serviços dos Monumentos Nacionais, de modo a que fossem dotados de meios suficientes que lhes permitisse salvaguardar os edifícios que lhes estavam confiados. Nesse discurso, a restauração da Sé Velha por António Augusto Gonçalves é apresentada como modelar, sendo diversas vezes citada como contraponto aos restauros que mereciam as maiores críticas ao autor mencionado<sup>99</sup>.

Dos relatos mencionados, poder-se-á concluir que António Augusto Gonçalves deixou uma imagem positiva da sua intervenção na Sé Velha. Basta recordar as palavras de Pierre David: “Há igrejas românicas mais sumptuosas do que a Sé Velha de Coimbra; não sei, porém, se as haverá mais puras e harmoniosas, desde que restaurações inteligentemente dirigidas a restituíram, tanto quanto possível, ao seu primitivo estado” (David: 1943, 5). Para essa situação, muito terá contribuído a seriedade e o voluntarismo rigoroso que sempre pautaram as suas actuações, mesmo quando estas suscitavam reservas e controvérsias.

### **3.1. 3. A intervenção**

A partir do momento em que se avançou para a intervenção do edifício da Sé Velha, foi assumido que o objectivo era a recuperação do seu aspecto primitivo, sempre que possível aproveitando os materiais originais (só se admitindo o restauro conjectural

---

<sup>99</sup> - Discurso transcrito por António de Vasconcelos (1935: II, Apêndices, 90-108).

em último caso). Ou seja, “concebido o restauro como recuperação do aspecto primitivo do edifício (tomado por único autêntico) e as alterações posteriores à sua sagração como deturpações infligidas a essa autenticidade, as obras na Sé Velha apresentaram-se como uma equação de partes a extrair, a repor e a reconstituir” (Rosmaninho; Botto:1993, 26). Em simultâneo, as obras também procuraram preservar os testemunhos de alto valor artístico de outras épocas.

É, aliás, uma preocupação que se depreende dos relatos circunstanciados de António de Vasconcelos, o que está de acordo, quer com o programa já analisado neste trabalho, quer quanto ao aproveitamento de todos os elementos encontrados. Está neste caso, entre outros exemplos que se poderiam referir, os vestígios de antigas pinturas que foram descobertos sob o reboco em alguns pontos das abóbadas.

É também notório o cuidado de António Augusto Gonçalves em realizar uma restauração o mais fiel possível aos princípios orientadores inicialmente propostos. Por exemplo, no caso dos capitéis em que não havia quaisquer vestígios de ornamentação, optou por apenas lhes dar a forma geral, mas sem fantasiar ou copiar desenhos ornamentais, na esperança de que ainda viessem a aparecer fragmentos que permitissem a sua reconstituição da ornamentação<sup>100</sup>. O que, de facto, veio a acontecer, no desenvolvimento da obra (Vasconcelos, 1930: I, 322-323).

Na realidade, o perfeccionismo rigorista de António Augusto Gonçalves ia ao ponto de desmanchar trabalhos já executados ou em curso, como ocorreu ao descobrir-se uma janela geminada tapada com alvenaria, obrigando-o a modificar a janela fronteira que já tinha sido restaurada, conjecturalmente, sem colunas. De forma similar, em 1898, ao retomar a direcção dos trabalhos, mandou substituir quatro fustes que

---

<sup>100</sup> - É perceptível aqui a influência o princípio de restauração estilística de Viollet-le Duc que defendia a reconstituição total a partir de um fragmento, através da analogia (Justícia, 2001: 246).

tinham sido deficientemente reconstituídos pelos operários que trabalhavam a mando do apontador das Obras Públicas.

Todavia, as opções de António Augusto Gonçalves não deixaram de suscitar alguma controvérsia, senão mesmo um certo desconforto que António de Vasconcelos deixa transparecer nos seus relatos, sugerindo uma certa inadequação entre a teoria e a prática<sup>101</sup>. Assumia-se claramente que se pretendia recuperar o aspecto original do edifício, mas também lhes repugnava destruir alguns dos elementos artísticos de épocas posteriores. Ainda assim, parece ter estado subjacente um outro critério – o valor artístico – que determinou a preservação de algumas obras de arte e a eliminação de outras.

Pode-se observar que das intervenções operadas na Sé ao longo do tempo as mais criticadas por António de Vasconcelos são as realizadas nos séculos XVII e XVIII, sendo paradigmática a sua opinião acerca da talha que revestia a capela-mor<sup>102</sup>.

Por outro lado, é notória a admiração pelas obras atribuídas a D. Jorge de Almeida, realçando-se o cuidado posto nas intervenções deste prelado para não danificar a obra original, tanto no revestimento do templo com azulejos como na renovação renascentista operada nas portas Especiosa e de Santa Clara (Vasconcelos, 1930: I, 174 e 180-181). De igual modo, ao relatar as obras empreendidas por D. Afonso Castelo Branco, António de Vasconcelos verbera o vandalismo cometido na arcada por cima da porta principal, mas regozija-se perante o facto de não se terem mutilado os capitéis, os fustes e as bases das colunas quando se encheram de alvenaria as arcadas do trifório. Quanto à edificação da grandiosa sacristia a toda a largura da igreja, que fez desaparecer a face externa da abside, António de Vasconcelos qualifica-a

---

<sup>101</sup> - António de Vasconcelos, ao escrever a *Sé-Velha de Coimbra*, acabou por desempenhar a função de “porta-voz” da intervenção de restauro dirigida por António Augusto Gonçalves.

<sup>102</sup> - Cf. a nota 74 deste capítulo.

de barbaridade; no entanto, ao tolher a ampliação da capela-mor para o coro dos cónegos, uma prática comum no séc. XVIII, a sacristia acabou por salvar a capela-mor. Esta sumptuosa sacristia seria mais tarde demolida, “como não podia deixar de ser” (Vasconcelos, 1930: I, 193), nas obras de restauração.

Por vezes, mesmo reconhecendo o valor artístico das obras<sup>103</sup>, as razões para proceder ao restauro falavam mais alto: os acrescentos deviam ser retirados por modificarem o aspecto original.

Mesmo deixando de lado o problema da legitimidade, hoje não podemos deixar de questionar a exequibilidade deste projecto de restauração. Facilmente se verifica que, por um lado, houve “deturpações” que se mantiveram, e, por outro, há formas originais que nunca chegaram a ser conhecidas, bastando lembrar o caso controverso da eventual escada de acesso ao portal poente.

De facto, a Sé foi tão alterada por acrescentos e por modificações ao longo dos séculos que não parece que fosse possível a reconstituição do edifício primitivo. Porém, no século XIX acreditava-se não só na legitimidade mas também na viabilidade de um restauro purista.

Contrariamente a outras restaurações feitas à época, António Augusto Gonçalves tinha um critério: a sua acção obedecia a um plano, as suas decisões resultavam do estudo e ponderação dos problemas. Porém os seus critérios, como quaisquer outros, e sobretudo por serem apreciados numa época posterior, são discutíveis. Apesar do mérito de ter sempre procurado aplicar as suas normas, não podemos deixar de notar que, por vezes, se deparou com a impossibilidade de o concretizar. Às vezes por razões de ordem prática, como se passou com o pavimento da igreja, que encontrou já em estado

---

<sup>103</sup> - É o caso do zimbório: apesar de bem desenhado e artístico, sendo do séc. XVIII, destoa num edifício do séc. XII.

avanzado de conclusão e não se podia desmanchar; outras por indisponibilidade do Bispo-Conde, como ocorreu, entre outros exemplos que se poderiam citar, com a decisão de não se retirar os altares laterais. Outras vezes ainda, apesar de se ter conhecimento da primitiva construção, não se tornou exequível fazer a sua reconstituição, como aconteceu com os pavimentos das absidíolas.

Como observam Rosmaninho e Botto, “O que se observa hoje do restauro de António Augusto Gonçalves é uma solução de compromisso, desde logo estabelecida no plano prévio que anunciou e fez aprovar, entre a necessidade de reverter a Sé Velha ao aspecto primitivo, os limites ocasionados pela falta de conhecimento e o respeito mantido por algumas obras de valor posteriores ao século XII” (Rosmaninho; Botto, 1993: 26).

#### **3.1.4. Os seus ideais artístico-estéticos analisados através dos apontamentos manuscritos e da imprensa periódica**

A descrição da campanha de restauro apresentada por António de Vasconcelos na *Sé Velha de Coimbra*, além de fornecer uma narração pormenorizada dos trabalhos efectuados, faculta elementos que permitem conhecer, pelo menos em termos genéricos, o pensamento de António Augusto Gonçalves: o objectivo que perseguia, os princípios que o nortearam, as suas convicções gerais acerca do património. Além disso, dispomos ainda de alguns apontamentos manuscritos de António Augusto Gonçalves e também de um número representativo de artigos publicados em jornais.

É notório que António de Vasconcelos nutria uma grande admiração por António Augusto Gonçalves, detectável em múltiplas circunstâncias, como por exemplo, no relato que fez do encontro de ambos, em Agosto de 1894, no momento da abertura dos túmulos dos bispos: “Gonçalves, que, sempre amável e interessante, acode

com as suas observações minuciosas e eruditas, com a sua crítica cintilante, segura e judiciosa, chamando-me a atenção para os pequenos detalhes bastante significativos e característicos, que à sua bela perspicácia de artista e de crítico nunca passam despercebidas, e que entretanto escapam a qualquer profano desprevenido, embora curioso como eu” (Vasconcelos: 1895: 6).

A par da imagem de serenidade e ponderação António Augusto Gonçalves manifesta uma combatividade e um empenho participativo (e por vezes até contundente) que perpassa nas páginas dos jornais. Talvez não seja alheio a essa circunstância, o facto de assinar muitos artigos sob pseudónimo, sugerindo que o anonimato lhe permitia uma contundência de palavras que tinha que conter quando se assumia como autor.

No espólio de António Augusto Gonçalves, guardado na Biblioteca Municipal de Coimbra<sup>104</sup>, a caixa referente à Sé Velha contém um pequeno caderno de capa preta e vários conjuntos de papéis soltos, alguns dos quais se afiguram incompletos, podendo-se distinguir dois grupos: capilhas (altas e estreitas, de papel castanho) que parecem corresponder a capítulos de um livro; e capilhas (de papel branco, em formato A4) que parecem ter sido organizadas por Rocha Madaíl, uma delas tendo escrito “Para ver o que é aproveitável” (Manuscritos de António Augusto Gonçalves, Biblioteca Municipal de Coimbra).

Quanto ao pequeno caderno preto, cremos tratar-se de um dos “cadernos de lembranças” de António Augusto Gonçalves, a que se refere António de Vasconcelos (1930: I, 292). Neste caso, o seu autor só usou as primeiras 36 páginas, com apontamentos e desenhos referentes às obras de restauração. Regista o recomeço dos trabalhos na igreja, a 16 de Outubro de 1897; relata o achado da sepultura de D. Álvaro,

---

<sup>104</sup> - Foi doado à Biblioteca Municipal de Coimbra pelo filho de Rocha Madaíl (que tinha comprado o espólio de António Augusto Gonçalves).

bispo de Fez, ao rebaixar-se o piso do transepto; descreve a abertura de muitas outras sepulturas (de D. João Soares, de D. João Mendes de Távora, de D. Frei Álvaro de S. Boaventura, de D. Jorge de Almeida, etc.). Este caderno também regista outros eventos directamente relacionados com as obras que dirigia, como é o caso das primeiras sondagens realizadas na ala norte do claustro, em Outubro de 1897; as escavações no adro quando procurava de indícios da antiga escada que devia conduzir à porta principal; a restauração do retábulo da capela-mor, bem como do pórtico ou, ainda, a reconstituição das frestas da fachada principal, entre outros aspectos.

Um dos factos mais interessantes relatados, evoca o achado de uma moeda de ouro do reinado de D. Afonso I<sup>105</sup>, encontrada em 1898, na casa chamada sacristia antiga, a qual foi vendida pelo mestre dos canteiros, tendo sido posteriormente recuperada. O Bispo-Conde Bastos Pina dar-lhe-ia como destino o Museu da Sé, acto considerado por António Augusto Gonçalves como “um disparate”, mas sem adiantar explicações.

Da leitura deste pequeno caderno ficamos com a impressão de que António Augusto Gonçalves transcreveu apontamentos que tinha registado noutra parte. A letra e a tinta são as mesmas em várias entradas, como se tivessem sido escritas de seguida e não como um registo diário<sup>106</sup>. Também se afigura não ter sido transcrito de uma só vez.

---

<sup>105</sup> - Não encontramos referência a este achado nos relatos de António de Vasconcelos.

<sup>106</sup> - Outro aspecto que parece confirmar esta ideia: há uma nota registando a montagem do andaime para restauro do retábulo a 14 de Maio de 1898; a nota seguinte regista a sua conclusão em Fevereiro de 1900. Ora, pela fidedigna reconstituição feita por Vasconcelos, sabemos que entre estas duas datas houve outras realizações dignas de registo, nomeadamente a consolidação da Porta Especiosa (Vasconcelos, 1930: I, 381).

Reconhecemos claramente, nos apontamentos deste caderno, muitas das informações e até expressões que se encontram na obra de António de Vasconcelos<sup>107</sup>; num tal paralelismo que não duvidamos que o autor os tinha presente quando redigiu a *Sé-Velha de Coimbra*. Ao descrever a cerimónia de reabertura da Sé Velha ao culto, afirma, a dado passo, que “Encontro, num caderno de lembranças de Gonçalves, esta nota lançada na ocasião: ‘Ao atravessar a nave, a imagem pareceu-me bela como nunca. Impressão que ficará para sempre. Posta no seu lugar, em frente do retábulo de S. Pedro, pela primeira vez a vi bem iluminada’” (Vasconcelos, 1930: I, 401). Ora, este trecho encontramos-lo, tal e qual, no caderno preto de António Augusto Gonçalves. A leitura do seu conteúdo, assim como a forma plural de António de Vasconcelos se referir aos “cadernos de lembranças” de António Augusto Gonçalves, leva-nos a pensar que este exemplar faria, com certeza, parte de um conjunto de cadernos semelhantes que terá tido a possibilidade de consultar.

Quanto ao material manuscrito, que corresponderia à organização de um livro (a que por vezes António Augusto Gonçalves se refere como “este folheto”), constituído por capítulos<sup>108</sup>, há ainda uma capilha com o título “Sé Velha. Capítulos já esboçados”. Trata-se de um conjunto de papéis, avulsos ou agrupados com pequenos pregos, versando diversos aspectos do monumento: claustro, Porta Especiosa, pavimento do

---

<sup>107</sup> - Meramente a título de exemplo, podemos indicar que as expressões de António Augusto Gonçalves (no pequeno caderno preto) “com uma grande inteligência” e “com grande intuição e habilidade”, referindo-se aos trabalhos realizados por José Barata e por João Machado, respectivamente, no pórtico, podem ser encontradas, textualmente, na obra de António de Vasconcelos (Vasconcelos, 1930: I, 379 e 380).

<sup>108</sup> - Esse livro teria os seguintes capítulos: A) Prólogo. Elogio ao Bispo-conde; B) Estilo românico. Dificuldades deste estilo. Resumo histórico da sua origem. Influências, escolas. Movimento geral; C) Origem francesa do movimento na Península; D) Ideia sumária da introdução em Portugal. Monumentos de Coimbra; E) Vandalismos que sofreu; F) Relatório dos trabalhos de restauração. Justificação do critério seguido; G) Claustro.

transepto, lanterna, pórtico principal, capitéis, túmulo de D. Sesnando, coro, capela do sacramento, altar-mor, letreiro árabe, sacristia.

Na análise destes apontamentos<sup>109</sup>, mais do que a descrição histórica e artística feita por António Augusto Gonçalves, interessa-nos observar as linhas de pensamento do autor, assim como as referências ao estado de conservação e às acções de restauro levadas a cabo no monumento. Torna-se possível apreender as linhas mestras da sua acção bem como captar as dificuldades e dúvidas com que se deparou. Vale a pena transcrever alguns passos do seu pensamento: “Para bem se ajuizar da sensatez e critério que presidiu aos trabalhos realizados é necessário o conhecimento das mutilações, acréscimos e deturpações de toda a ordem, praticadas em diversas épocas que inteiramente desfiguraram a fábrica primitiva”.

Em várias passagens, é notório o juízo de valor, depreciativo, que faz de alguns desse acréscimos, justificando a sua supressão. É o caso do coro alto: “os estragos que este coro exigiu foram tanto mais lamentáveis, que toda essa obra era de mau gosto, sem título que a recomendasse (...) Esta obra de mau aspecto sem título de recomendação, a não serem os antigos tectos, obstruindo e escurecendo a grande nave até ao meio, tinha de ser condenada. O desaparecimento deste sombrio recôncavo, a carvalho do norte, impunha-se, sem discrepância de opiniões. E foi removida”. António Augusto Gonçalves reconhecia que os tectos eram dois bons espécimes da arte mudéjar, dos últimos e raros exemplares que existiam no país. Refere, porém, o perigo eminente de desabamento devido à imprevidência com que foi sobrecarregado o madeiramento.

---

<sup>109</sup> - A partir daqui, e até final deste sub-capítulo, as transcrições dos comentários de António Augusto Gonçalves a que procedemos são – salvo indicação em contrário – respigadas dos diversos papéis insertos nessa capilha “Sé Velha. Capítulos já esboçados”. Por se tratar de um conjunto, algo desordenado, de diversas tiras de papel, não nos é possível citar essas informações de uma forma mais rigorosa.

Outro acréscimo que lhe suscitou apreciações negativas foi a “talha vulgar e inerte” que forrava a capela-mor. Depois de muito elogiar o retábulo gótico, António Augusto Gonçalves informa que a capela-mor e o arco triunfal, talvez no século XVII, foram totalmente forrados de talha “de uma grande inferioridade de execução e de um aspecto perturbador e banal. Era uma verdadeira incrustação parasitária, e, como tal, tinha de ser apeada”. Num artigo que escreve sobre *A Sé Velha*<sup>110</sup>, esclarece que a talha da capela-mor “constitui um aditamento de péssimo gosto pela perturbação com que afronta a sobriedade do templo e a delicadeza dos labores filigranados do esplêndido altar-mor” e à frente, acrescenta: “aliás valioso, em outra qualquer parte”. Reconhece a necessidade de o retirar (para repor em toda a evidência o altar), mas não aconselha a sua destruição, nada esclarecendo quanto à aplicação a dar-lhe.

António Augusto Gonçalves afirma, de modo explícito, que o seu objectivo era a recuperação da obra original, consolidar e reconstituir o aspecto primitivo do monumento: “(...) depois de extraídos os acréscimos, mostravam os indícios da obra antiga, que serviram de elucidação e guia à execução efectuada. (...) Nem uma pedra foi arriscada por conjectura ou arbítrio (...) as restaurações foram absolutamente limitadas à reparação de falhas, que, ou prejudicavam a genuinidade do venerável monumento, ou comprometiam a sua segurança e conservação”.

Recorrentemente, António Augusto Gonçalves justifica as opções tomadas escudando-se nos critérios definidos, como, por exemplo, no caso da renovação das colunas. Havia que optar entre imitar o lavor antigo, ou esboçar as colunas apenas esquematicamente no seu volume aproximado. A escolha recaiu na segunda solução, apesar de muitos preferiam os capitéis lavrados segundo o antigo e de ser fácil fazer uma dúzia de capitéis no mesmo espírito e feição dos outros da Sé Velha, porque “(...)

---

<sup>110</sup> - Publicado em *O Defensor do Povo* a 18 de Junho de 1893.

perante a veracidade histórica do seu estilo, um capitel românico feito hoje, subrepticamente misturado entre todos os de factura antiga, somente significaria uma hipótese e uma falsidade”. António Augusto Gonçalves afirma com clareza: “O que animava o meu parecer não era só um simples escrúpulo instintivo de probidade; era a lógica de um princípio de comum acordo estabelecido e por todos nós aceite”. Foi, pois, uma questão de princípio, que o obrigou à “abstenção conscienciosa e obstinada de decorar os capitéis colocados em substituição de outros destruídos”.

Apesar do seu rigor, nalgumas situações concretas António Augusto Gonçalves sentiu dificuldades em aplicar os seus critérios. O caso mais complicado de resolver parece ter sido o do pavimento do transepto: embora se verificasse, pelos vestígios encontrados, que as soleiras da capela-mor e das duas laterais primitivamente se elevavam ao mesmo nível, acima do piso geral, era impraticável repor esse pavimento porque no século XVI os absidiolos tinham sido rebaixados e neles erigidos os retábulos renascença “cuja deslocação seria um vandalismo ignóminoso e estúpido”. Um júri constituído por “peritos da maior competência” (Joaquim de Vasconcelos, Ramalho Ortigão, Bispo-conde, etc.) optou pela solução adoptada: “Os degraus de acesso ao transepto foram colocados na linha externa das naves, com vantagem manifesta para a obra valiosa da renascença e sem prejuízo para o aspecto e concordância arquitectónica do conjunto interior”.

Por vezes, António Augusto Gonçalves teve que fazer concessões, como no caso da depuração da igreja de todas as incrustações dos séculos XVI e XVII, o que implicou a remoção dos retábulos e dos altares dos colaterais.

Nas suas notas acerca do estado de degradação e ruína em que se encontrava a Porta Especiosa, embora atribua a maior parte dos estragos à mão humana, António Augusto Gonçalves não deixa de observar e de referir outras causas como a

“inconsistência do material, não obstante ser de calcário de Ançã”. E continua, a respeito da Porta Especiosa: “Este pequeno trecho de arquitectura decorativa, aparte a inoportunidade anacrónica da sua adjunção, que não podia escandalizar o critério do século XVI, é, no seu género, um aprazível espécimen da renascença coimbrã. Maltratada pelo menosprezo dos bárbaros em mutilações inumeráveis; em adiantada ruína pela inferior qualidade da pedra, pode prever-se que lhe não está reservada uma longa duração”.

No caso da Sacristia, a preocupação de António Augusto Gonçalves com o rigor levou-o a um estudo aturado do problema e à consulta de opiniões autorizadas, ao longo de vários anos. A opção colocava-se entre a sua conservação ou a reposição da abside. Todas as pessoas consultadas, sem discordância, eram favoráveis à desobstrução da obra antiga. António Augusto Gonçalves achava que essa decisão, apesar de necessária, se afigurava controversa, uma vez que a sacristia constituía uma obra apreciável como documento de uma fase artística. Propôs a redução da área da sacristia pondo a descoberto o muro e as janelas da grande abside. Não sendo possível restituir à fachada oriental a sua plena integridade, pela falta do absidiolo do lado da Epístola, pelo menos ficaria compreensível em todo o efeito das suas linhas gerais.

Um aspecto da personalidade e, *ipso facto*, da actuação de António Augusto Gonçalves, é a ponderação, estudando profundamente os assuntos, ouvindo diversas opiniões, mas desenvolvendo o seu ponto de vista, aliando o saber ao raciocínio lógico. Parece-nos um bom exemplo desse comportamento, a opinião que formula acerca de um letreiro gravado em caracteres arábicos, descoberto, por volta de 1860, numa pedra da fachada norte. Cremos que este continua um enigma indecifrado, tendo sido objecto de várias interpretações<sup>111</sup>. António Augusto Gonçalves observa que os peritos consultados

---

<sup>111</sup> - Vejam-se várias leituras em Vasconcelos (1930: I, 29-30).

partiram talvez do princípio de que a legenda tinha por fim celebrar a iniciativa ou a grandeza da construção. Porém, examinando a sua posição (oculta num recanto onde só por mero acaso poderia ser encontrada), a exiguidade dos caracteres e a altura a que se acham gravados numa pedra como as outras, sem qualquer distintivo, a sua interpretação aponta para a evocação de qualquer evento, uma oração, um desabafo ou uma imprecisão, de algum cativo mouro de educação e origem elevada (pela circunstância de saber escrever nessa época).

A partilha de opiniões parece ter sido uma prática comum durante o decurso das obras. António Augusto Gonçalves refere que a Sé Velha era ponto de reunião de um grande número de professores e de pessoas de nível cultural elevado, assemelhando-se em algumas ocasiões a uma sessão académica em acalorada pugna de opiniões e alvitre sobre assuntos de história de arte e de estética. Aliás, a participação de diversas personalidades, nomeadamente as que integravam a secção arqueológica do Instituto, está documentada num artigo publicado no jornal *A Defesa*, de 27 de Março de 1925.

De facto, ao longo de várias décadas<sup>112</sup>, António Augusto Gonçalves publicou um grande número de artigos em diversos periódicos (*A Defesa*, *O Debate*, *O Despertar*, *O Radical*, *A Resistência*, *Diário de Lisboa*, *A Época*, *A Gazeta de Coimbra*, *A Notícia* ou *A Oficina*, entre outros), tanto assinados por si (A. Gonçalves), como sob pseudónimo (Zebedeu, Libório dos Anjos, Rolim) ou recorrendo a iniciais (A., A.A., G., A.G., X, Z). Importam à nossa análise os que versam a Sé Velha mas também os que tratam de outros monumentos e até de outros temas. António Augusto Gonçalves trata dos mais variados assuntos: desde a política à educação, à protecção da arte, etc., assumindo, com frequência, os seus escritos, a forma de protesto ou de desabafo.

---

<sup>112</sup> - Pelo menos na última década do século XIX e nas três primeiras do século XX.

A consulta dos jornais da época mostra que se vivia em Portugal um período conturbado, assistindo-se, parece que impunemente, ao roubo e à delapidação do património. Afigura-se concluir que António Augusto Gonçalves sentia a obrigação moral de denunciar esses casos. Nas suas próprias palavras, “o silêncio é uma cumplicidade; e a todos nós que temos uma voz e um apito, corre-nos o dever da defesa do que constitui o património histórico e a herança intelectual da nação e de todos nós” (*A Resistência*, nº 54, 25 de Agosto de 1895). A esse propósito, insurge-se contra os leilões de espólio, dos conventos de Lisboa, extintos pela legislação desamortizadora liberal, os quais, na sua opinião, poderiam ser aproveitados para dotar os museus (*O Debate*, 26 de Julho de 1915).

Nos seus escritos, é recorrente a ideia de missão social da arte, nomeadamente através dos museus<sup>113</sup>. Num artigo publicado sob o pseudónimo Zebedeu<sup>114</sup>, critica o atraso da nossa cultura artística, num momento actual da civilização em que a arte desempenha uma função maravilhosa e vital. Num outro artigo sobre o vandalismo nocturno em Coimbra<sup>115</sup>, lamenta que não se cumprem “as leis da instrução popular e secundária – que impõem visitas de estudo aos monumentos e museus, com prelecção dos professores, para incutir na alma dos alunos a veneração que merecem, como padrões históricos da vida e da civilização nacional; e para infundir na inteligência dos moços germens de cultura artística e aperfeiçoamento moral”. Lembra ainda que, em volta da Sé Velha, funcionam várias escolas normais e infantis.

---

<sup>113</sup> - Esta atitude está patente na acção que desenvolveu no Museu Machado de Castro. Ver Carlos Serra, *António Augusto Gonçalves: o percurso museológico*. Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2001, passim.

<sup>114</sup> - Ver *O Debate* de 4 de Junho de 1916.

<sup>115</sup> - Publicado em *O Radical* de 29 de Novembro de 1919.

Todos os dados sugerem que António Augusto Gonçalves era um homem bastante culto e bem informado, sendo até possível indicar algumas das suas viagens e leituras. Nos manuscritos da Biblioteca Municipal de Coimbra encontram-se alguns apontamentos de visitas realizadas a diversos monumentos nacionais<sup>116</sup>. Sabemos, ainda, que, por ocasião da Grande Exposição Universal, em 1890<sup>117</sup>, andou pela Europa a visitar os principais museus. Quanto às suas leituras, os seus apontamentos esclarecem que consultou diversas obras sobre história da arte, de autores estrangeiros, como Enlard, Cloquet, Gustave-le-Bon, Amador de los Rios, P. Rouaix, H. Taime, Jules Zabarte ou Ch. Texier.

Manifesta também conhecimento da restauração de diversos monumentos estrangeiros: igrejas de Notre Dame, Sainte Chapelle, Castelo de Pierrefonds, Palácio dos Papas em Avinhão, Palácio dos Condes da Flandres em Gand, sala de los Divanis no Alhambra de Granada<sup>118</sup>. António Augusto Gonçalves usa esses exemplos para demonstrar que muitos monumentos medievais, devido a mutilações e vandalismos e à inevitável acção destruidora do tempo, tiveram que ser modernamente restaurados, sublinhando que “o que se exige é o escrúpulo inteligente e consciente de competências ilustradas, depois de estudos aturados e discussão ampla e longa”<sup>119</sup>.

Quanto às teorias de restauro, sabemos que António Augusto Gonçalves tinha conhecimento aprofundado das ideias de Viollet-le-Duc (1814-1879). Nos seus manuscritos há notas de leitura relativas às obras *Entretien sur l'architecture* e aos vários tomos do *Dictionnaire raisonné de l'Architecture Française du XIe au XIVe siècle*,

---

<sup>116</sup> - Como por exemplo aos mosteiros de Alcobaça e da Batalha, a 2 de Novembro de 1894.

<sup>117</sup> - Ele próprio o refere num entrevista à *Voz de Coimbra* em 1924, intitulada “Ouvindo o grande Mestre António Augusto Gonçalves”.

<sup>118</sup> - Ver, por exemplo, o artigo intitulado “Igreja de S. Tiago” assinado por A. em *A Defeza* de 23 de Janeiro de 1909.

<sup>119</sup> - Ver artigo citado na nota anterior.

assim como revela conhecer a obra de John Ruskin (1819 - 1900), de quem afirma ser “o génio mais brilhante da Inglaterra sem o qual o século XIX teria perdido o esplendor do seu prestígio”<sup>120</sup>.

Num dos seus artigos aborda as duas correntes de opinião sobre os critérios que devem presidir à restauração dos monumentos arquitectónicos<sup>121</sup>. Reflecte sobre aquela que era preconizada por Viollet-le-Duc, e seguida em muitos edifícios franceses, o qual considera a restauração uma integração aparente e completa dos estragos do edifício, preenchendo todas as lacunas e reconstituindo-o inteiramente, na mais sagaz ilusão imitativa<sup>122</sup>. Para António Augusto Gonçalves, a mistura de labores novos e velhos, de coisas legítimas e outras que fingem ser o que não são, é uma falsificação e uma burla aos incautos. A outra corrente, sustentada por críticos alemães, vê na restauração apenas a elucidação complementar e sugestiva para a compreensão satisfatória e clara da grandeza, do carácter e efeito geral da obra; distinguindo-se o que é primitivo e autêntico, do que é postiço e moderno. É esta segunda corrente que vai ganhando terreno e António Augusto Gonçalves acha que, na generalidade dos casos, é a única honesta, sensata e possível, pois, como uma restauração é sempre uma conjectura, uma

---

<sup>120</sup> - Afigura-se conhecer bem a obra de John Ruskin num artigo publicado em *A Defeza* a 16 de Junho de 1911 sobre o Penedo da Saudade e ao qual A. Gonçalves deu o título de “Pede-se um Ruskin”.

<sup>121</sup> - Na secção «Bagattelas» de *A Resistência* de 1 de Setembro de 1895.

<sup>122</sup> - Embora aqui se demarque de Viollet-le-Duc a influência deste é patente em vários aspectos da actuação de António Augusto Gonçalves: basta recordar o recurso a fragmentos para realizar reconstituições, por exemplo de capitéis. Também o critério sugerido por Prospero Mérimé - “Quando os ornamentos antigos se perderam, mais lógico é copiar os motivos análogos num edifício do mesmo tempo e da mesma época” – que daria origem à teoria da unidade de estilo defendida por Viollet-le-Duc a qual é visível na intervenção de António Augusto Gonçalves quando usou como modelo o portal da Igreja de S. Tiago para esculpir as duas colunas que faltavam no portal principal da Sé Velha ou quando, por falta de indícios, executou duas rosáceas do claustro, por analogia.

solução considerada conveniente no tempo presente poderá deixar de o ser no futuro. Afirma ainda que, em Portugal, onde todos se julgam idóneos para tudo, as restaurações deveriam ser prudentemente contidas nos mais estritos limites, e adverte que, no caso dos mosteiros da Batalha e de Alcobaça, ninguém poderá saber se resta alguma coisa intacta da construção primitiva.

Num outro artigo, António Augusto Gonçalves chega ao ponto de afirmar que, no nosso país, “(...) a fúria cega dos restauradores tem sido cem vezes mais prejudicial à arte do que os estragos dos cataclismos e do desprezo. Onde não há um simulacro de vigilância oficial e preventiva contra as assolações grosseiras das confrarias, das juntas metediças e dos mestres d’obras inconscientes”<sup>123</sup>. Nos seus escritos encontram-se diversas críticas a obras efectuadas em Portugal, tanto no caso da restauração do Mosteiro da Batalha<sup>124</sup>, como da igreja de Santa Cruz de Coimbra, “sem plano previamente discutido, sem objectivo determinado, sem obedecerem a um consciente e firme critério artístico”<sup>125</sup>, ou, ainda, no Mosteiro dos Jerónimos sobre as quais faz recair idêntica crítica<sup>126</sup>.

### **3.1. 5. Enquadramento internacional e nacional**

Por fim, para se compreender melhor o pensamento e a actuação de António Augusto Gonçalves, é fundamental enquadrá-lo na época. Ao nível internacional, discutiam-se os critérios de restauro e, em Portugal, assistia-se a um interesse crescente

---

<sup>123</sup> - A propósito do restauro efectuado na capela-mor, da Igreja de Santa Cruz, na coluna “Arte e industrias”, assinado por G., em *O Alarme* de 4 de Junho de 1891.

<sup>124</sup> - Secção «Bagatellas» (assinada por A.) da *Resistência* de 4 de Abril de 1895.

<sup>125</sup> - Secção «Bagatellas» (assinada por A. Augusto Gonçalves) da *Resistência* de 20 de Fevereiro de 1896.

<sup>126</sup> - Coluna “Artes e ofícios”, assinada por Onofre Costa, em *A Oficina* de 5 de Janeiro de 1889. Recorde-se que estas obras, iniciadas em 1863, foram marcadas por um desabamento, em 1878.

pelos monumentos históricos, assim como se realizaram também algumas intervenções, embora nalguns casos objecto de grande polémica. Na verdade, muitos dos monumentos portugueses, sobretudo medievais, foram alvo de restauros na 2ª metade do século XIX: o Mosteiro da Batalha, a Torre de Belém, o Mosteiro dos Jerónimos, a Sé de Lisboa, o Mosteiro de Alcobaça, a igreja de S. João de Alporão em Santarém, o Templo de Diana em Évora, entre outros (Custódio, 1993: 46-47).

Entre estas intervenções, destacamos o caso do Mosteiro da Batalha, quer por ter sido a primeira grande experiência nacional de restauro monumental, quer pela influência que teve à época. Em concreto, o Mosteiro de Santa Maria da Vitória (Batalha) foi alvo de uma grande campanha de restauro entre 1840 e 1900<sup>127</sup>, tendo sido o “primeiro monumento português a ser objecto de uma intervenção de restauro à luz da mentalidade romântica” (Soares, 2001: 33), situação que se desenvolve em estreito paralelismo com os dos primeiros restauros nos países europeus. As linhas de orientação seguidas nesse trabalho encontram-se na *Memória Inédita acerca do Edifício Monumental da Batalha* escrita por Luís da Silva Mousinho de Albuquerque (1792-1846), que dirigiu a intervenção ao longo de três anos. Esta *Memória* é o único texto português, da primeira metade do século XIX, em que o próprio autor do restauro enuncia os princípios teóricos que deviam nortear a intervenção (Soares, 2001: 204). Redigida em 1843, publicada postumamente pela primeira vez em 1854, foi republicada, em 1859, no periódico de Coimbra “O Instituto”<sup>128</sup>, o que parece

---

<sup>127</sup> - Desde finais do século XVIII, assistiu-se a uma valorização do estilo gótico por toda a Europa. A intervenção neste monumento também tem a ver com o facto de estar relacionado com aspectos históricos nacionais importantes (celebra a vitória sobre Castela e é o mausoléu real da dinastia de Avis). Sobre os motivos que determinaram a intervenção neste monumento veja-se Neto, 1992:220-221.

<sup>128</sup> Embora nada o confirme, a publicação pelo jornal conimbricense poderá ter dado a António Augusto Gonçalves a possibilidade de conhecer esse texto fundador.

demonstrar o interesse que os temas do restauro e da conservação dos monumentos mereciam à época, pela opinião pública mais esclarecida.

Mousinho de Albuquerque pretendia preservar a concepção original do monumento<sup>129</sup>, rejeitando tudo o que não pertencia ao estilo gótico, mas opunha-se à reconstrução das partes desaparecidas. Na sua opinião, o restaurador devia excluir a invenção própria e até mesmo o espírito de correcção e de melhoramento. Nesse sentido, apoiou-se nos desenhos feitos por James Murphy, nos finais do séc. XVIII, por os considerar uma fonte segura. Em rigor, Murphy “restaurou” graficamente os desenhos, completando partes inacabadas ou destruídas e acrescentando pormenores decorativos. Mousinho pretendia que os seus restauros se confundissem com o original (tanto pelo material como pela tecnologia utilizadas)<sup>130</sup>; por isso procurou utilizar, embora não o tenha conseguido, o mesmo tipo de material pétreo usado na construção<sup>131</sup>. O calcário usado no restauro, apesar de ser semelhante, é de qualidade inferior ao da construção original, o que terá determinado a sua rápida deterioração (já visível no início do século XX). Na actualidade, as partes restauradas no século XIX estão mais alteradas do que as originais (Soares, 2001:210).

Mousinho de Albuquerque, após três anos na direcção da obra, foi afastado por razões políticas. Os seus sucessores, Rebello Palhares (por um período de 10 anos) e Lucas Pereira (durante mais de 30 anos) seguiram, no entanto, a sua filosofia de

---

<sup>129</sup> - Embora o restauro da Batalha se tenha iniciado antes das ideias de Viollet-le-Duc terem chegado a Portugal, a ideia defendida por Mousinho de Albuquerque viria a fazer parte da teoria restauracionista da *unidade de estilo*, que pretendia restituir o monumento à sua forma original.

<sup>130</sup> - Uma opção que vai contra a teorização de Viollet-le-Duc que propunha a utilização de materiais modernos e resistentes (como o cimento armado e o ferro) no restauro dos monumentos.

<sup>131</sup> - Mousinho pretendia que a pedra usada no restauro tivesse um comportamento semelhante à pedra usada na construção original, quer sob o cinzel do escultor quer sob a influência da atmosfera.

intervenção. A partir do ano de 1884, por óbito de Lucas Pereira, os trabalhos passaram a ser dirigidos por José Augusto Fragoso, o qual se afastou da filosofia de restauro dos seus antecessores, optando pelo revivalismo gótico, criando elementos que nunca tinham existido<sup>132</sup>. Foi especialmente a construção da Capela Baptismal que gerou controvérsia na época. As críticas sucederam-se e a esse protesto António Augusto Gonçalves juntou a sua voz, reprovando as intervenções realizadas pelos canteiros nos túmulos reais, bem como no apostolado do portal principal e dintéis das janelas por falta de rigor plástico. Já Braamcamp Freire apontou erros heráldicos nos túmulos régios. Quanto a Brito Rebello, detectou incorrecções na divisa de D. Duarte gravada no portal das Capelas Imperfeitas. (Soares, 2001: 239- 241).

As críticas e controvérsias suscitadas por esta e outras intervenções de restauro reflectem a situação vigente no nosso país, não havendo um programa governamental ou princípios teóricos de restauro pré-estabelecidos. O próprio António Augusto Gonçalves lamenta que, em Portugal, estivesse por promulgar a legislação de defesa e de conservação dos monumentos históricos, e não se procedesse a uma vigilância oficial e eficaz. Aliás, sobre este assunto é muito claro e afirma mesmo “Não se pode chamar protecção à forma inconsiderável e inhábil como são dispendidas as dotações destinadas aos monumentos nacionais, entregues ao exclusivo arbítrio da engenharia e dos condutores da obra pública. Em todo o mundo estes serviços correm sob a salvaguarda de colectividades consultivas e inspecção de altas capacidades, de architectos de reputação confirmada, como V. le Duc, Lassus, Chipier, e outros da actualidade de semelhante grandeza”<sup>133</sup>.

---

<sup>132</sup> - Ver Soares, 2001: *passim* e Neto, 1992: *passim*.

<sup>133</sup> - Ver a secção “Como d’antes”, assinada por A. Gonçalves, em *A Defesa* de 5 de Junho de 1924.

António Augusto Gonçalves refere muitas vezes o caso francês como um exemplo a seguir. De facto, a legislação francesa, com um dispositivo centralizado de protecção dos monumentos históricos, foi durante muito tempo uma referência mundial, pela sua clareza e racionalidade. Em França havia um enquadramento legislativo e institucional que deve ser perspectivado dentro do contexto específico da Revolução Francesa, a qual, tendo provocado grandes destruições<sup>134</sup>, acabou por conduzir a medidas jurídicas e técnicas tendentes à conservação dos monumentos históricos, nomeadamente a fundação de instituições com a função específica de inventariar e descrever os monumentos, bem como à promulgação de uma legislação protectora, medidas estas que serviram de matriz a outros países europeus (Choay, 2000: 85-110).

Em Portugal a realidade era diferente e a atitude de preocupação com a salvaguarda do património cultural, no século XIX, deve ser enquadrada no contexto de afirmação da sociedade liberal e romântica. A primeira metade de Oitocentos foi marcada por convulsões políticas e diversas destruições que atingiram o património (como as Invasões Francesas, as Lutas Liberais e a extinção das Ordens Religiosas) e a legislação era parca e desadequada para proteger o património.

Contra o estado de degradação do património arquitectónico manifestaram-se algumas das principais figuras do panorama cultural português de meados de Oitocentos, entre os quais Alexandre Herculano, Almeida Garrett e António Feliciano de Castilho. Pretendiam sensibilizar o público e o Estado para a importância da conservação dos monumentos, entendidos como testemunhos materiais da nossa cultura e da nossa história, capazes de esclarecerem o passado e indicarem o futuro.

---

<sup>134</sup> - Alguns edifícios monumentais, em particular conventos religiosos e palácios da nobreza, foram objecto da violência revolucionária porque eram identificados com o *Antigo Regime*.

No ano de 1838-39, Alexandre Herculano publicou quatro artigos no *O Panorama* onde denuncia o estado calamitoso em que se encontrava o património arquitectónico nacional, devido à acção do tempo e, sobretudo, ao vandalismo<sup>135</sup>, alertando para a sua conservação. Ao tempo, a defesa do património estava corporizado nos monumentos históricos, os quais assumiam o valor de símbolos da nacionalidade.

Este escritor contribuiu pelos seus artigos e romances históricos, para criar a criação da imagem de um modelo idealizado de “castelo medieval português”, reduzindo a diversidade de tipos a um único protótipo, tendo esse modelo-padrão influenciado as obras de restauro levadas a cabo nos castelos. Poder-se-á, por isso, afirmar que “Alexandre Herculano fez através da escrita o que Viollet-le-Duc ousou realizar pela arquitectura: aparentemente, ambos acreditavam que, a partir de vestígios concretos existentes, seria possível ‘voltar atrás no tempo’ e reconstituir os edifícios tal como eles teriam sido, ou refazê-los como eles deveriam ter sido mas, por causas várias, nunca chegaram a ser” (Santos, 2008: 455).

Outra figura que se destacou pela sua acção e influência na sociedade portuguesa do tempo foi Joaquim Possidónio Narciso da Silva (1806-1896), a quem se devem as primeiras associações de defesa do património arquitectónico nacional: fundou, em 1863, a Associação dos Architectos Civis Portugueses (a qual, a partir de 1872, se passaria a chamar Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portugueses) e presidiu à Comissão dos Monumentos Nacionais, criada em 1882.

Em 1890 foi criada uma comissão estatal para inventariar o património artístico nacional e superintender à sua conservação e restauro tendo-lhe ainda sucedido outras

---

<sup>135</sup> - Estes artigos foram, mais tarde, inseridos no vol. II dos *Opúsculos*, com o título “Monumentos Pátrios”. Sobre a acção de Alexandre Herculano na salvaguarda do património cultural, veja-se Custódio, 1993: 41.

comissões encarregues de classificar e salvaguardar o património cultural. (Custódio, 1993:49-50). Porém, era notória a inoperância dessas instituições como se pode ver pela redacção, em 1897, da “Circular da Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses dirigida à Sociedade Civil, para servir de pressão sobre o Governo, com vista ao inventário, guarda e conservação dos monumentos nacionais” onde se apela ao culto das tradições venerandas da nossa passada grandeza, sentido como uma cruzada patriótica (transcrita em Custódio, 1993:63-65).

Na verdade, na última década do século XIX e primeira década do século XX realizaram-se vários restauros: Sé de Coimbra, Sé da Guarda, Sé de Lisboa, castelo de Leiria. Ao tempo, debatiam-se várias teorias de restauro, sendo a de Viollet-le-Duc que tinha mais seguidores<sup>136</sup>, entre os quais Rosendo Carvalheira<sup>137</sup> e Augusto Fuschini que restauraram a Sé da Guarda e a Sé de Lisboa, respectivamente<sup>138</sup> (Custódio, 1993:51-52).

Nesses restauros, além do aspecto primitivo do edifício, procurava-se uma memória gloriosa da Pátria, pois “Restaurar um monumento constituía então, com o entusiasmo que sempre transparece nos seus autores, um modo de recuperar a identidade histórica de Portugal” (Rosmaninho; Botto, 1993: 28).

---

<sup>136</sup> - Embora, Gabriel Pereira tenha chamado a atenção para os perigos do restauro integral preconizado por Viollet-le-Duc, considerava mais válida a atitude de Camillo Boito de que “é melhor consolidar que reparar, melhor reparar que restaurar”.

<sup>137</sup> - Rosendo Carvalheira, tal como Viollet-le-Duc, defendia o uso da fotografia como fonte de restauro e aconselhava a realização de uma memória descritiva (histórica, técnica e fotográfica) a acompanhar o processo de obras (Custódio, 1993: 53).

<sup>138</sup> - Sobre a intervenção de restauro da Sé da Guarda realizada por Rosendo Carvalheira veja-se o *Boletim* da DGEMN nº 88 (Junho, 1957), assim como a análise e as críticas feitas por Atanázio, 1995: 68-78. Note-se que, segundo este autor, não há documentos que provem a influência do Mosteiro da Batalha no aspecto gótico da Sé da Guarda, como pretenderam Rosendo Carvalheira e Osório da Gama e Castro, os quais seguiram aqui as piores consequências da teoria da “unidade de estilo”.

A vinculação dos monumentos nacionais à memória colectiva (e que muitas vezes tomava como modelo a Idade Média) encontra-se também, de forma clara, no pensamento de António Augusto Gonçalves. Basta recordar o artigo em que alude aos monumentos e museus como “padrões históricos da vida e da civilização nacional”<sup>139</sup>. O mesmo espírito patriótico se nota em António de Vasconcelos quando, ao descrever o acto inaugural da Sé-Velha restaurada, em 1902, evoca diversos acontecimentos históricos que aí tiveram lugar e termina dizendo “E quantas outras recordações da história pátria, quantas outras memórias gloriosas, estão indissolúvelmente ligadas a este solo sagrado” (Vasconcelos, 1930:I, 405).

Além da Sé Velha destaca-se a intervenção de restauro em Coimbra, no início do século XX, na Igreja de S. Tiago<sup>140</sup>. Pretendeu-se dignificar a igreja que se encontrava esmagada por outras edificações e à qual tinha sido cortado o remate absidial. Em 1908 realizaram-se algumas tarefas de demolição, com o objectivo de restituir ao templo a sua feição arquitectónica original. Devido à divergência de opiniões quanto à restauração, a obra foi suspensa. A igreja manteve-se praticamente em ruínas até à intervenção levada a cabo pela DGEMN, a partir de 1929; não sendo então possível reintegrá-la na sua verdadeira estrutura românica (devido à perda de elementos nas demolições de 1908) optou-se por edificar um templo modesto, de acordo com o pensamento de origem. Restituída ao culto em 1935, a Igreja de S. Tiago não é a imagem do primitivo templo. Constitui, porém, uma igreja-memória.

---

<sup>139</sup> - *O Radical* de 29 de Novembro de 1919.

<sup>140</sup> - Ver *Boletim da DGEMN*, nº 28 (Junho, 1942) dedicado à Igreja de S. Tiago de Coimbra.

## **3.2. A Intervenção da DGEMN ao longo do século XX**

### **3.2.1. A finalização do restauro**

Cronologicamente, é possível acompanhar as intervenções realizadas na Sé Velha, de 1919 a 1987, através do acervo documental arquivado pela DGEMN<sup>141</sup>. Criada em 1929, a Direcção Geral “herdou” a documentação dos organismos que anteriormente tinham desempenhado essas funções, como a do Conselho de Arte e Arqueologia (2ª circunscrição, Coimbra), entre outros.

Nas fontes documentais referentes à década de 1920 transparece alguma ambiguidade quanto à tutela do monumento, o que se afigura poder relacionar com as próprias mudanças que ocorreram nas instituições de protecção do património que viriam a ser centralizadas sob a tutela da DGEMN. Desta indefinição decorriam dois problemas: o estado de abandono dos monumentos e a falta de verbas. Também a Sé Velha espelha esta realidade. Os documentos com datação mais referem-se ao estado de abandono em que se encontra o edifício, à mercê dos danos provocados pelas intempéries, nomeadamente a infiltração de águas pluviais nas capelas do Sacramento e de S. Marcos (carta de 23 de Novembro de 1919 da Junta de Freguesia de Almedina para o Director da Obras Públicas do Distrito de Coimbra). A Direcção das Obras Públicas do Distrito de Coimbra procedeu ao levantamento das reparações a fazer nas capelas absidiais, para as quais, contudo, não havia verba disponível. Só em Março de 1923 seria dado andamento ao processo. O abandono era tal em que a Junta de Freguesia de Almedina solicitou que lhe fossem entregues a guarda e conservação do claustro, uma vez que já lhe tinha sido confiado o templo.

---

<sup>141</sup> - Toda a documentação a que fazemos referência neste ponto 3.2. do nosso trabalho pertence ao Arquivo da DGEMN, “Igreja da Sé Velha, compreendendo o Túmulo de D. Sesnando”; Processo 060302/006, estando a documentação ordenada cronologicamente.

Apesar do numeroso acervo documental, abrangendo quase sete décadas, é difícil analisar proveitosamente os dados. Por um lado, embora dispondo de diversos elementos relativos a verbas, o seu estudo levanta diversas questões: teremos todos os registos? As verbas terão sido realmente aplicadas? O que representam em termos reais essas quantias? Na impossibilidade de responder cabalmente a estas questões, e não podendo no âmbito deste trabalho desenvolver uma investigação comparativa com intervenções noutros monumentos, optámos por não explorar, em profundidade, a dimensão económica das intervenções realizadas, até porque, dado o lapso de tempo a que dizem respeito, implicaria uma delicada aferição do seu valor real nas épocas a que dizem respeito.

Porém, os problemas financeiros permanecem como uma constante ao longo do tempo. A título exemplificativo, refira-se o caso de uma proposta, aprovada em Dezembro de 1947, de ajuste particular feita pelo empreiteiro Manuel de Jesus Cardoso para a realização de diversos trabalhos até à quantia de 45.026\$50. Ou seja, tudo indica que a obra se ia fazendo e era dada por finda quando se esgotava a verba. Em Maio de 1948, o mesmo empreiteiro apresenta outra proposta referente a vários trabalhos a realizar na Sé de Coimbra, em continuação dos executados no ano anterior.

Quanto ao desfasamento entre as verbas orçamentadas e as efectivamente pagas podemos citar dois exemplos eloquentes:

- em 1949, numa comunicação da 4ª Secção para a Direcção Geral, afirma-se que foi elaborado um plano geral que orça em 851 contos. Desse plano, e de acordo com as verbas atribuídas, iam sendo realizados os trabalhos considerados de maior urgência para a conservação do monumento e o exercício do culto. Ou seja, havia um plano geral

e, anualmente, de acordo com a verba atribuída, elaborava-se o respectivo projecto de trabalhos. No ano de 1949, a dotação concedida foi de 80 contos.

- em 1954, procedeu-se à uma estimativa das “Obras de conclusão do Restauro. Sé Velha”, com a finalidade de dar continuidade às obras de restauro, com as quais se prevê dar-se-lhes conclusão: orçava em 955.468\$00. Entretanto, neste ano a 4ª Secção recebe uma Ordem de Serviço solicitando com urgência o envio de um plano de aplicação da verba de 50.000\$00 nas obras da Sé Velha.

Os condicionalismos financeiros da DGEMN não afectavam apenas a Sé Velha. Podemos até citar um caso curioso: em 1947, o Ministro da Obras Públicas determinou que, das dotações concedidas para esse ano, fossem transferidos 100.000\$00 para as obras da igreja de Paderne. Como consequência, a 4ª Secção da DGEMN teve que reduzir 5.000\$00 em seis das obras a seu cargo, sendo uma das escolhidas as da Sé Velha de Coimbra (que tinha uma dotação de 50.000\$00).

Por outro lado, a análise rigorosa das obras levanta outros problemas. Ao percorrer os registos, depreende-se de que a Sé Velha foi, durante um longo período, um permanente estaleiro. De facto, há referência a obras em quase todos os anos, embora algumas das intervenções se limitem a um único mês. Deve-se ressaltar que as datas apresentadas podem ser apenas indicativas: os trabalhos planeados num ano podiam prolongar-se ou só serem executados no ano seguinte.

Embora seja possível determinar a natureza das obras que foram sendo realizadas, sobretudo daquelas de que se dispõem dos cadernos de encargos, muitas vezes é difícil (e até impossível) identificar o local preciso das intervenções. Quando, por exemplo, se verifica que alguns dos trabalhos se “repetem”, poder-se-á deduzir que se trata da continuação de obras que não ficaram concluídas ou simplesmente que essas obras não chegaram sequer a realizar-se? Esta dúvida afigura-se plausível uma vez que,

nos casos em que a informação se reporta a estimativas ou a orçamentos de obras previstas, não se afigura certo que essas intervenções tenham sido realmente levadas a cabo.

Conscientes de todas estas condicionantes, mas face à necessidade prática de sintetizar um conjunto disperso de informação, optámos pela realização de um quadro sinóptico das intervenções realizadas<sup>142</sup>. Na elaboração da grelha, usamos como base a lista dos principais trabalhos executados apresentada no Pela DGEMN no *Boletim* referente à Sé Velha<sup>143</sup>. Para o preenchimento do quadro, recorremos a informações retiradas de diversos tipos de documentos (orçamentos, dotações, propostas de ajuste particular, autos de recepção de obra, ordens de serviço internas, etc.). Embora se trate de documentação pouco variada ou até repetitiva é difícil tratá-la de uma maneira homogénea.

Este quadro sofre, à partida, de dois importantes condicionalismos: em primeiro lugar não consiste numa contabilidade exaustiva de todas as obras feitas; em segundo lugar não é possível confirmar que as obras se realizaram no ano do respectivo registo<sup>144</sup>. Este quadro, sendo uma esquematização, é redutor da complexidade dos dados em questão, embora possibilite uma visão global da natureza das intervenções efectuadas.

Uma análise sumária do quadro permite depreender que, *grosso modo*, a DGEMN tentou solucionar os problemas que António de Vasconcelos (1930: I, 436)<sup>145</sup>

---

<sup>142</sup> - Ver Anexo B – Quadro sinóptico das intervenções da DGEMN (1923-1987).

<sup>143</sup> - *Boletim* nº 109: 42-46.

<sup>144</sup> - De um modo geral, havia um plano geral e, de acordo com as verbas atribuídas anualmente, iam realizando os trabalhos considerados de maior urgência.

<sup>145</sup> - António de Vasconcelos reporta-se ao que temos designado por campanha de restauro de António Augusto Gonçalves.

elencara como não tendo sido resolvidos, quando, em 1918, se pôs um ponto final nas obras; como atrás foi salientado<sup>146</sup>.

Pode ainda concluir-se que a actividade da DGEMN se centrou, sobretudo, em intervenções no claustro, ao mesmo tempo que procurou continuar ou concluir intervenções já iniciadas (como o revestimento da cobertura com tijoleira). Outra frente de trabalho tem a ver com questões recorrentes ou omnipresentes neste edifício: a necessidade de se proceder a arranjos e substituições nos vitrais e a persistente presença de humidade.

Cremos que, na campanha liderada por António Augusto Gonçalves, se realizaram as intervenções fundamentais de restauro. Coube à DGEMN prosseguir ou concluir obras anteriormente iniciadas ou, de alguma maneira, já previstas. Realizaram-se trabalhos, quase que diríamos de pormenor ou de acabamento, como a intervenção no adro e no terreno anexo aos absidiolos, a adaptação das construções anexas ao claustro. Para além disso, o que se regista nas décadas de intervenção da DGEMN são fundamentalmente trabalhos de reparação ou de manutenção: seja de vitrais ou de portas, seja de reconstrução de rebocos ou ainda de combate à humidade e às ervas.

Em termos cronológicos detecta-se um maior empenhamento e intensidade dos trabalhos no início da década de 1960, situação que remete para a publicação do *Boletim*, o qual constituía o marco que dava por finda a conclusão das obras nos edifícios.

Se habitualmente as empreitadas são referenciadas como “Obras de reparação e restauro”, a partir de 1963 de passam a ser designadas por “Obras de conservação”. A década de 1960 parece corresponder ao fim de um ciclo, pondo fim à intervenção de

---

<sup>146</sup> - Sobre o assunto, veja-se página 62 desta dissertação.

restauro no monumento, culminando na publicação do *Boletim* nº 109, em Setembro de 1962, dedicado à Sé Velha de Coimbra.

Das diversas intervenções realizadas na Sé Velha gostaríamos de destacar uma em concreto, pela polémica que envolveu: a construção da escada de acesso ao portal ocidental.

De facto, de todas as intervenções realizadas na Sé Velha a mais polémica foi aquela que se formalizou na construção da escada de acesso ao portal poente. Esta escada, que chegou a ser apelidada de “macabra”<sup>147</sup>, suscitou um acalorado debate, em que se esgrimiram diversos argumentos. Contra a sua construção militou António de Vasconcelos, alegando que, primitivamente, não havia qualquer acesso à Sé pela porta ocidental, a qual serviria apenas para fazer anúncios, proclamações e pronunciar sentenças<sup>148</sup>. Apenas no final da Idade Média se teria construído um estreito passadiço e o acesso só teria ganho alguma dignidade com a construção do tabuleiro mandado edificar por D. Jorge de Almeida. António de Vasconcelos apresentou três argumentos que resumidamente se apresentam: 1º os silhares da fachada são todos afeiçoados desde o terreno firme em que a parede assentou e alguns até têm siglas. Este cuidado não se justificaria se a parede ficasse oculta por escadaria de acesso frontal ou por patim ou tabuleiro com acesso lateral; 2º a cerca de 1,70m da fachada ocidental ficava, ainda nos fins do século XV, a casa do vodo (sede da administração municipal), destruída para se construir o tabuleiro por ordem de D. Jorge de Almeida, o que impunha que não haveria espaço suficiente para implantar uma escada que vencesse um desnível tão grande como

---

<sup>147</sup> - Expressão usada pelo Visconde de Vila-Moura numa carta ao jornal *A Voz* de 3 de Junho de 1934

<sup>148</sup> - Esta linha de pensamento foi recentemente retomada por António Pimentel que defendeu que essa porta servia para as proclamações dos reis de Portugal (Pimentel, 2000: 129-138)

o existente (quase 3 metros); 3º em frente da fachada havia no século XII um cemitério e, por uma questão de respeito pelos mortos, não se teria implantado a fachada sobre as sepulturas.

A interpretação de António de Vasconcelos foi objecto contestada por parte de outros autores, nomeadamente por Virgílio Correia que defendia que a porta principal sempre fora a da fachada ocidental, sendo de opinião que a casa do vodo, se limitara a ser um edifício romano entulhado e desaparecido ao tempo da construção da Sé (Correia, 1946: 86-93 e 113). Ainda assim, António de Vasconcelos manteve a sua opinião, apenas admitindo a situação de ruína do edifício municipal em 1172 (devido à invasão muçulmana de 1116 – 1117).

De forma a impedir a sua construção, António de Vasconcelos assumiu a sua posição na imprensa, redigindo vários artigos<sup>149</sup>, apelando ainda ao director-geral dos Monumentos Nacionais para que observasse no local os projectos que se tentavam concretizar, antes de tomar uma decisão<sup>150</sup>. As obras chegaram a ser suspensas e, em Junho de 1934, uma comissão do Conselho-Superior de Belas-Artes, após visita ao espaço em causa, decidiu pela sua reposição num longo relatório, no qual José de Figueiredo refuta os argumentos apresentados por António de Vasconcelos<sup>151</sup>.

Apesar de toda a polémica, a escada foi construída e, nos dias de hoje, seria difícil retirá-la, tendo-se tornado no palco da serenata da Queima das Fitas. Constituindo uma tradição já tão enraizada que se crê que este foi o local tradicional,

---

<sup>149</sup> - Publicados no *Diário de Notícias* (6 de Março) e no *Diário da Manhã* (25 e 30 de Março e 16 de Maio) também reproduzidos no *Correio de Coimbra* a 10 e 31 de Março e 7 de Abril de 1934

<sup>150</sup> - Apelo que faz através de um artigo publicado no *Diário da Manhã* e no *Correio de Coimbra* respectivamente a 16 e 19 de Maio de 1934.

<sup>151</sup> - Vasconcelos, 1935: II, Apêndices, 86- 89 e 313 -327.

“desde sempre”, para a sua realização, embora este evento tenha conhecido outros cenários, como, por exemplo a Via Latina.

A questão do primitivo acesso ao portal ocidental da Sé Velha foi recentemente retomada por Jorge de Alarcão que apresentou novos dados e argumentos<sup>152</sup>. Este autor acha pouco credível que a casa do vodo (sede da administração municipal) permanecesse em ruínas, mais de cinquenta anos após a invasão, frente à Sé que estava a ser concluída e desvaloriza o argumento da localização do cemitério, uma vez que a fachada assentou sobre duas sepulturas.

Quanto ao 1º argumento apresentado por António de Vasconcelos, Jorge de Alarcão (2008: 122-123) lembra a intervenção de Roberto de Lisboa. Afigura-se plausível que o projecto inicial não previsse o acesso principal pela fachada poente. Porém mestre Roberto não teria desenhado uma porta sem acesso, quanto muito um patim com acesso pelo lado sul, o qual já existia, pelo menos em 1222, a crer-se no registo do Livro das Kalendas (I, 14) que menciona uns degraus pelos quais se subia à porta ocidental, do lado da torre dos sinos<sup>153</sup>. Para Jorge de Alarcão, o estreito passadiço cuja existência António de Vasconcelos admite a partir dos inícios do século XIV, teria existido desde data recuada e, segundo a sua opinião, com mais dimensão do que a apontada por Vasconcelos. Apresenta também outra localização para a casa do vodo<sup>154</sup>, o que elimina um dos principais argumentos de António de Vasconcelos.

---

<sup>152</sup> - Alarcão (2008: 122-126).

<sup>153</sup> - António de Vasconcelos (1935:II, 246-290) já tinha desmontado este argumento dizendo que não se pode fazer esse uso das datas dos óbitos, apenas se pode reconhecer que quando foram redigidos e exarados no *Livro das Calendas* já se fazia uso daquela porta para as entradas e saídas da igreja (ou seja, na última metade do séc. XIV e no 3º quartel do séc. XVI).

<sup>154</sup> - Ver J. Alarcão, 2008: 178, figura 107.

### 3.2.2. Os princípios orientadores

Uma das directrizes seguidas pela DGMN, ao longo do tempo, materializou-se na publicação sistemática de Boletins, tendo vindo a lume, entre 1935 e 1966 quatro números por ano<sup>155</sup>. Era a forma de se divulgar o património e também de documentar as intervenções realizadas, ou, melhor dizendo, de mostrar “obra feita”, enquadrando-se nos objectivos do Estado Novo de reconstrução nacional. Por outro lado, os Boletins permitem-nos detectar os princípios norteadores das intervenções. No primeiro número, publicado em 1935, dedicado à Igreja de Leça do Bailio, Henrique Gomes da Silva (então Director-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, cargo que manteve de 1929 a 1960)<sup>156</sup> assume claramente que as obras de restauro e de conservação visavam dar aos monumentos a pureza da sua traça primitiva. Quanto à orientação técnica a seguir no restauro dos Monumentos Nacionais vale a pena, apesar de relativamente longa, transcrever as conclusões que apresentou ao I Congresso da União Nacional: “1º – Importa restaurar e conservar, com verdadeira devoção patriótica, os nossos monumentos nacionais, de modo que, quer como padrões imorredouros das glórias pátrias que a maioria deles atesta, quer como opulentos mananciais de beleza artística, eles possam influenciar na educação das gerações futuras, no duplo e alevantado culto de religião da pátria e da arte; 2º – O critério a presidir a essas delicadas obras de restauração não poderá desviar-se do seguido com assinalado êxito, nos últimos tempos, de modo a integrar-se o monumento na sua beleza primitiva, expurgando-o de excrescências posteriores e reparando as mutilações sofridas, quer pela acção do tempo, quer por vandalismo dos homens; 3º – Serão mantidas e reparadas as construções de valor artístico existentes, nitidamente definidas dentro de um estilo qualquer, embora se

---

<sup>155</sup> - Embora com menor frequência as publicações prolongaram-se até 1990.

<sup>156</sup> - Sobre a acção de Henrique Gome da Silva veja-se Neto (2001: 212-216)

encontrem ligadas a monumentos de caracteres absolutamente opostos” (*Boletim* nº 1: 18- 19).

O património monumental foi usado pelo Estado Novo como testemunho da ancestralidade de um poder nacional que se procurava legitimar. A Sé Velha, como muitos outros monumentos, foi instrumento da propaganda ideológica do regime, que valorizava, sobretudo, os edifícios associados a momentos gloriosos da nação conferindo particular relevo a todos os que estavam ligados à fundação da nacionalidade, entre os quais se incluíam o castelo de Guimarães e a catedral de Coimbra<sup>157</sup>.

### **3.2.3. Uma nova perspectiva**

Nos inícios dos anos 1970, é perceptível uma mudança na natureza das intervenções no monumento, que não se deve apenas à conclusão do ciclo anterior das obras de restauro, mas que se afigura ser motivada pela valorização atribuída aos aspectos da conservação. Estas novas preocupações reflectem as orientações preceituadas na Carta de Veneza de 1964. No quadro desse movimento que influenciou a política de intervenção da DGEMN, a Sé Velha assumiu algum protagonismo, tendo sido palco de algumas experiências inovadoras, graças ao empenho da delegação de Coimbra, em particular ao arquitecto Luís Amoroso Lopes.

Destaca-se a intervenção no retábulo quinhentista, que por ser pioneira levou à colaboração com várias entidades científica tanto nacionais como estrangeiras, no que respeita à utilização de metodologias de conservação pioneiras no nosso país, com vista a eventual aplicação em outros monumentos.

A experiência piloto efectuada no retábulo quinhentista representando o “Natal do Senhor” envolveu diversas tarefas: desmonte do retábulo, sucessivos banhos das

---

<sup>157</sup> - Sobre este tema veja-se Acciaiuoli, 1991.

peças para retirar os sais, secagem das peças com recurso a pasta de papel, montagem do retábulo depois de escolha criteriosa da melhor argamassa a usar para unir as peças. É de salientar que todas estas operações foram desenvolvidas com grande cuidado e rigor para não danificar a peça, havendo ainda o cuidado de observar e registar todos os dados de interesse científico assim como a realização de análise, nomeadamente o controlo regular da salinidade dos banhos para se aferir da eficácia do tratamento em curso<sup>158</sup>.

---

<sup>158</sup> - A Documetação da DEMN mostra como havia um empenhamento dos seus ecnicos noas novas preocupações referentes à conservação, assim como se nota a vontade das chefias de divulgar as informações científicas entre as várias delegações.

## 4. O monumento hoje

### 4.1. Os problemas de conservação

A questão da conservação, embora encarada sob perspectivas diferentes, tem sido uma constante ao longo dos tempos na Sé Velha: desde o século XIII à actualidade.

Mais remotamente, o rei D. Afonso II, numa carta de Novembro de 1221, destinou o remanescente de uma importante verba, que tinha doado para a construção do claustro, à aquisição de propriedades, cujo rendimento deveria ser aplicado em obras de reparação e de conservação da catedral e do respectivo claustro (transcrito em Vasconcelos: 1930, I, 447-448).

O problema recorrentemente apontado é o da humidade excessiva. Na *Memória Histórica enviada à Real Academia de História*, no século XVIII, ao descrever-se a nave da fonte no claustro, esclarece-se que, numa capela com o altar de pedra onde figurava a imagem de S. Jerónimo, “por húmido se não celebra nele” (publicada por Vasconcelos, 1930: I, 469-470).

De igual modo, António Augusto Gonçalves, no relatório redigido em 1892, reconvertido em carta endereçada ao Rei D. Carlos pelo Bispo-Conde D. Manuel de Bastos Pina, regista problemas de humidade, tanto na Capela de S. Pedro como na Capela do Sacramento e na Sacristia. Pior do que isso, no ano de 1926, refere-se à Sé Velha como estando “invadida por todos os lados pelas águas pluviais”<sup>159</sup>.

António de Vasconcelos, reportando-se, em 1935, às obras de restauro do exterior da cabeceira, esclarece que estas ainda estavam por concluir<sup>160</sup>, decorrendo, desse facto, a infiltração das águas das chuvas através das abóbadas, atingindo o retábulo, restaurado entre 1898 e 1900. Deve-se ao empreiteiro Manoel de Jesus

---

<sup>159</sup> - Ver *Diário de Notícias* de 7 de Março de 1926, artigo assinado por A. Gonçalves “Os tapetes persas de Santa Cruz de Coimbra e a necessidade de os defender”.

<sup>160</sup> - Os telhados das absides, retirados no Verão de 1932, ainda não tinham sido repostos.

Cardoso, por sua própria iniciativa, o reboco dos extradorsos das três abóbadas com cimento impermeabilizante para impedir o avanço dos estragos no retábulo, de onde já tinham caído algumas peças (Vasconcelos, 1935: II, 95-98).

Nos seus manuscritos, António Augusto Gonçalves aponta outros problemas específicos, como o do salitre nas paredes do trifório, o qual dificultava a respectiva restauração, e presta particular atenção à Porta Especiosa. Neste caso, além das inúmeras mutilações, nalguns locais a pedra estava fendilhada por acção das geadas. Na campanha de restauro que empreendeu, efectuou algumas reparações no sentido da consolidação deste elemento arquitectónico: reforçou a parte superior; calafetou as grandes fendas e as juntas onde se desenvolviam plantas parasitárias e destruidoras; fixou, por meio de grampos metálicos, os membros desaprumados e aplicou uma solução que consistia numa “aguada pastosa”<sup>161</sup>. O seu espírito antevia ruína próxima e completa, mas comenta, com a sua típica ironia, que “(...) a ameaça deste desastre, se por um lado nos priva de um trecho decorativo de excepcional beleza renasçença, por outro será compensado pela aparição do pórtico e arcada românica, que por baixo existe em estado que parece de relativa conservação”<sup>162</sup>.

Actualmente, as questões de conservação (nomeadamente numa perspectiva preventiva) continuam presentes e prementes neste monumento: à obrigação de assegurar a transmissão do nosso património às gerações vindouras nas melhores condições possíveis, junta-se a preocupação de conseguir o equilíbrio entre a fruição do monumento e a sua salvaguarda. Se, por um lado, a apresentação do monumento ao público torna imprescindível realizar trabalhos com o objectivo de oferecer boas condições de visita, por outro também é preciso garantir medidas preventivas para

---

<sup>161</sup> - António Augusto Gonçalves não especifica qual era a composição deste produto.

<sup>162</sup> - Biblioteca Municipal de Coimbra, Manuscritos de António Augusto Gonçalves, pasta “Sé Velha”, capilha intitulada “Capítulos já esboçados”.

acautelar a preservação futura do imóvel, atendendo aos diversos agentes de degradação que o afectam e que incluem a própria presença humana.

Assim, o projecto global de valorização da Sé Velha implicou um programa de conservação e de restauro do monumento, fundamentado num estudo técnico de diagnóstico do estado de conservação dos elementos pétreos e dos revestimentos<sup>163</sup>, bem como se procurou conhecer as causas das degradações verificadas. Para isso, foi investigada a história do edifício e as acções de conservação e restauro de que foi alvo. Identificaram-se as alterações feitas ao longo dos séculos, assim como as campanhas de restauro empreendidas por António Augusto Gonçalves nos finais do séc. XIX e inícios da centúria seguinte, a acção da DGEMN ao longo de quase todo o século XX e as intervenções realizadas pelo IPPAR, nas duas últimas décadas.

As alterações sofridas pelo edifício ao longo do tempo provocaram instabilidade na estrutura arquitectónica, visível em diversos desligamentos. Para observar a evolução deste problema, em 1979, a DGEMN colocou alguns testemunhos no edifício<sup>164</sup>, os quais actualmente não se encontram fissurados, o que indica estabilidade do edifício.

Constatou-se, igualmente, que algumas das práticas de conservação e de restauro aqui aplicadas no passado tiveram efeitos nocivos. Por um lado, certos produtos usados com fins conservativos levaram à formação de uma película superficial endurecida de cor acastanhada que, por vezes, se destaca, originando perda de material; por outro lado, o recurso a argamassas de cimento, ricas em sais solúveis, aceleraram o processo de degradação da pedra e de alguns revestimentos.

---

<sup>163</sup> - Realizado por uma equipa multidisciplinar que envolveu Conservadores-restauradores, Historiadores da arte, Geólogos, Químicos e Arquitectos.

<sup>164</sup> - O artigo nº 8 das “Obras de Reparação” realizadas em 1979 (Arquivo da DGEMN) diz respeito à colocação de testemunhos (dois em cada fenda), com datação (10.XII.79) em três juntas na nave e uma no trifório.

Além disso, foi realizado, por uma empresa especializada, um estudo dos frescos, esgrafitos, pinturas murais e outros elementos decorativos com o objectivo de conhecer as sucessivas decorações murais e de aplicar medidas de conservação que respeitem a autenticidade histórica e arquitectónica do monumento. Sem deixar de seguir o princípio da intervenção mínima, o objectivo é melhorar a leitura das pinturas actualmente visíveis, tendo em vista a sua fruição pelo público ou tão só pelos fiéis que frequentam a igreja. A percepção da existência de pintura, na 3ª abóbada na nave lateral do lado da Epístola, conduziu à abertura de diversas janelas de sondagem, verificando-se que a pintura se estendia a quase todas as abóbadas das duas naves laterais da igreja. Essas pinturas vegetalistas são, possivelmente, de finais do século XVII ou inícios do século XVIII. Na abóbada da “capela” do claustro, que abriga o retábulo da Natividade, são visíveis pinturas geométricas do século XVI.

Neste monumento, a humidade (por capilaridade e por infiltração das águas pluviais) é, ou melhor, continua a ser, um dos principais factores de degradação, agravado pelas próprias características intrínsecas do material pétreo usado na construção – a dolomia de Coimbra e o calcário de Ançã, que são rochas muito porosas que se desagregam naturalmente – e pela circunstância de as paredes das alas nascente e sul do claustro serem parcialmente talhadas na rocha, o que favorece o aparecimento constante de água nas capelas claustrais<sup>165</sup>. Por si só, a presença de uma elevada humidade relativa beneficia a proliferação de microorganismos, de fungos e de eflorescências salinas.

---

<sup>165</sup> - Como na foto nº 95749 do arquivo da DGEMN. Essa fotografia, tirada em 1948, mostra um “espelho de água” formado no pavimento da ala sul do claustro.

Entre 2001 e 2006, foi desenvolvido um programa global de intervenção na Sé, durante o qual se procedeu a trabalhos de limpeza, de consolidação, de protecção e de restauro das fachadas e das coberturas, bem como ao restauro dos vitrais<sup>166</sup>.

Dada a importância artística da Porta Espiciosa, e considerando os problemas específicos que apresenta, uma vez que é a parte do edifício em pior estado de conservação, o tratamento que recebeu recentemente merece-nos uma referência particular. Não só a intervenção é importante em termos de conservação do monumento e da sua valorização turística, mas também assume o valor de uma experiência piloto, geradora de conhecimentos que podem ser úteis na intervenção em outros monumentos. Os problemas causados pela poluição atmosférica e pela acção dos pombos, associados às variações de humidade e de temperatura do ambiente, foram provocando a desagregação da rocha. Por isso, foi instalado um sistema electrostático para afugentar aves; procedeu-se à eliminação das infiltrações, nomeadamente pela criação de caminhos preferenciais de escoamento de águas pluviais; aplicaram-se herbicidas e biocidas para eliminar a colonização biológica e, nas superfícies mais degradadas, recorreu-se à limpeza com radiação *laser* para evitar o uso de água.

A campanha na Porta Espiciosa é modelar pelo facto de ter sido precedida por uma intervenção piloto para, dentro dos métodos usados actualmente a nível internacional, se poder escolher o mais adequado ao seu delicado estado de conservação. Com a colaboração do LNEC, levaram-se a cabo estudos *in situ* e em laboratório para conhecer o estado de alteração dos materiais pétreos e definir as medidas de conservação necessárias à resolução dos problemas identificados. Verificou-se a existência de uma grande diversidade de patologias, desde ligeiras formas de

---

<sup>166</sup> - Arquivo do IPPAR, Sé Velha de Coimbra, Programa Global de intervenção 2001-2006, pasta nº 158.

dissolução pelas chuvas até profundas fissuras e fracturas e perdas significativas de material, decorrentes das características das diversas variedades de pedra presentes, bem como das distintas condições de ambiente a que estiveram expostas e até dos tratamentos aplicados em épocas passadas, uma vez que é de crer que tenha havido aplicação generalizada, e em várias ocasiões, de produtos consolidantes inadequados em toda a porta<sup>167</sup>.

Depois de realizadas algumas aplicações experimentais de consolidantes para encontrar o método menos agressivo e de máxima eficácia, foi decidido evitar a sua aplicação generalizada. Ainda assim, as superfícies arquitectónicas e escultóricas que apresentavam fenómenos de desagregação mais graves foram consolidadas com produtos previamente testados e, para repor a estabilidade mecânica do conjunto, procedeu-se a numerosas colagens de fragmentos e à consolidação, em profundidade, por injeção de uma micro-argamassa especialmente produzida para o efeito<sup>168</sup>.

#### **4. 2. Uma nova função: o turismo cultural**

Apesar de despojada da sua dignidade catedralícia, a Sé Velha continua a ser um local de culto. Além disso, este templo, classificado como Monumento Nacional desde

---

<sup>167</sup> - Cremos que um dos casos deve ter sido a “aguada pastosa” aplicada durante a campanha de restauro de António Augusto Gonçalves, que referimos anteriormente. Embora nada se especifique quanto à sua composição, supomos que terá sido uma receita empírica do género da que relata numa entrevista dada a o jornal *A Época* em 8 de Setembro de 1929: uma pedra do Museu do Instituto que estava atacada pelo salitre foi metida em óleo durante algumas semanas e ficou em perfeito estado, isto é, o salitre abandonou-a.

<sup>168</sup> - Arquivo do IPPAR, Relatório do LNEC “Conservação da Porta Especiosa. Acções de acompanhamento da intervenção”, realizado em Dezembro de 2005 por J. Delgado Rodrigues e Ana Paula Ferreira Pinto.

1910, tem assumido novas funções, constituindo um local de visita não apenas por motivos religiosos mas também turísticos<sup>169</sup>.

Embora essas potencialidades estejam pouco exploradas, trata-se de um monumento privilegiado, em termos turísticos, pela sua localização, história, simbolismo e possibilidades oferecidas pelo espaço. Tendo em conta a disposição topográfica da urbe, a catedral situa-se num ponto central, dentro do núcleo da cidade muralhada e próximo da Universidade (o *ex libris* de Coimbra), sendo um ponto de passagem quase inevitável para quem visita a zona histórica. É também importante pela riqueza da sua história, longa de oito séculos, percorrida por diversas correntes artísticas, estando ligada a várias personalidades e acontecimentos, tanto a nível local como nacional. Detém também um forte simbolismo, por ter sido catedral, um importante foco de cultura rivalizando com o mosteiro de Santa Cruz e local tradicional de coroação dos reis. Ainda é de salientar, as possibilidades que este espaço apresenta: o seu estado de conservação permite a visita e os seus espaços são compatíveis com o desenvolvimento de outras actividades.

É difícil conhecer e caracterizar o público-tipo que visita a Sé Velha, dada a ausência de elementos estatísticos fidedignos. Apenas seria possível contabilizar, se acaso tivéssemos tido acesso aos números, os ingressos no claustro, enquanto muitos turistas simplesmente percorrem a igreja.

---

<sup>169</sup> - Não abordamos a Sé Velha sob a perspectiva do turismo religioso por este não ser um local específico de peregrinação. Além disso, é difícil distinguir as motivações turísticas das religiosas que determinam a visita a um templo que é simultaneamente património cultural e religioso. Por outro lado, actualmente diferencia-se o 'religioso' do 'espiritual', na medida em que é possível ter uma experiência espiritual sem ter crenças religiosas. Sobre estes e outros aspectos do turismo religioso veja-se Timothy; Olsen (2006) e, mais especificamente para o caso português, Antunes (2001).

Igualmente interessante seria conhecer o público potencial, ou seja o não-público nas palavras de Pierre Bourdieu e Alan Darbel (1969), aquele que não visita a Sé mas que o poderia fazer, e que corresponde, em parte, aos visitantes da cidade de Coimbra<sup>170</sup>. É possível obter uma caracterização geral desse universo através dos dados disponíveis referentes às pessoas que se dirigem aos Postos de Turismo da Universidade e da Portagem<sup>171</sup>. Não havendo um estudo global dos visitantes da cidade, o cruzamento destes dois registos estatísticos permite-nos tirar algumas ilações interessantes. O número de turistas registados, no mês de Agosto de 2009, pelo Posto de Turismo da Portagem (17.374) e pelo Posto de Turismo da Universidade (12.668) oferece uma ideia da ordem de grandeza do fluxo turístico da cidade, e permite observar que se registou um aumento do ano de 2008 para o ano de 2009<sup>172</sup>. Por outro lado, permite constatar que uma grande percentagem (87%) destes visitantes é estrangeira, dos quais quase metade (45%) de nacionalidade espanhola. Embora estes dados sejam parciais e indirectos, mesmo uma análise superficial como a que aqui fazemos, torna claro que existe um número significativo de turistas que podem ser tomados como potenciais visitantes da Sé Velha.

Ora, esta realidade pode (ou deve) ser rentabilizada. Actualmente, o turismo urbano encontra-se em plena expansão, graças a diversas mudanças ocorridas na sociedade: houve um desenvolvimento das actividades de lazer por haver mais tempo

---

<sup>170</sup> - Os próprios habitantes da cidade podem ser considerados como público potencial da catedral.

<sup>171</sup> - Agradecemos ao Dr. Luís Alcoforado (Presidente da Empresa Municipal de Turismo de Coimbra) a disponibilização destes dados assim como as suas sugestões.

<sup>172</sup> - Comparem-se os números de 2008 (Portagem: 17.259 e Universidade: 11.199) com os de 2009 (Portagem: 17.374 e Universidade: 12.668). Estes dados são particularmente significativos atendendo à conjuntura de crise económica vivida a nível internacional no ano de 2009.

livre (devido, sobretudo, à redução de horas de trabalho, à antecipação da reforma e ao aumento de esperança média de vida) e maior nível cultural e educativo. Por conseguinte, há um maior interesse pelos aspectos culturais e patrimoniais. Ou seja, houve uma democratização e uma vulgarização da cultura que converteu o património num produto de consumo cultural de massas (Hernández, 1998: 296).

Também aqui se nota a influência da nova museologia, cuja propensão para encarar o museu (e, por extensão, o património) como estando ao serviço da sociedade, alterou as funções tradicionais do museu (conservar, expor e investigar) acrescentando novas preocupações de carácter educativo e sentido lúdico, tentando converter o museu (e o património) em algo dinâmico e criativo, adaptado às novas exigências da sociedade (Hernández, 1998: 81).

A tudo isto deve-se acrescentar algumas alterações nas práticas turísticas ocorridas na maioria dos países europeus a partir dos anos 80 do século XX, assistindo-se a uma diversificação dos destinos e à sua internacionalização, bem como a uma diminuição da duração das estadias. Implementaram-se as viagens de curta duração, cujo principal destino são as cidades<sup>173</sup>. O espaço urbano é mais propício a estadias curtas do que os destinos de mar ou de campo<sup>174</sup>, ao mesmo tempo que a riqueza histórica das cidades desempenha uma função atractiva. O turismo urbano é visto como o turismo por excelência do século XXI, devido à rapidez de comunicações, bem como à elevação do nível cultural dos cidadãos e do seu nível de vida (Cazes; Potier, 1996: 124). Dentro da indústria líder que é o turismo, destaca-se, pelas possibilidades de

---

<sup>173</sup> - Cazes; Potier (1996:7). Quanto aos factores demográficos, sociais, económicos e tecnológicos que explicam o crescimento das estadias curtas e do turismo urbano, veja-se *Idem, ibidem* (pp. 18-21).

<sup>174</sup> - Note-se ainda que, comparado com estes destinos, o turismo urbano caracteriza-se pelo facto de ser menos sazonal (Cazes; Potier, 1996: 33).

expansão que apresenta, o turismo cultural, por atrair diversos tipos de público, desde especialistas de um tema específico, ao indivíduo interessado na cultural geral passando pelos simples curiosos (Mendes, 2009: 70-71).

Paralelamente, tem-se registado um investimento das próprias cidades no sector turístico, por razões socioeconómicas. A sua promoção tem sido usada como resposta à questão dos recursos financeiros, por ser geradora de receitas e de empregos, mas também porque constitui uma oportunidade de diversificação e de modernização, com a vantagem de ser uma “indústria” não poluente (Cazes; Potier, 1996: 45-46). Nos programas que visam a revalorização ou requalificação de cidades em crise, as expectativas são sempre muito elevadas, embora o turismo deva ser visto como apenas um catalizador: simultaneamente factor e objecto da dinamização urbana (Cazes; Potier, 1996: 47). Por outro lado, a aposta forte na indústria turística pressupõe acções de promoção que incluem, muitas vezes, a construção de equipamentos e a organização de grandes eventos, como exposições internacionais, festivais ou mega-eventos desportivos (Cazes; Potier, 1996: 72-74). Essa situação implica grandes investimentos nem sempre totalmente recuperáveis ou que, pelo menos, tardam a dar lucro, pois é difícil atrair rapidamente um número suficiente de turistas que os rentabilizem.

Se o turismo pode ser encarado como uma solução alternativa à crise das actividades urbanas tradicionais, não se deve ocultar os problemas que o aumento de fluxo pode trazer ao tecido urbano, particularmente quanto à gestão do espaço. A questão central é a partilha de um território – limitado e densamente ocupado – entre residentes e visitantes (embora muitas vezes as dificuldades se limitem a um breve período de tempo). A congestão do espaço urbano sob a pressão turística produz poluição visual, sonora e climática, manifestando-se os fenómenos de sobrecarga pelas filas de espera para entrada nos monumentos, nos restaurantes, bem como nos

estacionamentos lotados e nos engarrafamentos de trânsito, susceptíveis de provocarem o encerramento provisório de lugares de visita. É fundamental conseguir maximizar os benefícios e reduzir os inconvenientes resultantes de uma concentração excessiva, de modo a compatibilizar a qualidade da visita por parte dos turistas, com a vida quotidiana dos residentes. Este problema, coloca, por conseguinte a questão do desenvolvimento sustentável, no sentido de conciliar as exigências dos visitantes com as dos habitantes permanentes e das suas actividades. (Cazes; Potier, 1996: 117).

Por outro lado, também é preciso evitar a banalização, no sentido em que a repetição mimética de modelos estereotipados de renovação urbana provoca uma estandardização e uma artificialização, tornando as cidades bastante semelhantes, sem identidade (Cazes; Potier, 1996: 108-110).

Outra questão sensível quando se trata do património consiste nos aspectos económicos<sup>175</sup>. Também, neste caso, há que procurar encontrar um ponto de equilíbrio em que se procure vencer o preconceito de o património ser gerador de receitas mas que evite cair na sua comercialização abusiva e gananciosa. A manutenção do património debate-se sempre (até pelos seus elevados custos) com sérios problemas de recursos financeiros. Embora, numa perspectiva razoável não possam ser considerados como uma solução completa, não se devem desprezar os recursos originados pela afluência de público: seja proveniente da venda de ingressos, seja de receitas geradas pelos espaços comerciais, como por exemplo uma loja ou uma cafetaria. Se, por um lado, se pode argumentar que não há razão, na actual sociedade de consumo, para a cultura ser gratuita (de nada serve ter um serviço gratuito se, por falta de meios, não se puder oferecer um serviço com qualidade e de acordo com as exigências do visitante); por outro lado, a venda de guias, de catálogos e de outras publicações (e até de outros

---

<sup>175</sup> - Sobre o valor económico do património veja-se Mendes (2009: 70-71).

objectos mais turísticos como postais e reproduções de objectos) pode desempenhar outras funções. A aquisição de recordações é uma maneira de prolongar a visita depois se de ter saído do monumento, além de que muitas têm também uma função didáctica ou pedagógica. A existência de uma loja ou de uma cafetaria pode constituir um meio de propaganda do monumento, não só pelo que comercializa como por ser um espaço que, por si mesmo, convida à visita ao monumento ou, melhor ainda, a renovadas visitas. Deve-se apostar na inovação e na qualidade dos produtos (Hernández, 1998: 290-291).

No caso concreto da promoção da Sé Velha, ainda que estejamos a tratar só de um monumento e não de toda a cidade, vale a pena ter em conta (embora com a ressalva de se referir à realidade francesa) alguns aspectos do quadro traçado por Cazes; Potier (1996). Com efeito, o estudo analisado pelos referidos autores permitiu-lhes concluir que o turismo urbano aumenta com o nível de instrução e a actividade desenvolvida, sendo mais elevado entre os quadros superiores e profissões liberais (Cazes; Potier, 1996: 36). É particularmente significativo o facto de se verificar que, nas cidades, as visitas aos monumentos e igrejas são mais apreciadas do que as visitas a museus e exposições (Cazes;Potier,1996:40)<sup>176</sup>.Os maiores interesses centram-se prioritariamente nos bairros históricos, na vida cultural, no ambiente e na atmosfera geral da cidade. Numa primeira visita, os turistas focam-se nos aspectos culturais e históricos. Não se concentram num único edifício, mas procuram conhecer os monumentos uns atrás dos outros, os bairros históricos, os museus e consomem o que é recomendado pelos guias turísticos (Cazes; Potier, 1996: 40).

---

<sup>176</sup> - Para o caso português veja-se o *Inquérito aos Museus em Portugal* (2000:127-128), obra que, também regista a maior capacidade de atracção de visitantes pelos monumentos e sítios, em desfavor dos museus.

### **4.3. Proposta de programa museológico**

Recorremos aqui ao termo “museológico” por razões operacionais, devido à falta de uma expressão mais adequada, mas esclareça-se que não está nas intenções deste projecto converter o monumento num museu<sup>177</sup>, mas sim delinear um percurso de visita e apresentar informações que permitam uma melhor compreensão do edifício por parte de quem o visita.

Seguindo ainda o espírito da Carta de Veneza de 1964 sobre conservação e restauro de monumentos e sítios – nomeadamente o seu Artigo 1, em que se afirma que o conceito de monumento compreende tanto a criação arquitectónica isolada como os conjuntos urbanos ou rurais representativos de uma civilização particular, de um movimento significativo ou de um acontecimento histórico – desejamos considerar o caso da Sé Velha de Coimbra numa perspectiva ampla e contextualizada.

#### **4.3. 1. A opção por um centro interpretativo**

Sendo o objectivo central deste projecto proporcionar ao público os meios necessários ao entendimento do monumento, tanto na actualidade como no passado, afigurou-se-nos como mais adequado a implementação de um centro interpretativo, tanto do edifício como do seu espólio artístico. Embora se preveja a criação de alguns núcleos expositivos, houve a intenção de não separar o monumento do centro interpretativo, uma vez que o que se pretende é que o monumento no seu todo se assumia como um centro de interpretação dele próprio.

O património monumental, de um modo geral, nunca é fácil de “ler”. Por essa razão, é de toda a conveniência criar elementos de intermediação entre o objecto e o

---

<sup>177</sup> - “Um circuito de visita museografado não é um museu” (A. Alarcão; Pereira, 2003: 91).

visitante, instrumentos ou métodos didáticos que tornem esses testemunhos materiais do passado compreensíveis (Mestre; Antolí, 2005:64). Na esteira da definição de interpretação apresentada por Freeman Tilden em 1957<sup>178</sup>, outros autores sugeriram outras definições como Aldridge, em 1989, que considera a interpretação como “a arte de explicar o significado de um lugar às pessoas que o visitam, com o objectivo de transmitir uma mensagem de conservação” (citado por Hernández, 2002:410). Assim, entendemos aqui a interpretação como um processo de comunicação entre o património e o público, com o objectivo de transmitir o significado e o valor do património cultural que a Sé Velha constitui e encerra.

A comunicação interpretativa como meio de gestão do património deve desenvolver uma estratégia de comunicação específica que converta as informações prestadas sob a forma de linguagem técnica do especialista numa linguagem acessível para o público visitante. Além disso, deve conseguir captar a sua atenção, despertar a sua curiosidade e estimular o seu interesse (Garrigós, 1998: 245-246).

Simultaneamente este programa foi norteadado por outras duas preocupações essenciais que determinaram a opção por uma atitude de não excessiva intervenção: não prejudicar a função litúrgica nem a conservação do monumento. Apesar de nem sempre ser fácil conciliar estes dois potenciais opostos (a tranquilidade do espaço de culto e o usufruto em termos turísticos), é fundamental tentar encontrar um ponto de equilíbrio. Note-se, por exemplo que, na escolha da sinalética, atendendo às características e à actual função do monumento, se optou por uma solução minimalista quanto ao número

---

<sup>178</sup> - Dos princípios da interpretação considerados fundamentais por Tilden, gostaria de destacar duas ideias: a primeira, a de que toda a interpretação dá informações, mas que a informação, por si só, não significa interpretar; a segunda, de que a interpretação deve apresentar um todo e não apenas uma parte, e deve dirigir-se ao visitante como um todo e não apenas a uma das suas características (princípios apresentados em Hernández, 2002: 409-410).

e ao tamanho das tabelas a utilizar, até para evitar que a sua presença perturbe a “leitura” do monumento<sup>179</sup>. Quanto aos problemas de conservação, se por um lado eles se encontram entre os aspectos a ter em consideração para criar as condições de apresentação de um monumento<sup>180</sup>, até para que este se torne mais atractivo e confortável para quem o visita, por outro não se pode ignorar que o próprio público constitui um dos factores de risco para o edifício, em termos de conservação. Também neste caso é preciso saber encontrar um equilíbrio que permita a fruição actual do monumento sem pôr em causa a qualidade das condições em que este será legado às gerações vindouras.

#### **4.3. 2. A definição de um percurso de visita**

De forma a se poder traçar o percurso de visita, começou por se identificarem (enumerar e localizar) os espaços museológicos e religiosos disponíveis, de forma a se poder estabelecer quais seriam as áreas públicas, tanto as de livre acesso como de acesso condicionado e as áreas de acesso reservado<sup>181</sup>. Afigura-se poder manter a entrada livre na igreja, assim como aos espaços de carácter comercial (a recepção, a loja e a cafetaria) e às instalações sanitárias. As áreas públicas de acesso condicionado, para as quais é necessária a aquisição de um bilhete de ingresso, correspondem aos espaços visitáveis (o claustro e a torre). Seria reservado o acesso à área de arrumação/ reserva, resultante da conversão do espaço actualmente ocupado pelos sanitários, visto prever-se um local mais adequado para a sua instalação.

---

<sup>179</sup> - Ver Anexo C - Listagem dos locais onde será colocada sinalética.

<sup>180</sup> - O programa de musealização pressupõe o desenvolvimento coordenado de outros projectos: de investigação histórica, de resolução de problemas de conservação e de restauro, de intervenções a nível arquitectónico, etc.

<sup>181</sup> - Ver Anexo D - Enumeração e localização dos espaços museológicos e religiosos.

Depois de identificados, procurou-se articular os espaços disponíveis de acordo com a respectiva localização e características, tendo em conta a função a que se destinam (recepção, exposição, exibição de meios audio-visuais, etc.). Traçou-se, então, um percurso coerente e, tanto quanto possível, sequencial, de modo a acolher com comodidade os visitantes, mas que também permita o seu «controlo». Sendo a igreja o espaço nobre do monumento, um local de culto religioso e que mantém ainda activa a sua função original, optou-se por não integrar este espaço no circuito proposto, partindo-se do pressuposto que a sua visita se fará autonomamente (antes ou depois) do percurso delineado, de preferência a rematá-lo. Pela mesma razão – não interferência nas actividades de culto – o acesso dos visitantes foi desviado para a porta lateral (na Rua da Ilha).

Por falta de um espaço alternativo próximo da entrada e com uma área adequada para funcionar como zona de acolhimento ao público, a recepção terá de se manter no local onde se encontra. Esta imposição do ponto de partida condicionou o traçado do percurso, que é feito essencialmente em torno do claustro e das capelas anexas, afigurando-se-nos muito enriquecedor incluir também o sobreclaustro e a torre.

Assim, entrando no claustro, o visitante será induzido a seguir pela esquerda (contrariando a tendência normal para cortar à direita), o que até permite tirar proveito da nossa direcção de leitura feita da esquerda para a direita. Logo no início da ala norte, pode-se admirar um retábulo da escola de João de Ruão. Continuando a percorrer o claustro, na ala nascente, podem ver-se as Capelas de S Miguel, de Santa Cecília e de Santa Maria. Na ala sul encontra-se a Capela de Santa Catarina/S. Nicolau e, um pouco mais à frente, quase a meio deste tramo, localiza-se uma escada, desactivada, que levava à cobertura do claustro. A caixa desta escada pode ser aproveitada para instalar um

pequeno elevador, solucionando assim o problema do acesso de deficientes ao andar superior.

O prolongamento do circuito da visita à cobertura do claustro revelou-se interessante: por um lado, dá uma outra perspectiva do claustro e mesmo da igreja, ao mesmo tempo que mostra a inserção do monumento na malha urbana, nomeadamente a proximidade da Universidade; por outro, permite o desenvolvimento de uma zona de lazer que incluiria uma loja, uma cafetaria e instalações sanitárias (com a enorme vantagem destas serem desviadas do percurso de visita).

Por fim, a visita à torre fecharia com chave de ouro este percurso. Como forma de aceder à torre, apresentam-se duas hipóteses: a partir da zona de lazer ou então por um possível prolongamento da escada “monumental” (que actualmente serve para aceder ao nível superior do claustro)<sup>182</sup>. Estas duas formas de acesso podem ser alternativas, mas também se justifica que coexistam. Pensamos, por exemplo, na utilização desta zona para o desenvolvimento de outro tipo de actividades culturais, como conferências e tertúlias. Ou seja, por razões práticas (nomeadamente a abertura do monumento fora do horário normal de visita) pode revelar-se vantajoso ter um acesso autónomo para acolher o público fora do contexto da visita tradicional. Em ambos os casos, parece desejável acautelar que o percurso se faça “sob telha”.

## **Descrição dos espaços**

### **\* Igreja**

O edifício da Sé Episcopal de Santa Maria de Coimbra exhibe características arquitectónicas da sua construção no século XII mas apresenta também testemunhos de

---

<sup>182</sup> - Ver Anexo D - Enumeração e localização dos espaços museológicos e religiosos, onde se encontram indicados estes dois percursos.

vários acrescentos e remodelações posteriores, assim como das campanhas de restauro de que foi alvo, nomeadamente as realizadas nos finais do século XIX com o intuito de repor a sua feição românica. Paralelamente à estrutura arquitectónica, merece ainda a atenção do visitante o património artístico integrado e móvel, de que se destaca o retábulo da capela-mor, além de vários túmulos.

O facto de a igreja ser visitada deve interferir, o menos possível, com a sua função de local de culto religioso, pelo que as explicações sobre a igreja devem ser dadas num folheto ou desdobrável. É desejável que a visita à igreja se efectue no final do percurso, após o visitante ter interiorizado uma certa tranquilidade espiritual para poder usufruir do templo.

#### \* Recepção / Acolhimento

O primeiro espaço a ter em consideração no percurso de visita é a Recepção que deve funcionar como ponto de venda de bilhetes mas também (e essencialmente) como zona de acolhimento do visitante. O espaço actualmente utilizado para esta função apresenta alguns problemas: além de ser acanhado é usado como ponto de passagem, por ser a única comunicação existente entre a igreja e o claustro, fazendo-se por aqui a circulação dos visitantes. O ponto de partida do percurso de visita está marcado pela porta (na Rua da Ilha) que lhe dá acesso, condicionando a instalação da Recepção que, obviamente, se deve localizar no início do percurso. Perto da entrada, revelou-se difícil arranjar um espaço que constitua uma boa alternativa ao actual. A manutenção da Recepção neste local – conservando-se a ligação interior à igreja para uso privado mas vedando-a ao público – não sendo a solução ideal, por implicar a circulação dos visitantes pelo exterior para acederem da igreja ao claustro ou vice-versa, parece ser a única viável, havendo que melhorar e otimizar as condições deste espaço. Para

minimizar esta condicionante pode-se, pelo menos, desviar daqui a valência comercial, sendo até desejável (em termos de rentabilidade económica) colocá-la no fim da visita. Esta solução apresenta o inconveniente prático de tornar obrigatória a existência de dois funcionários (um para a recepção e outro para a loja), enquanto, na actualidade um único funcionário assegura as duas funções. Assim, na recepção, estariam à venda apenas os bilhetes de ingresso e os materiais de apoio à própria visita.

\* Claustro

O claustro, de planta quadrada, com cinco arcos quebrados por lado, situa-se num nível mais elevado do que a igreja. Foi construído no século XIII, sendo em parte cortado na rocha.

Dada a escassez de espólio a exhibir, deve ser a própria estrutura arquitectónica a assumir o protagonismo, valorizando-a em estreita concatenação com os aspectos artísticos assim como a presença de outros elementos, nomeadamente inscrições e sepulturas.

Pensando que o público-alvo serão turistas passando por este monumento (em sentido ascendente ou descendente) numa jornada que inclui outras visitas, seria sensato criar zonas de repouso, convidando-os também à contemplação. Por exemplo, podiam-se colocar alguns bancos ao longo do claustro, em locais estratégicos de onde se pudesse observar, comodamente sentados, alguns pormenores arquitectónicos ou decorativos mais interessantes. Estes bancos poderiam ser aproveitados como pontos de informação, tendo associados algum material de apoio que permitisse ao visitante mais interessado ler uma descrição e obter explicações mais desenvolvidas e pormenorizadas. Outra solução, ainda mais cómoda e aliciante, seria fornecer essas informações (de preferência disponíveis em várias línguas) por meio de um sistema de auscultadores,

com a enorme vantagem de permitir seguir a explicação ao mesmo tempo que se observam os elementos descritos.

As capelas em volta do claustro devem ser recuperadas, mas, pelas suas dimensões e por falta de espólio para exhibir, não permitem a montagem de núcleos expositivos: dever-se-á sobretudo proceder ao arranjo, à valorização e à explicação das estruturas e elementos existentes e da respectiva função original. Sobre algumas capelas, como as de S. Miguel ou de Santa Maria, é possível dar algumas informações (acerca do fundador, das personalidades aí sepultadas, etc.).

\* “Capela” do retábulo “Natal do Senhor”

Este espaço, de planta quadrada, servia de comunicação entre a igreja e o claustro até às obras realizadas, em 1939, pela DGEMN.

Actualmente, alberga um retábulo datado de 1559, em pedra de Ançã, representando o “Natal do Senhor,” que foi transferido da capela de Santa Maria.

Na abóbada são ainda visíveis restos de pinturas geométricas do século XVI.

\* Capela de S. Miguel (séc. XIII)

Este espaço é muito interessante, porque apresenta uma estrutura de tipo columbário (com pequenos arcos tumulares para abrigar osteotecas), mas, dada a exiguidade do espaço, não parece dar margem a alterações.

Nesta capela foram colocadas as ossadas do chanceler Julião Pais (falecido em 1215) e do seu irmão, D. Gonçalo Dias (falecido em 1201).

\* Capela de Santa Cecília

Esta pequena capela pode eventualmente servir para expor uma ou outra peça que se tenha de deslocar de outro espaço. O único motivo de interesse é o arco quebrado da abertura.

\* Capela de Santa Maria (séc. XIII-XIV)

Este espaço está praticamente todo livre, destacando-se apenas a existência de dois arcos tumulares num dos topos. Note-se que a entrada da capela já não é a primitiva: as duas séries de frestas corresponde a uma interpretação realizada durante as obras de restauro de inícios do século XX. As paredes da capela são talhadas na rocha.

É a capela de maiores dimensões sendo, por isso, a mais propícia à instalação de um audiovisual, pois permite a colocação de um número razoável de cadeiras dispostas em várias filas. Para se desenvolver esta ideia, é necessário encontrar uma solução de escurecimento do local e resolver os problemas de humidade excessiva aqui existentes. Aliás, este problema deverá ser ultrapassado mesmo por questões relacionadas com a conservação do monumento.

Seria também atraente e pedagógica a exibição de uma maqueta de volumes que permitiria ao visitante ter uma visão de conjunto, apreciar o monumento de todos os lados, observar os pormenores, etc.

\* Capela de Santa Catarina / S. Nicolau (séc. XVI)

Esta capela, também cavada na rocha, foi mandada fazer pelo cónego Fernando Pires para acolher as ossadas dos seus pais e avós.

Apesar das suas dimensões razoáveis, praticamente não tem espaço útil disponível, sendo ocupada por vários túmulos (destacando-se a grande lápide sepulcral

do bispo D. Afonso de Castelo-Branco e a osteoteca do conde D. Sesnando). Assim, deve-se apenas proceder ao arranjo e valorização desses elementos.

\* Torre

Localizada no ângulo sudeste do claustro, foi parcialmente demolida no século XVIII, conservando-se apenas um piso. Há um projecto de recuperação deste espaço em que se prevê a eventual construção de dois pisos<sup>183</sup>, mas a sua realização está dependente das conclusões dos trabalhos arqueológicos que aqui forem executados, nomeadamente quanto ao estudo dos alicerces desta construção.

\* Loja / Cafeteria / Instalações Sanitárias

O sobreclaustro oferece um espaço que deve ser intervencionado e ganho para o percurso de visita: a plataforma existente entre o talude ou muro de suporte e o muro interior. Esta área é actualmente ocupada por construções avulsas e desconexas, mas poderia ser utilmente aproveitada para criar uma zona de lazer que incluiria as instalações sanitárias destinadas aos visitantes, uma loja e uma cafeteria de apoio a uma pequena esplanada.

Afigura-se constituir o local ideal para implantar uma valência comercial, sendo uma boa alternativa ao que se faz agora na Recepção, pois teria mais espaço e seria mais discreto, com a vantagem acrescida de se situar no fim do percurso. Além disso, seria de toda a conveniência poder-se apostar na qualidade dos produtos oferecidos: livros científicos, reproduções, audiovisuais, etc. Poderia, ao mesmo tempo, ser uma

---

<sup>183</sup> - A construção de dois pisos permitiria a criação de um espaço destinado a exposições temporárias, as quais constituem um factor acrescido de atracção de visitantes e de eventual repetição de deslocações a este local.

oportunidade para fazer a divulgação de outros monumentos, ou, eventualmente, fornecer sugestões para programas complementares.

A esplanada seria uma forma de proporcionar uma pausa ao visitante e de animar o monumento. Deve, no entanto ser concebida (em dimensão, mobiliário, etc.) de forma a não ferir a “paisagem circundante”, não só em termos de leitura do monumento mas também, e sobretudo, no respeito para com este espaço religioso, o qual exige sobriedade. Há que pensar também na questão da segurança: o parapeito/varanda sobre o claustro não será demasiado baixo(a)? A exacta localização e a dimensão de cada um destes espaços, bem como a sua tipologia deverão ser objecto de proposta pelo arquitecto projectista. Por exemplo, a nossa proposta que aponta para a criação de um espaço polivalente e versátil no piso superior do claustro, foi desenvolvida pela equipa de arquitectura, nomeadamente quanto ao desenho de mobiliário reversível que torna possível transformar o espaço da cafetaria numa sala com possibilidade para acolher actividades culturais.

#### **4.3. 3. O desenvolvimento de conteúdos e de materiais de apoio**

O monumento carece de espaços propícios à instalação de núcleos expositivos. A torre, até por ser um espaço emblemático, poderia ser aproveitada para desenvolver um núcleo expositivo, baseado em textos e fotografias sobre o carácter simbólico das torres e o confronto de poderes, bem ilustrado pela história do próprio local, desde a sua construção à demolição forçada.

À limitação do espaço acresce a escassez do espólio disponível para exibição, havendo, por isso, que procurar outras soluções.

No caso concreto deste monumento, a produção de um audiovisual será uma boa maneira de compensar a escassez de espólio disponível para exposição, propiciando dois enfoques distintos mas complementares. Por um lado, permite contar a história do local com maior facilidade, contextualizando a construção do edifício no tempo e no espaço, dar conta das diversas intervenções de acréscimo e restauro de que foi alvo ao longo dos séculos e, paralelamente, mostrar o papel deste monumento na História, evocando factos ou personalidades ligadas ao local. Por outro lado, pode ser uma forma de recuperar algumas memórias (pelo recurso a fotografias antigas) e algum espólio (através da reprodução fotográfica do acervo que pertenceu à Sé Velha e que se encontra actualmente em museus).

Dada a manifesta impossibilidade de recuperar o espólio antigo (ora porque desapareceu, ora porque se encontra noutros locais como a Sé Nova ou o Museu Nacional de Machado de Castro, sendo difícil a sua devolução, até por falta de condições de segurança), podemos, ainda assim, tentar recuperar a sua memória. Uma forma de “resgatar” esse acervo será proceder à sua reprodução fotográfica, e posterior exposição ou/e integrada num audiovisual. No Anexo A apresenta-se um texto (com proposta de ilustrações) que pode servir de guião a uma produção audiovisual ou a uma exposição em suporte fixo.

O recurso a fotografias antigas será, de resto, uma forma de recuperar a memória do próprio edifício: a Sé tem sido fotografada desde o século XIX e o Arquivo da Direcção Geral dos Monumentos e Edifícios Nacionais dispõe de material fotográfico, em quantidade bastante significativa, relativo às obras realizadas em meados do século XX.

A criação de conteúdos para enriquecer os núcleos expositivos implica, por conseguinte, um trabalho prévio de investigação da história do monumento nas suas

diversas vertentes, bem como a recolha de documentação fotográfica e a selecção de material gráfico. Os mesmos procedimentos se aplicam à produção dos diversos materiais de apoio à visita.

Com este programa museológico pretende-se tornar o monumento mais inteligível para quem o visita: dar a conhecer a sua história, desde a sua construção (enquadrada no espaço e no tempo) até aos sucessivos acrescentos e restauros de que foi alvo; focar os aspectos arquitectónicos e artísticos; mas também evocar factos e personalidades ligadas ao local. Procurou-se, portanto, implementar meios que sirvam de mediação entre o monumento e o visitante, de forma atraente, recorrendo-se a uma linguagem simultaneamente simples e rigorosa.

Para alcançar esse objectivo, torna-se necessário produzir diversos tipos de materiais de apoio para acompanhar a visita<sup>184</sup>, dos quais elencamos apenas alguns:

- um folheto /desdobrável contendo as explicações básicas para acompanhar a visita: um pequeno resumo da história do monumento e informações práticas. Tem também como objectivo ser um meio de divulgação do monumento, podendo ser disponibilizado em postos de turismo e em outros monumentos;

- um Roteiro que faça a história da Sé de uma forma relativamente mais aprofundada, e que será também uma forma de prolongar a visita;

- uma Monografia mais desenvolvida, destinada a um público mais especializado;

- um sistema de áudio-guias que permita uma visita comentada, versando aspectos arquitectónicos e artísticos (como a caracterização dos altares e túmulos, em termos de história da arte), assim como factos históricos considerados relevantes. No

---

<sup>184</sup> - Partindo do pressuposto de que a maioria dos visitantes serão turistas, muitos dos quais estrangeiros, deve-se fornecer toda a informação vertida, no mínimo, para a língua inglesa.

Anexo E enumeram-se os principais “pontos de comentário” a incluir no roteiro de visita<sup>185</sup>.

#### **4.3. 4. A possibilidade de abordagens específicas**

Atendendo a que a maioria dos visitantes do monumento serão previsivelmente turistas, muitos dos quais estrangeiros, no desenvolvimento do nosso trabalho visou-se, como público-alvo, o adulto com cultura mediana. Além disso, não podemos negligenciar a necessidade de desenvolver estratégias para alcançar públicos mais específicos, procurar corresponder aos diversos públicos potenciais, que têm níveis de interesse e até tempos de visita diferentes, conforme a idade, o nível cultural e as motivações.

Além disso, é desejável e possível fazer adaptações a públicos com necessidades específicas. Ao longo de todo o percurso teve-se em conta os acessos para deficientes, a começar pela entrada no monumento, mas também a obrigação de eliminar as dificuldades que impeçam pessoas incapacitadas de percorrer o circuito de visita ou de contemplar o que se encontra exposto (prevendo-se rampas e ascensores). No caso de visitantes invisuais, pode-se descrever a estrutura do monumento e das peças, em suporte áudio, disponibilizar reproduções manuseáveis das peças e uma maquete táctil do monumento, assim como apresentar a informação em *Braille*.

No que respeita aos públicos com características específicas destacam-se as visitas escolares, por constituírem um público numeroso e relativamente homogéneo<sup>186</sup>. Trata-se de um grupo difícil de cativar, sendo desejável desenvolver uma abordagem

---

<sup>185</sup> - As correspondentes fotografias encontram-se no Anexo H.

<sup>186</sup> - Sendo constituído por elementos da mesma faixa etária, da mesma proveniência geográfica, de meios sociais semelhantes, terão níveis de interesse parecidos.

pedagógica mas especialmente cativante. Pretende-se que se aprenda alguma coisa, mas especialmente que se frua de uma visita que se deseja que se repita ou que constitua um ponto de partida para a descoberta de outros monumento ou locais de interesse histórico relevante.

De forma a cativar o público estudantil e a proporcionar-lhe um aproveitamento didáctico da experiência, é fundamental a articulação com os conteúdos programáticos leccionados nos diversos níveis de ensino. Assim, a abordagem histórica do monumento deve ser adaptada ao correspondente ensino da História. Afigura-se, no entanto, mais aliciante tentar abordagens que se articulem com outras matérias curriculares. Além do efeito surpresa de mostrar que afinal se podem interligar diversos assuntos, cremos que também é pedagógico mostrar a sua ligação ao mundo concreto. Podemos apontar algumas pistas: o professor da área da Educação Visual e Tecnológica pode analisar os aspectos artísticos (como a policromia, ou os efeitos de luz e sombra); o professor de Geografia pode explorar a implantação no terreno; o professor de Física pode explicar os problemas de construção e de estabilidade; ao professor de Química cabem os aspectos de conservação relacionados com a humidade e com a presença das pombas. Cremos que possibilidades deste tipo são quase infinitas.

Outra categoria de público que deve ser particularmente acarinhada é o infantil: acolher as crianças é um bom convite às visitas familiares. A presença do público infantil, de baixo nível etário, não diminui a prática do turismo urbano (Cazes; Potier, 1996: 36). Também, neste caso, se podem explorar diversas possibilidades. Há que considerar duas situações distintas: a visita em contexto familiar ou integrada num grupo da mesma faixa etária.

No primeiro contexto, deve-se tentar desenvolver uma estratégia que permita acompanhar o resto da família na progressão no espaço da visita. Uma sugestão poderia

passar pelo recurso ao “jogo de pista” que, apelando à natural curiosidade da criança, a faça descobrir o monumento. Outras opções possíveis seria a criação de material interactivo, tipo livro desdobrável ou bonecas de papel, em que objectos em miniatura permitem reconstituir as diversas alfaias litúrgicas necessárias ao culto (o cálice, a patena, as galhetas, etc.), mostrar as insígnias episcopais (báculo, anel e mitra), abordar as diversas vestes sacerdotais (casula, pluvial, estola) ou as cores usadas em ligação com a calendário litúrgico.

As práticas culturais didácticas para as crianças, em estreita articulação com o património da cidade, permitem aos pais dar a conhecer aos filhos a história das gerações anteriores. São muito apreciadas as animações, como por exemplo as reconstituições de modos de vida. Neste caso, pode-se apresentar um guia, adequadamente vestido e caracterizado, que encarne, por exemplo, a personagem do bispo D. Miguel Salomão, o qual, na qualidade de anfitrião, faça a visita guiada à catedral.

Se, por acaso, se tratar de um grupo de adultos (a terceira idade constitui um público em expansão) deve-se propor uma mensagem diferenciada adaptada à respectiva experiência e capacidade crítica. Os monumentos constituem um lugar propício para se poder estimular a aprendizagem ao longo da vida.

#### **4.3. 5. Sugestões de animação**

Por fim, sugere-se a animação e a dinamização deste espaço, numa vertente também vocacionada para os habitantes da cidade e não apenas para os turistas, ou seja, a fruição do monumento como palco de actividades culturais, começando pelas mais tradicionais como concertos, conferências, apresentação de livros, até outras mais elaboradas, como ceias medievais, recriações históricas, etc.

O espaço a criar no sobreclaustro pode vir a constituir um factor de atracção de público quer para frequentar a cafetaria quer para visitar exposições temporárias.

Neste monumento já foram postas em prática, com muito sucesso, duas actividades de animação e recriação histórica:

\* A missa em rito moçárabe (acompanhada de música medieval), celebrada a 15 de Novembro de 2008, a qual teve uma grande afluência de público.

\* A feira medieval que se realiza anualmente, desde 1992, no largo da Sé Velha e constitui já uma tradição. Quanto a este evento vale a pena frisar uma circunstância específica, numa altura em que, por todo o lado, proliferam as feiras “ditas medievais”: na origem da implementação desta recriação houve uma grande preocupação de rigor histórico e científico, tendo sido fundamental a estreita colaboração com docentes da Universidade de Coimbra, a qual incluiu acções de formação dos grupos de figuração e de animação. É de registar que esta feira conta com a participação entusiástica de diversos grupos recreativos que, vestidos a rigor, participam como figurantes e promovem diversos tipos de animação: teatro de rua, danças e cantares ou mesmo uma “briga de mulheres”. A participação destes grupos, ao que parece ávidos de aprender, constitui uma experiência com enormes possibilidades pedagógicas e mostra como é possível conseguir a participação da comunidade.

Creemos que as potencialidades didácticas da feira para os visitantes são amplas e variadas, sendo possível observar em pormenor e ao vivo, tanto a maneira de vestir, como os produtos transaccionados, alguns dos divertimentos da época desde o teatro, a dança, os cantares até acrobacias e malabarismos ou mesmo o “encantamento das serpentes”. Nesta feira não faltam as personagens típicas da época: os monges, os cavaleiros, os jograis, mas também o mendigo leproso e a cigana vidente.

O visitante mais atento e curioso pode viajar por outros aspectos da medievalidade, da escrita à guerra. Pode conhecer os diversos instrumentos de escrita, a composição da tinta, o teor dos documentos (na tenda do tabelião), observar o próprio processo de escrita ou de fabrico de cotas de malha<sup>187</sup>.

No entanto o que nos interessa, em particular, nesta feira, é que esta decorre à sombra da Sé Velha e, contrariamente ao que o público possa pensar, este não é o lugar tradicional da sua realização. Foi, pelo contrário, o cenário da catedral que determinou a escolha do local para a sua realização na actualidade, uma vez que o monumento consubstancia o edifício de maior simbolismo medieval em Coimbra.

Por fim gostaríamos de focar a nossa atenção nas “visitas guiadas”. Apesar destas constituírem um recurso educativo tradicional, bastante comum, cremos que ainda possuem muitas potencialidades por explorar. Em primeiro lugar, possibilita uma abordagem versátil, uma vez que permite a adaptação dos conteúdos às especificidades do grupo visitante. Em segundo lugar, dadas as características cada vez mais passivas dos públicos (até porque formatados pela televisão), sabendo-se que a maioria nem sequer lê as legendas, um bom guia é um meio eficaz de motivar o visitante, convidando-o ao diálogo e à participação activa.

Neste aspecto, mais do que destacar a antiguidade e a riqueza histórica da velha catedral de Coimbra, cremos que é oportuno evidenciar a capacidade didáctica de uma visita guiada ao monumento. Desde logo, permite a observação de várias correntes artísticas, quer a nível arquitectónico (a estrutura românica da igreja, o claustro em estilo gótico, a Porta Especiosa representativa da arte Renascentista, etc.), quer a nível decorativo (pela observação de retábulos de diversas épocas). Também tem interesse contextualizar o edifício da Sé na história nacional e da cidade de Coimbra: a título

---

<sup>187</sup> - Ver Anexo F - Feira Medieval no largo da Sé Velha (Junho de 2009).

exemplificativo, a sua construção pode ser associada à necessidade de afirmação do reino, tendo o seu abandono sido ditado pela política do Marquês de Pombal. Do mesmo modo, há uma série de personalidades e de acontecimentos que, pela sua ligação à catedral, se impõe evocar: desde o conde D. Sesnando aos bispos com uma intervenção bastante marcante, casos, sobretudo, de D. Jorge de Almeida e D. Afonso Castelo Branco.

No fundo, propomos uma visita tradicional a um espaço religioso, focando aspectos históricos e artísticos. Porém, esta perspectiva pode ser valorizada se bem adequada aos respectivos destinatários. Ou seja, embora, em termos de conteúdo, o assunto a desenvolver seja similar, podemos dirigi-lo a públicos específicos (estudantes, portadores de deficiência, um determinado grupo profissional, etc.), tentando compatibilizá-lo com as respectivas motivações e expectativas.

Creemos ainda, que este edifício pode servir de pretexto para evocar outras matérias: a relação da obra humana com as condições geográficas e topográficas, a história das técnicas (que pode começar na construção do edifício e desenvolver-se até à actualidade, mencionando-se os problemas colocados pela conservação do monumento), a história das religiões e da tolerância religiosa (assuntos que poderão ser chamados à liça a propósito da mesquita, do moçarabismo, ou da presença da inscrição árabe).

Além das visitas guiadas, a deslocação à Sé Velha poderá ser rentabilizada se estiver integrada num percurso que contemple outros monumentos da cidade ou locais de interesse histórico. A ligação mais imediata, por contra-ponto, será à Sé Nova, actual guardiã de grande parte do espólio artístico pertencente à Sé Velha. Dentro da mesma linha, impõe-se a visita ao Museu Nacional de Machado de Castro na dupla perspectiva de conhecer o seu conteúdo mas também o seu continente visto este edifício ter sido o paço Episcopal. Neste caso, convém tirar partido da recente renovação do Museu

Machado de Castro, que até pode constituir um forte factor de atracção de turistas à cidade.

A Sé Velha será sempre um ponto de passagem obrigatório para qualquer visitante que queira conhecer os principais monumentos da cidade. Nessa medida, pode-se converter num percurso, simultaneamente lúdico e pedagógico, ao qual pode ser associada alguma animação, tanto do foro musical como de outro âmbito, o qual pode ser também usufruído pelos próprios habitantes da cidade.

No contexto dos percursos temáticos, a Sé Velha pode ser o epicentro de um “Percurso pelo Românico Coimbrão” (fase B ou afonsino), em estreita articulação com as igrejas de Santa Cruz, de S. Salvador, de S. Cristovão e de S. Tiago. Estas igrejas formam um conjunto coerente e homogéneo, na medida em que se integram no denominado Românico Afonsino ou fase B<sup>188</sup>, mas cada um dos templos ilustra diferentes aspectos, nomeadamente pelos distintos estados de conservação respectivos<sup>189</sup>.

A Sé Velha é o ponto nuclear deste percurso, constituindo uma referência neste conjunto, quer por ser o templo mais representativo e de maiores dimensões, quer por ser o que se apresenta em melhor estado de conservação (em especial, no que concerne às características da fase estilística em apreço).

A igreja do Mosteiro de Santa Cruz, de fundação régia, começou a ser edificada antes da Sé Velha. O grande parentesco que se constata entre as duas fachadas destas igrejas é atribuível à intervenção de Mestre Roberto. Na igreja de Santa Cruz pouco resta da obra primitiva, dado que o edifício foi muito alterado no século XVI, nomeadamente na fachada. O facto de se verificar a aglutinação de estilos artísticos

---

<sup>188</sup> - Sobre as diversas tipologias de Românico veja-se Real (1974: 29-42).

<sup>189</sup> - Ver Anexo G.

sucessivos num mesmo edifício deve ser realçado pois o visitante pode encontrá-lo em muitos outros exemplos do nosso património cultural arquitectónico.

A igreja de S. Salvador, de construção contemporânea da Sé Velha, possui uma inscrição onde se regista que o portal foi mandado fazer por Estêvão Martins, em 1179. A sua fachada, que sofreu uma grande reforma no século XVIII, seria como que uma redução da fachada da Sé Velha.

Também coeva da Sé, com a qual tinha muitas analogias (nomeadamente na fachada), a igreja de S. Cristóvão corresponderia a uma dimensão de aproximadamente metade da catedral. Tinha a particularidade de possuir uma cripta. Destruída em 1860 para se construir um teatro (também já demolido), alguns dos seus capitéis foram guardados quer no Museu Nacional Machado de Castro quer no Palácio do Marquês da Graciosa, em Anadia. Neste percurso, é o edifício que suscita mais potencialidades pedagógicas, em termos de defesa do património: à estranheza da demolição de uma igreja medieval para se construir um teatro, junta-se o choque do actual estado de degradação do edifício, ou seja, constitui hoje uma ruína bem representativa dos maus tratos infligidos ao património cultural num passado relativamente próximo.

A igreja de S. Tiago, construída nos últimos anos do século XII, tendo sido sagrada no ano de 1206, esteve primitivamente ligada à Catedral de Santiago de Compostela. Sofreu vários atentados: em meados do século XVI foram construídas sobre a sua nave direita as instalações da Misericórdia e, em 1861, foi-lhe amputada a cabeceira para alargar a Rua de Coruche. Foi também alvo de uma atribulada intervenção de restauro no início do século XX, que condicionou o edifício tal como este se apresenta na actualidade, bem longe da sua traça primitiva.

O principal motivo de interesse são os dois portais exteriores, em virtude da decoração dos capitéis, colunelos e arquivoltas, os quais serviram de modelo à reconstituição do portal da Sé Velha.

## 5. Conclusão

O valor histórico da Sé Velha resulta da sua antiguidade, da variedade de correntes estilísticas que apresenta, do número de personalidades e de acontecimentos (de carácter local e nacional) com que o monumento se relaciona, mas também da diversidade de perspectivas que alguns dos seus aspectos originaram.

António Augusto Gonçalves, ao referir o carácter genuíno do edifício, construído sem interrupções, classifica a Sé Velha como “o mais notável e o mais completo monumento românico de grandes dimensões que Portugal possui”<sup>190</sup>. No entanto, em nosso entender, enquanto património, a Sé Velha excede os aspectos materiais (da construção arquitectónica e do seu espólio artístico) abarcando também uma dimensão religiosa, cultural e simbólica.

A abordagem histórica deste edifício caleidoscópico que é Sé assume-se como prioritária num programa museológico que visa a valorização e a dinamização do monumento: não só é preciso conhecer a sua história para a poder contar e tirar partido das suas potencialidades pedagógicas, mas também porque um projecto desta dimensão implica uma intervenção a diversos níveis (arquitectónico, restauro e conservação e de arquitectura paisagística), a qual não pode ignorar a biografia do monumento.

Porém, o edifício actual é tanto o fruto de sete séculos de história como de um século de campanhas de restauro e conservação. E, neste caso, podemos identificar as correntes de pensamento que comandaram as intervenções: dos ideais românticos de António Augusto Gonçalves às intenções propagandísticas do Estado Novo. Tal como cada época faz a sua história, também cada época faz o seu restauro. Por isso, hoje em dia, a nossa perspectiva não pode deixar de ser diferente daquelas. Importa reconhecer

---

<sup>190</sup> - Na carta escrita ao Bispo-Conde, D. Manuel de Bastos Pina, em 1892 (transcrita em Vasconcelos: 1930, I, 281-289).

que António Augusto Gonçalves não conseguiu cumprir rigorosamente o seu propósito de recuperar a pureza original do edifício, e nem sempre se tornam claros os critérios que determinaram a sua opção de manter algumas obras posteriores à construção e eliminar outras. Cremos que é também de evidenciar que as suas propostas nos parecem hoje não apenas difíceis de concretizar mas até, eventualmente, indesejáveis, dado que experimentamos algum sentimento de perda quando consideramos a remoção de alguns elementos, em especial os revestimentos azulejares. Nos nossos dias, as intervenções no património cultural visam a conservação e a preservação, assim como a sua valorização<sup>191</sup>.

No caso da Sé Velha de Coimbra, não se pretende apenas preservar o monumento mas também valorizá-lo e divulgá-lo através da implementação de um centro interpretativo que inclua um percurso de visita e a criação de espaços que permitam outras valências. Paralelamente, considera-se vantajoso articular a sua visita com outras, sobretudo se integradas em percursos. Em suma, pretende-se a reutilização do monumento com uma nova função social: o turismo cultural e outras actividades de âmbito cultural.

Porém, teve-se sempre em conta que a rentabilização das potencialidades turísticas deste monumento não deve interferir com a sua função original (e ainda activa) de local de culto religioso. Devido ao crescimento do turismo cultural durante as últimas décadas, os locais religiosos são mais visitados por turistas curiosos do que por

---

<sup>191</sup> - Vejam-se as cartas e convenções internacionais, como por exemplo a Carta de Cracóvia de 2000, que actualiza a Carta de Veneza de 1964 ([www.international.icomos.org/e\\_charte.htm](http://www.international.icomos.org/e_charte.htm)) (28 Outubro 2009; 18.03).

peregrinos espirituais<sup>192</sup>, não sendo sempre fácil a partilha de espaço entre turistas e fiéis. Embora a peregrinação medieval seja geralmente apresentada como o primeiro exemplo de turismo de massas tal como hoje o conhecemos, o estudo do turismo religioso debate-se com a dificuldade em distinguir os visitantes movidos por motivos religiosos dos restantes turistas.

No caso dos monumentos religiosos, o problema que se coloca não é apenas de o preservar enquanto espaço físico, mas também a sua atmosfera espiritual, compatível com a oração e com a meditação. Nos lugares sagrados, a qualidade da experiência está directamente relacionada com a manutenção do “espírito do lugar”, sendo de sublinhar que mesmo o visitante pertencente a outro credo ou o não religioso pode vivenciar algo de espiritual ao visitar um local sagrado. O fluxo turístico pode até ser encarado como uma oportunidade de evangelização.

Além disso, a “musealização” de um monumento oferece enormes e variadas potencialidades culturais e educativas, sendo de referir, em especial, que o turismo e a valorização do património constituem um incentivo à sua protecção, a qual é, aliás, imprescindível na medida em que se trata de um bem não renovável.

Embora a Sé Velha não seja um destino de peregrinação, a cidade de Coimbra contempla essa vertente através do memorial da Irmã Lúcia. Neste contexto, a ligação à catedral dedicada a Santa Maria não é descabida.

Por outro lado, em Maria, mãe de Jesus e Rainha da paz, consubstanciam-se valores humanistas comuns a outras religiões. Constituindo um ponto de encontro de culturas (quer pelo moçarabismo, quer pela tradição de alternância do culto religioso),

---

<sup>192</sup> - É curioso verificar que a visita a locais religiosos têm aumentado, ao mesmo tempo que a frequência regular das igrejas (enquanto espaço de serviço religioso) tem diminuído (Timothy; Olsen, 2006: 3-4).

uma visita à Sé Velha pode fomentar a tolerância religiosa e, nos dias de hoje, um contributo nesta matéria, por mais pequeno que seja, nunca será insignificante.

## **Fontes de arquivo**

### **Arquivos e Bibliotecas de Coimbra**

Arquivo da DGEMN (delegação do Centro) – Processo 060302 / 006 (Sé Velha de Coimbra, compreendendo o túmulo de D. Sesnando).

Arquivo do IPPAR – processos referentes à Sé Velha.

Biblioteca Municipal de Coimbra – Manuscritos de António Augusto Gonçalves, caixa “Sé Velha”.

## **Fontes impressas e bibliografia**

### **Periódicos**

- *A Época*
- *Diário de Notícias*
- *Instituições Christãs*
- *O Conimbricense*
- *O Defensor do Povo*
- *O Despertar*
- *O Tribuno Popular*
- *Voz de Coimbra*

## **Bibliografia**

ACCIAUOLI, Margarida

1991- *Os anos 40 em Portugal. O País o regime e as Artes. Restauração e celebração.* (Dissertação de Doutoramento apresentada à FCSH /UNL), Lisboa.

ALARCÃO, Adília ; PEREIRA, Helena

2003 – “Os legados da Rainha Santa: notas para um percurso museológico”; in *Monumentos*, Revista semestral de Edifícios e Monumentos, nº 18 (Março, 2003): 89-91.

ALARCÃO, Adília; PROVIDÊNCIA, Pedro; REDOL, Pedro

2007 – “Monumentos religiosos e Centros Interpretativos. Do programa ao projecto de execução.”; in *Estudos / Património*, nº10, Lisboa, IPPAR: 198-210.

ALARCÃO, Jorge de

2008 – *Coimbra. A montagem do cenário urbano.* Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

ANTUNES, Manuel Luís Marinho (2001)

“Turismo Religioso”; in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, direcção de Carlos Moreira Azevedo, Círculo de Leitores e Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, vol. IV: 307-309.

ATANÁZIO, M.C. Mendes

1992 – “O Restauro dos monumentos depois da Revolução Francesa e de Viollet-le-Duc” in *Lusíada*, Revista de Ciência e Cultura (Universidade Lusíada), Série de História, nº 2 – Abril/1992. Edição Especial: 208-215.

1995 – “A catedral da cidade da Guarda na História” in *Lusíada*, Revista de Ciência e Cultura (Universidade Lusíada), Série de História, nº3 - Abril/1995, 54 - 83.

BARROCA, Mário Jorge

2000 – *Epigrafia medieval portuguesa (862-1422)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

*BOLETIM da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*. Números 1 ao 131, DGEMN, Lisboa, 1998.

BOURDIEU, Pierre; DARBEL, Alan

1969 – *L'amour de l'art. Les musées d'art européens et leur public*. Les Editions de Minuit. 2ª Ed. Paris.

CAZES, Georges ; POTIER, Françoise

1996 – *Le Tourisme Urbain*. (Col. 'Que sais-je', nº3191), Paris, Presses Universitaires de France.

CHOAY

2000 – *A alegoria do património*, edições 70, Lisboa.

COELHO, Maria Helena da Cruz

1998 – “Superstição, Fé e milagres na Idade Média”; in *Ócio e Negócio*, Coimbra: 85-126.

2005 – “Nos alvares da História de Coimbra – D. Sennando e a Sé Velha”; in *Sé Velha de Coimbra. Culto e Cultura*, Coimbra: 11-39.

COELHO, Maria Helena da Cruz ; VENTURA, Leontina

1987 a – “Vataça. Uma Dona na Vida e na Morte.”; in *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, vol. I, Porto: 159 -193.

1987 b – “Os bens de Vataça. Visibilidade de uma existência.”; in *Revista de História das Ideias*, vol. 9. Coimbra, 33- 77.

CORREIA, Virgílio

1934 – “Arquitectos de Coimbra. Os construtores da Sé Velha.” (Conferência lida no curso de férias da Faculdade de Letras de Coimbra, em 17 de Agosto de 1934); in *Gazeta de Coimbra*. 30 Agosto, 1 e 4 Setembro de 1934.

COSTA, Avelino de Jesus da

1949 – *Fragmentos preciosos de códices medievais*. Braga, Edições «Bracara Augusta»

1983 – “A biblioteca e o tesouro da Sé de Coimbra nos séculos XI a XVI”, sep. do *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, nº 38. Coimbra.

COSTA, Madalena Cardoso da

2004 - “O Museu da Sé de Coimbra”; in *Arquivo Coimbrão*, Boletim da Biblioteca Municipal, vol. XXXVII, Coimbra: 45-192.

CÚSTODIO, Jorge

1993 – “Salvaguarda do Património – Antecedentes Históricos: de Alexandre Herculano à Carta de Veneza (1837-1964)”; in *Dar Futuro ao Passado*. Lisboa, I.P.P.A.R.: 33- 71.

CRUZ, Manuel Braga da

2000 – “Igreja e Estado. III- Época contemporânea”; in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, direcção de Carlos Moreira Azevedo, Círculo de Leitores e Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, vol. II: 401-411

DAVID, Pierre

1943 - *A Sé Velha de Coimbra. Das origens ao século XV*. Porto, Portucalense Editora.

FERNANDES, José Alberto Rio

2005 – “Reabilitação de centros históricos e reutilização da cidade: o caso de Porto-Gaia”; in *Conservar para quê?*. coordenação de Vítor Oliveira Jorge, Porto. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Departamento de Ciências e Técnicas do Património. Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto (Fundação para a Ciência e a Tecnologia), 213-230.

FIGUEIREDO, A. C. Borges de  
1886 – *Coimbra antiga e moderna*. Lisboa.

FONSECA, Fernando Taveira da  
2005 – “A Sé Velha no tempo do consulado Pombalino”; in *Sé Velha de Coimbra. Culto e Cultura*. Coimbra: 257-271.

GONÇALVES, António Nogueira  
1938 – *Novas hipóteses acerca da arquitectura românica de Coimbra*. Coimbra.  
1942 – *A Sé-Velha Conimbricense e as inconsistentes afirmações histórico-arqueológicas de M. Pierre David*. Porto.  
1984- *Estudos de Ourivesaria*, Porto, Paisagem Editora.

GARRIGÓS, Rosa Campillo  
1998 - *La gestión y el gestor del Patrimonio Cultural*, Editorial KR

*GRANDE DICIONÁRIO da Língua Portuguesa* (coordenação de José Pedro Machado, Lisboa, Círculo de Leitores, 1991, tomo II, 334, **apontador**)

HERNÁNDEZ, Francisca Hernández  
1998 - *Manual de Museologia*. Madrid, Editorial Síntesis.  
2002- *El patrimonio cultural: la memoria recuperada*, Gijón, Ediciones Trea

*INVENTÁRIO da Colecção. Museu Nacional de Machado de Castro. Ourivesaria. Séculos XVI –XVII*. Ministério da Cultura, Instituto Português de Museus, 1992

*INVENTÁRIO do Museu Nacional de Machado de Castro. Colecção de Ourivesaria Medieval séculos XII –XIV*. Ministério da Cultura, Instituto Português de Museus, 2003

*INQUÉRITO aos Museus em Portugal*. Instituto Português de Museus, Ministério da Cultura, 2000.

JUSTICIA, Maria José Martínez

2001 – *Historia y Teoria de la Conservación y Restauración Artística*. Madrid, Tecnos, segunda edição.

*LIVRO DAS KALENDAS (Liber Anniversariorum Ecclesiae Cathedralis Colimbriensis*, 2 vols., lido por Pierre David e Torquato Sousa Soares, Coimbra, 1947-1948.

*LIVRO PRETO da Sé de Coimbra*, ed. critica por Pe Avelino de Jesus da Costa, Leontina Ventura e Maria Teresa Veloso, 3 vols., Coimbra, Arquivo da Universidade, 1977-1979.

MACEDO, Francisco Pato de

1995 – “ O descanso eterno. A tumularia”; in *História da Arte Portuguesa*, direcção de Paulo Pereira, vol.I, Círculo de Leitores: 435-455.

2005 – “A Sé Velha na conjugação do Românico e do Gótico”; in *Sé Velha de Coimbra. Culto e Cultura*. Coimbra: 43-63.

MORUJÃO, Maria do Rosário

2005 a – *A Sé de Coimbra: a Instituição e a Chancelaria (1080 – 1318)*, (Dissertação de doutoramento, policopiada, apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra). Coimbra.

2005 b – “A Prelazia de Coimbra no contexto de afirmação de um reino (1080 – 1318)”; in *Sé Velha de Coimbra. Culto e Cultura*. Coimbra: 193-222.

NASCIMENTO, Aires Augusto

1977 – *Livro de Aautos*. Lisboa.

NETO, Maria João Baptista

1992 – “Elementos para o restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XIX” in *Lusíada*, Revista de Ciência e Cultura (Universidade Lusíada), Série de História, nº2-Abril/1992. Edição Especial: 218-231.

2001- *Memória, Propaganda e Poder. O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*, Porto, Faup Publicações.

2002 – “Carta de Cracóvia 2000. Os princípios de restauro para uma nova Europa”; in *Estudos / Património*, nº3, Lisboa, IPPAR: 93-99.

2006 – “A propósito da Carta de Veneza (1964-2004). Um olhar sobre o património arquitectónico nos últimos cinquenta anos”; in *Estudos / Património*, nº9, Lisboa, IPPAR: 91-99.

PIMENTEL, António Filipe

2005 – “A sagração do Reino: em torno do(s) projecto(s) da Sé Velha”; in *Sé Velha de Coimbra. Culto e Cultura*. Coimbra: 97- 138.

RAMOS, António de Jesus

2000 – “Diocese de Coimbra”; in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, direcção de Carlos Moreira Azevedo, Círculo de Leitores e Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, vol. I: 387-399.

2005 – “Sé Velha: o regresso à beleza antiga – obras de restauro de 1893 a 1902”; in *Sé Velha de Coimbra. Culto e Cultura*. Coimbra: 276-299

REAL, Manuel Luís Campos de Sousa

1974 – *A Arte Românica de Coimbra (Novos dados – Novas hipóteses)*, (Dissertação de Licenciatura em História pala faculdade de Letras do Porto). Porto.

RODRIGUES, Manuel Augusto

1993 – “Apresentação”; in reedição da obra de António de Vasconcelos *A Sé Velha de Coimbra* (1930, I). Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra: XIX.

ROSMANINHO, Nuno ; BOTTO, Margarida Donas

1993 – “O restauro da Sé Velha de Coimbra (1893- c.1935)”; in *Vértice*, II série, 54 /Maio-Junho 1993: 23-31.

ROSSA, Walter

2001 – *Diversidade. Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*, (Dissertação de doutoramento, policopiada, apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra). Coimbra.

SANTOS, Joaquim Rodrigues dos

2008 – “Alexandre Herculano: a idealização de uma imagem do ‘Castelo Medieval Português’”; in *Biblos* n.s.VI, Revista da Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra: 441-460.

SANTOS, Reinaldo

1944 – “Sé Velha”; in *Guia de Portugal* 3º volume Beira, I Beira Litoral: 237 -248.

SERRA, Carlos

2001 – “*António Augusto Gonçalves: o percurso museológico.*” Carlos Serra, (Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra). Coimbra.

SILVA, Rebelo da

1853 – *O Panorama*, tomo X.

SIMÕES, Augusto Filipe

1870 – *Relíquias da arquitectura romano-bizantina em Portugal*. Lisboa.

SOARES, Clara Moura

2001 – *O Restauro do Mosteiro da Batalha. Pedreiras Históricas, Estaleiro de Obras e Mestres Canteiros*. Leiria, Magno Edições.

TIMOTHY, Dallen J. ; OLSEN, Daniel H.

2006 – *Tourism, Religion and Spiritual Journeys*. Londres/ Nova Iorque, Routledge.

VASCONCELOS, António de

1895 – “Sé-Velha de Coimbra. I- Os túmulos da capela-mór e II- Inscrições Lapidares”; in *O Instituto*, XLII: 6-24, 68-81 e 257-270, 684-689.

1929- “Fragmento precioso dum códice visigótico”; in *Biblos* , vol V: 245-273

## **Websites consultados**

[www.international.icomos.org/e\\_charte.htm](http://www.international.icomos.org/e_charte.htm) (28 Outubro 2009; 18.03).



## ANEXO A

### Os «Tesouros da Sé»: a memória recuperada.

O património móvel actualmente conservado na Sé Velha não reflecte a riqueza deste templo que foi, durante muitos séculos, catedral duma cidade com a importância de Coimbra. Possuindo todas as igrejas um conjunto, mais ou menos numeroso e rico, de alfaias, ornamentos e livros necessários à realização dos actos litúrgicos, pode imaginar-se a quantidade e o valor do tesouro que se foi acumulando.

Nos rituais religiosos a preciosidade das alfaias, a cor dos ornamentos e vestes, o aroma do incenso e a melodia da música assumiam um significado simbólico, em que tudo devia concorrer para a glória de Deus. Mas desse manancial, simultaneamente material e espiritual, apenas uma parte chegou aos nossos dias e a maioria das peças que subsistem encontram-se noutros locais. No entanto, mesmo quando faltam os objectos, ainda é possível recuperar a memória da sua existência e do seu esplendor pelas referências e descrições registadas em documentos, como, por exemplo, os Inventários onde se arrolavam todas as peças que estavam à guarda do tesoureiro da Sé. O mais antigo inventário conhecido data de 1393, mas há referências a inventários anteriores. A documentação permite acompanhar o progressivo enriquecimento desse acervo e, ao mesmo tempo, observar como, por razões diversas, algumas peças foram desaparecendo.

Entendido em sentido lato, o tesouro da Sé não se resume à prataria e outros objectos feitos de materiais preciosos. Os paramentos, a pintura, a escultura, os livros litúrgicos constituem, entre outros, testemunhos significativos do valor artístico e histórico do património reunido pelo Cabido, ao longo de sete séculos.

Os contributos mais importantes devem-se sobretudo a numerosas doações e legados quer de fiéis que o tempo, por vezes, tornou anónimos quer de reis e bispos entre os quais avultam os nomes de D. Afonso Henriques e D. Afonso III, D. Miguel Salomão e D. Jorge de Almeida. Muitas foram também as aquisições feitas pelos cónegos, sobretudo em períodos de vacância, como aconteceu entre 1717 e 1739.

As peças mais antigas de que há notícia perderam-se. São elas o conjunto de relicários trazidos de Jerusalém, Constantinopla e Roma e doados pelo bispo D. Gonçalo Pais, falecido em 1127; os anéis legados pelo bispo D. Egas Fafes (1247-1267) que lhes atribuía propriedades curativas; uma cruz cravejada de partículas do Santo Sepulcro encomendada por D. Miguel Salomão durante o seu episcopado (1162-1176) e um cálice que o mesmo prelado mandou executar por ordem de D. Afonso Henriques. Sabe-se que estas últimas peças foram roubadas. Para lá de outros valores que as distinguiam, eram feitas de ouro, o que aumentava o seu interesse, pois a ourivesaria sacra que integrava o tesouro da Sé era, na sua quase totalidade, de prata, quase sempre dourada. Além dos furtos frequentes (havendo registo de um bastante gravoso, ocorrido em 1528) outros factos contribuíram para empobrecer o acervo – o desgaste provocado pelo uso, a mudança de gosto e a necessidade régia de cunhar moeda conduziram à fundição de muitos objectos artísticos. Neste particular, o maior desfalque conhecido aconteceu em 1476 quando D. Afonso V requisitou, por empréstimo, a prata de todas as catedrais, igrejas e mosteiros do reino para acudir aos gastos na guerra com Castela. Entre as perdas mais lamentáveis, assinala-se a imagem de prata dourada, da Virgem com o Menino ao colo, pesando cerca de 10kg., conforme foi registado num inventário do séc. XIV.

Outro rude golpe na unidade do tesouro deveu-se à mudança, em 1772, do título catedralício para o edifício da Companhia de Jesus que assim passou a chamar-se Sé

Nova. A partir de 1882, o bispo D. Manuel de Bastos Pina organizou aí o Museu das Pratas o qual incluía não só os melhores exemplares da ourivesaria e paramentaria que eram pertença do Cabido, mas também muitos outros oriundos dos extintos conventos da diocese.

Posteriormente, todo esse espólio foi integrado no Museu de Machado de Castro, ainda de criação recente (1911). Entre as peças que podem ser vistas, em exposição permanente, algumas há que ilustram bem, só por si, o nível artístico do que foi o tesouro da Sé de Coimbra, do séc. XIV ao séc. XVIII. Entre as mais antigas, avultam o relicário gótico cilíndrico (MNMC 6076) e aquele (MNMC 6077) que o Deão João, médico do Infante D. Pedro, ofereceu à Virgem, bem como a cruz processional (MNMC 6078) feita de acordo com a vontade expressa do bispo D. Fernando Coutinho, falecido em 1429, e que para isso legou à Sé «setenta e tantos marcos de prata» (c. 16kg).

O séc. XVI é o mais extensamente representado, testemunhando a generosidade das doações feitas pelo bispo mecenas D. Jorge de Almeida (vejam-se, por exemplo, MNMC 6091 e 6093), da qual não desmerecem outras notáveis dádivas isoladas: o cálice manuelino MNMC 6081; o gomil e a salva, também manuelinos (MNMC 6092) que pertenceram, por herança, a D. Frei Álvaro de S. Boaventura (1672 – 83); o cálice, patena e concha, em ouro maciço, oferecidos pelo bispo D. João Soares (MNMC 6095).

Do período de Seiscentos, o maior destaque vai para a cruz de azeviche (MNMC 6133), de raras dimensões, encomendada pelo mesmo bispo S. Boaventura e pela primeira vez saída em procissão do Cabido, na Sexta-feira Santa de 1682.

Na exposição do Museu Nacional de Machado de Castro, dois bustos notáveis, de Santa Catarina e Santo António (MNMC 6599 e 6598) irão certamente reter a atenção do visitante. Por incompreensível distração ou insensibilidade, os responsáveis

pela integração do acervo do Museu das Pratas, no museu estatal, não tomaram consciência de que a saída destas peças amputava o conjunto a que pertenciam e que se manteve na nova catedral até aos dias de hoje.

Trata-se da banqueta monumental de prata produzida na primeira metade do séc. XVIII por encomenda do Cabido com projecto de autor desconhecido mas por alguns especialistas atribuído a João Frederico Ludovice. Este artista de origem alemã, depois de viver em Itália, estabeleceu-se em Lisboa em 1700 como ourives, no entanto ficou famoso pelas obras de arquitectura como o Convento de Mafra.

Ainda no campo da ourivesaria, é de salientar a capa de missal (MNMC 6182) em veludo carmesim, decorada com aplicações de prata mostrando, ao centro, o brasão de D. Frei Álvaro de S. Boaventura.

No mesmo museu guardam-se alguns exemplares têxteis suficientes para que imaginemos a elevadíssima qualidade da paramentaria usada nos ofícios religiosos da Sé de Coimbra e na sua decoração. Basta para isso considerar os pluviais com número de inventário MNMC 6419 e 6361 (respectivamente da primeira metade do séc. XVI e do séc. XVII) ou a tapeçaria (MNMC 6050) realizada por uma oficina de Bruxelas também na primeira metade de Quinhentos.

Da pintura, conservam-se as dez tábuas (MNMC 2578 a 2587) realizadas por Simão Rodrigues e Domingos Vieira Serrão por encomenda do bispo D. Afonso Castelo Branco para a sua sacristia, c. 1605-1608.

A escultura está representada por duas das mais reputadas obras da imaginária devocional portuguesa: a Virgem do Ó (MNMC 645) saída das mãos de Mestre Pêro, no séc. XIV e a Virgem da Anunciação (MNMC 3441) que o presumível “Mestre dos Túmulos Reais” executou, na década de 1520, para a Capela de Santa Maria.

Na sequência das obras de restauro realizadas nos finais do séc. XIX, transitaram para o Museu muitos dos azulejos sevilhanos pertencentes ao programa decorativo de D. Jorge de Almeida, bem como fragmentos do tecto (MNMC 12178 e 12179) do coro alto de desenho mudéjar muito próximo de alguns dos azulejos (MNMC 1401).

Muitos outros testemunhos mais modestos da história da Sé e dos seus bispos recolheram ao Museu Nacional de Machado de Castro, alguns deles tocantes pelo seu significado espiritual como o fragmento de mitra proveniente do túmulo de D. Estêvão Anes Brochado, bispo falecido em 1318.

Num registo muito diferente se podem encontrar outras achegas valiosas para a recuperação da memória do património da Sé de Coimbra. Referimo-nos aos livros.

O Cabido possuía um *scriptorium* onde se copiavam e redigiam livros, a que se juntavam os adquiridos fora e as doações e legados. A escola catedralícia, porventura criada logo em finais do séc. XI, por D. Paterno, constituiu outro factor de enriquecimento e diversidade de conteúdos desta biblioteca. Embora os livros litúrgicos (sacramentários, evangelários, antifonários, missais, etc) predominassem, não faltavam obras dos Doutores da Igreja como Santo Agostinho, Gregório Magno e Isidoro de Sevilha ou de escritores latinos. A par da Sagrada Escritura, estudava-se Direito (canónico e civil), as disciplinas do *trivium* (gramática, retórica e dialéctica) e do *quadrivium* (aritmética, música, geometria e astronomia).

Porém, a exacta identificação de cada obra raramente é possível, pois os testamentos e inventários apenas indicam, em regra, o nome do autor e o título mais conhecido. No campo da música, um inventário datado de 1635, elencando os livros de canto d' órgão então existentes na Sé permite constatar como a organização musical estava ali desenvolvida.

De tão vasto acervo pouco se conserva. O carácter frágil do pergaminho e do papel, os empréstimos frequentes sem retorno, a destruição de obras caídas em desuso (por exemplo, as escritas em letra visigótica ou os pesados códices de pergaminho), a reutilização das peles são algumas das causas que explicam as lamentáveis perdas do espólio bibliográfico e documental daquele que, ombreando com o rival mosteiro de Santa Cruz e, mais tarde, com a Universidade, foi um importante pólo de cultura e de ensino.

Vale a pena recordar o que ainda é possível consultar.

O Livro das Kalendas é um obituário que regista, dia a dia, as obrigações e encargos do cabido, constituindo uma importante fonte de notícias sob diversos aspectos. Contém três tipos de anotações. Nos assentos litúrgicos depois da indicação da data segundo a calendarização romana, transcreve-se o texto do Martirológico relativo aos santos desse dia. Nos assentos necrológicos arrolam-se as comemorações necrológicas dos benfeitores da Sé indicando-se a data do óbito, as mercês feitas assim como as obrigações de sufrágios contraídas pelo cabido. Nos assentos complementares, foram-se escrevendo, em tempos sucessivos, notícias necrológicas de novos benfeitores, legados instituídos, excertos de testamentos, etc.

O original do Livro das Kalendas, escrito em pergaminho no século XIII e XIV, encontra-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Neste exemplar foi intercalado um caderno que indica as doações feitas pelo bispo D. Jorge de Almeida à sua Sé em 1522 e 1523. Estas generosas dádivas incluíram paramentos, tapeçarias, alfaias e vasos de prata dourada.

A Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra possui um apógrafo do século XVII em papel de linho, mas não é uma cópia exacta e as indicações cronológicas foram reduzidas da era de César para a era do Nascimento de Cristo.

Em 1947- 1948 Pierre David e Torquato de Sousa Soares publicaram uma edição crítica do *Liber Anniversariorum Ecclesiae Cathedralis Colimbriensis*.

O Livro Preto, ficou assim conhecido devido á cor negra da sua capa. Trata-se de um cartulário (uma colectânea de documentos), que regista doações, vendas, testamentos e outros diplomas que fornecem variadas informações sobre a Sé, o Cabido e os seus bens; além disso constitui uma fonte importante para a história da Idade Média, sobretudo da região de Coimbra.

O original do século XII encontra-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. O Arquivo da Universidade de Coimbra conserva uma cópia do século XVIII. Entre 1977 e 1979 o Arquivo da Universidade de Coimbra promoveu a edição crítica do Livro Preto da Sé de Coimbra.

**Ilustração com as seguintes fotografias:**

- Censual do Bispado de Coimbra (doc. do cofre nº11)  
Fólio 1
  
- Livro da cadeia (doc. do cofre nº27)  
Capa, incluído a cadeia  
Fólio 15v ou 182v, para ver capitais decoradas e notação musical.
  
- Livro de orações (doc. do cofre nº43)  
Fólio com a legenda «Este libro he do Cabido da See de Coibra. d.d.»
  
- Livro Preto (Capa)
  
- Livro das Kalendas (Capa)
  
- Relicário do deão João (MNMC 6077)
  
- Relicário gótico (MNMC 6076)
  
- Cruz processional (MNMC 6078)
  
- Cálice manuelino (MNMC 6081)
  
- Custódia, doada por D. Jorge de Almeida (MNMC 6091)
  
- Cruz processional de azeviche (MNMC 6133)
  
- Busto de Santo António (MNMC 6598)
  
- Busto de Santa Catarina (MNMC 6599)
  
- Cálice, patena e concha (MNMC 6095)

- Caldeirinha de água benta (MNMC 6093)
  
- Gomil e salva (MNMC 6092 e 6092 A)
  
- Capa de missal (MNMC 6182)
  
- Carteira de presenças corais (MNMC 6112)
  
- Painel de azulejos, motivos vegetalistas (MNMC 5750)
  
- Painel de azulejos, laçarias (MNMC 5752)
  
- Painel de azulejos, laçarias (MNMC 1401)
  
- Tectos de madeira provenientes da Sé Velha (MNMC 12178 e MNMC 12179)
  
- Pluvial (MNMC 6419)
  
- Pluvial (MNMC 6361)
  
- Tapeçaria (MNMC 6050)
  
- Escultura da Virgem da Anunciação (MNMC 3441)
  
- Escultura da Virgem do Ó (MNMC 645)
  
- Pinturas da sacristia
  - Anunciação (MNMC 2578)
  - Cristo a caminho do calvário (MNMC – 2587)

## **Bibliografia utilizada**

COSTA, Avelino de Jesus

1949 – *Fragmentos preciosos de códices medievais*. Braga, Edições «Bracara Augusta»

1983 – “A biblioteca e o tesouro da Sé de Coimbra nos séculos XI a XVI”, sep. do *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, nº 38. Coimbra.

GONÇALVES, António Nogueira

1984- *Estudos de Ourivesaria*, Porto, Paisagem Editora.

*Inventário da Coleção. Museu Nacional de Machado de Castro. Ourivesaria. Séculos XVI –XVII*. Ministério da Cultura, Instituto Português de Museus, 1992

*Inventário do Museu Nacional de Machado de Castro. Coleção de Ourivesaria Medieval séculos XII –XIV*. Ministério da Cultura, Instituto Português de Museus, 2003

VASCONCELOS, António de

1929- “Fragmento precioso dum códice visigótico”; in *Biblos* , vol V: 245-273

## ANEXO B

### Quadro sinóptico das intervenções da DGEMN (1923 1987)

OBRAS	ANOS
Demolição da cobertura existente sobre o terraço. Revestimento sobre as naves e transepto com tijoleira prensada.	1924* 1925 1927 1942 1946 1948 1955
Reconstrução da cobertura de telha românica sobre a abside e absidiolos e reconstituição da cimalha e beirado.	1923 1927 1929 1931 1933 1942 1946 1948
Assentamento de lagedo de cantaria nos pavimentos do <i>triforium</i> .	1959
Colocação ou reparação de vitrais e respectivos aros (na nave, absidiolos, transepto, sacristia, claustros, etc.). Colocação de redes metálicas para protecção dos vitrais.	1927 1928 1931 1932 1935 1939 1946 1948 1949 1950 1951 1952 1955 1958 1959 1960 1961*

---

\* Com a substituição de parte da cobertura, por um terraço igual ao já existente em parte da superfície, pretendia-se além de se reparar a cobertura, dar-lhe homogeneidade. A confirmar o êxito desta modificação cita-se o facto de se ter efectuado há mais de 30 anos, sem ter sido necessária até então a mais ligeira reparação.

	1962 1974
Restauro da parte exterior da abside (tapamento de portas, reconstituição de frestas, construção de paramentos de silhares em paredes e socos).	1934
Demolição do adro. Construção de escadas de acesso à porta principal e à Porta Especiosa.	1933 1934 1935
Restauro e reconstituição dos socos das fachadas poente e norte.	1961
Demolição dos anexos sobre a parte poente do claustro e reconstituição dos pisos e parapeitos.	1937 1947
Paredes do claustro: restauro dos paramentos de silhares de cantaria.	1940 1962
Galerias do claustro: restauro dos pavimentos em lagedo de cantaria.	1940 1946 1948 1955 1958 1961
Piso superior do claustro: reconstituição de todo o pavimento em lagedo de cantaria; caleiras e esgotos de águas pluviais.	1942 1948 1962 1963
Piso superior do claustro: construção de parapeito de cantaria sobre o jardim.	1962
Desmonte de altares de cantaria e retábulos de madeira embutidos nas paredes das naves laterais, entre colunas, e reconstituição dos pavimentos de silhares de cantaria das paredes com arcos sólios.	1947 1949 1950 1951
Entaipamento da ligação entre a igreja e o claustro.	1933
Restauro e reconstituição de frestas das naves laterais.	1946 1961
Construção da nova sineira. (sobre a nave leste do claustro)	1935
Arranjos e adaptação dos terrenos entre o claustro e a muralha.	1959 1960

---

\* Em 1961, procedeu-se ao restauro da parte que tinha caído do vitral figurado da fachada principal. Em 1974 procede-se a nova reparação deste vitral.

Construção de valetas nos pavimentos da cantaria da casa do capítulo e claustros, para canalização das águas de infiltração das rochas que constituem as paredes.	1946
Arranjo e adaptação da capela mortuária, no claustro, incluindo restauro de silhares de paredes e colocação de retábulos e crucifixo.	1951
Adaptação da capela baptismal, no claustro: mudança da pia, restauro e assentamento de um retábulo, reconstituição de frestas e construção de uma porta de ferro.	1951
Limpeza e restauro dos retábulos dos absidíolos e protecção com uma demão de “dypreme”.	1955
Limpeza do telhado de escamas do zimbório Colocação de vidros. Assentamento das pirâmides de cantaria (que estavam desaprumadas).	1927 1958
Reconstituição da mesa do altar da abside (com aproveitamento das colunas primitivas).	1932 1934 1951 1952
Adaptação e reintegração da sacristia, com substituição de vão de portas por janelas, beneficiação das instalações sanitárias e construção de uma escada de ligação com a residência e dependências da catequese.	1938
Revestimento das paredes da sacristia com azulejos policromados, iguais aos existentes, e restauro das cantarias.	1938 1946
Arranjo e restauro dos móveis da sacristia.	1946 1949
Limpeza das cantarias da Porta Especiosa e protecção com uma demão de “polypreme”.	1955  1961 1974
Modificação do muro de alvenaria de vedação do jardim das absides e colocação de um gradeamento de ferro, assente sobre capeado de cantaria. Arranjo do jardim.	1935 1958
Piso superior do claustro (do lado da muralha): assentamento de arcos em cantaria retirados das paredes das naves.	1946
Apeamento da rosácea em madeira, na abobada do transepto.	1946
Porta principal: colocação de um guarda vento em tapeçaria.	1946 1949 1974

Picagem e execução de novo reboco, em abóbadas e paredes (nas naves laterais da igreja, no claustro, escadaria de acesso ao claustro, etc).	1946 1947 1948 1955 1958 1961 1962
Demolição da torre sineira e reconstituição do ameado na fachada principal.	1927 1933
Limpeza de ervas (nas quatro fachadas e zimbório).	1927 1962 1964 1970 1974 1976
Lavagem de silharia de calcáreo (das fachadas).	1927 1929 1970 1974
Obras destinadas a escoamento de águas pluviais.	1927 1958 1960 1963
Obras na antiga torre: limpeza de ervas, reparação de rebocos, consolidação de muros, arranjo do pavimento, consolidação da abóbada, consolidação dos lintéis.	1962
Reparação, construção ou pintura de portas e caixilhos.	1929 1945 1946 1948 1955 1958 1961* 1962 1974
Obras de adaptação das dependências da antiga Imprensa, destinadas a salas da catequese	1938 1943 1946
Trabalhos de beneficiação de um retábulo, para estudo do problema de decomposição da pedra de calcáreo.	1973 1974

\* - Porta de madeira de castanho na varanda do conjunto da Porta Especiosa, em 1961.

Substituição de fustes em colunas do <i>triforium</i> e do claustro.	1974
Trabalhos de conservação: arranjo do claustro (incluindo ajardinamento).	1975
Limpeza do retábulo da capela-mor (pelo Instituto José de Figueiredo).	1976
Obras diversas de beneficiação ou Obras de reparação.	1977 1979
Obras de conservação	1980 1981 1982 1983 1984 1985 1987
Trabalhos fotográficos	1948 1949 1950 1951

## ANEXO C

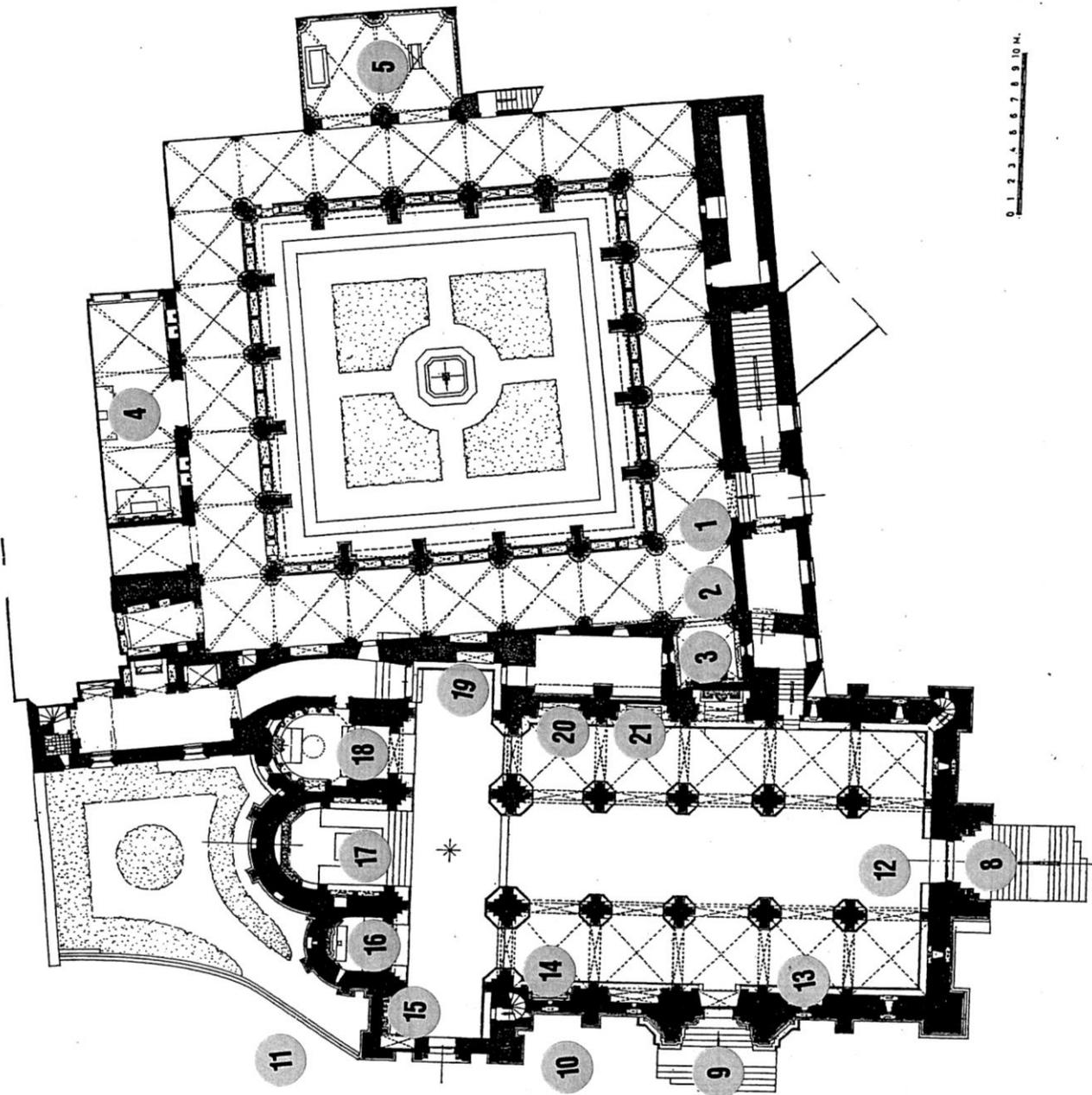
### Listagem dos locais onde será colocada Sinalética\*

1. Introdução geral
2. Claustro
3. Capela – antiga ligação á igreja
4. Capela de Santa Maria
5. Capela de S. Nicolau / Santa Catarina
6. Arcos renascença
7. Torre
8. Portal principal
9. Porta Especiosa
10. Porta de Santa Clara
11. Cabeceira, absides
12. Igreja (geral)
13. Túmulo de bispo do séc. XIV
14. Túmulo de D. Vataça

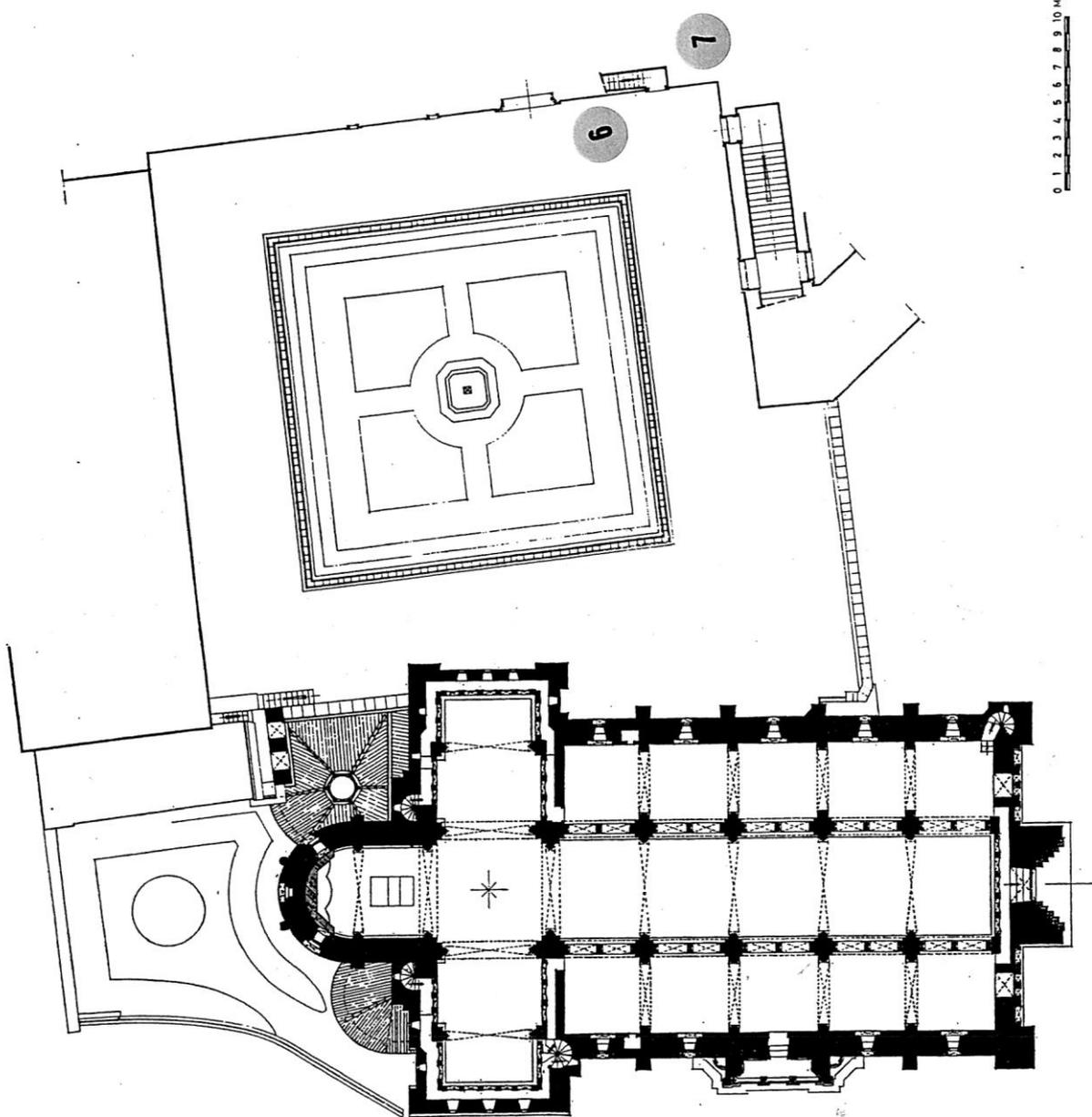
---

\* Ver plantas anexas

15. Arcossólio de D. Egas Fafes
16. Capela de S. Pedro
17. Capela mor
18. Capela do Santíssimo Sacramento
19. Túmulo do bispo D. Pedro Martins
20. Túmulo do Bispo D. Tibúrcio
21. Túmulo do Bispo D. Estêvão Brochado



Sé Velha de Coimbra — Planta ao nível da entrada



Sé Velha de Coimbra — Planta ao nível do trifório.

## ANEXO D

### Enumeração e localização dos espaços museológicos e religiosos \*

#### 1) Áreas públicas de livre acesso

- 1.1. Igreja [cinzento]
- 1.2. Recepção [amarelo]
- 1.3 Loja [amarelo]
- 1.4. Cafetaria [amarelo]
- 1.5. Instalações Sanitárias [amarelo]

#### 2) Áreas públicas de acesso condicionado

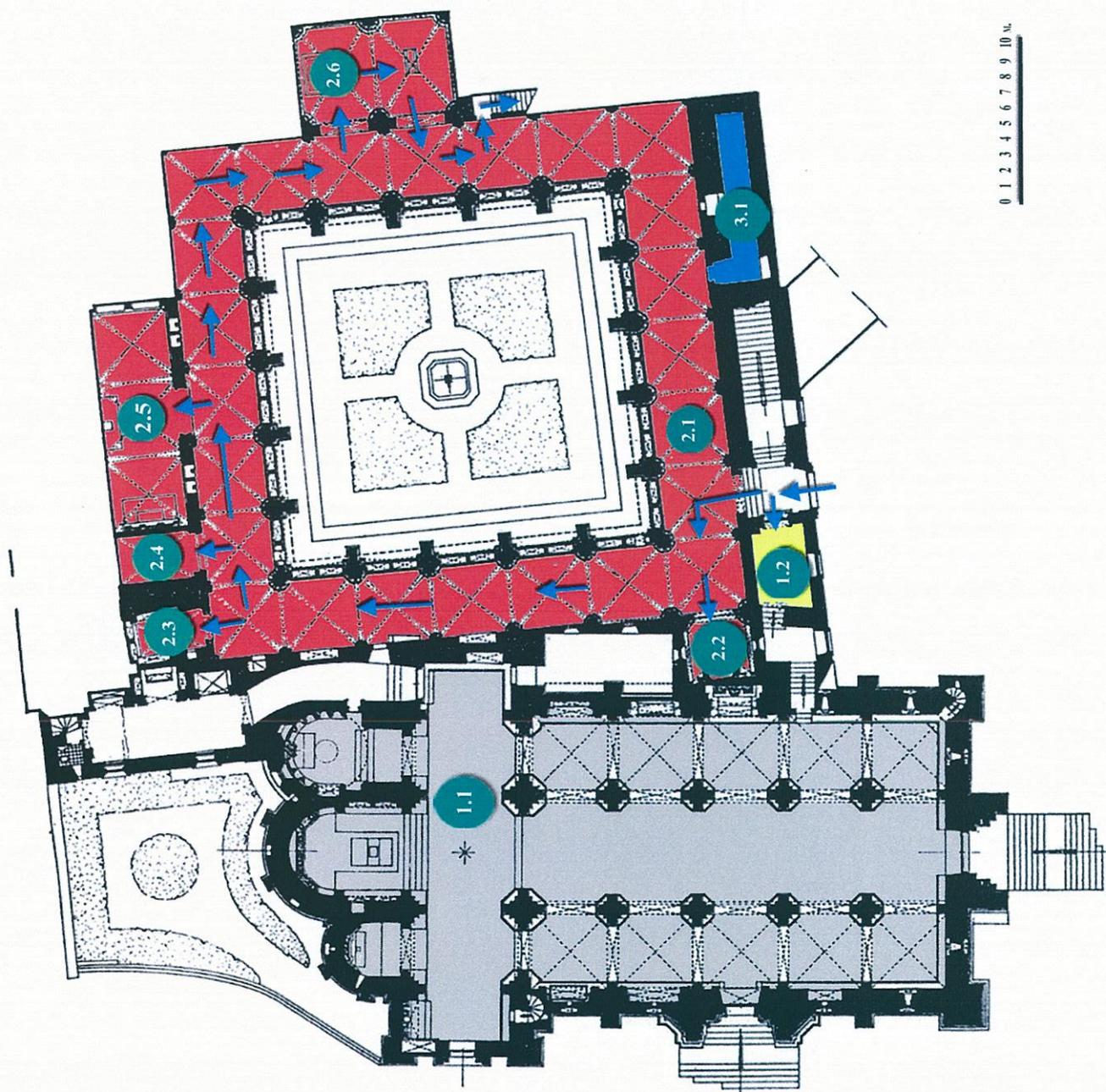
- 2.1. Claustro [vermelho]
- 2.2. Retábulo “Natal do Senhor” [vermelho]
- 2.3. Capela de S. Miguel [vermelho]
- 2.4. Capela de Santa Cecília [vermelho]
- 2.5. Capela de Santa Maria [vermelho]
- 2.6. Capela de Santa Catarina / S. Nicolau [vermelho]
- 2.7. Torre [vermelho]

#### 3) Áreas de acesso reservado

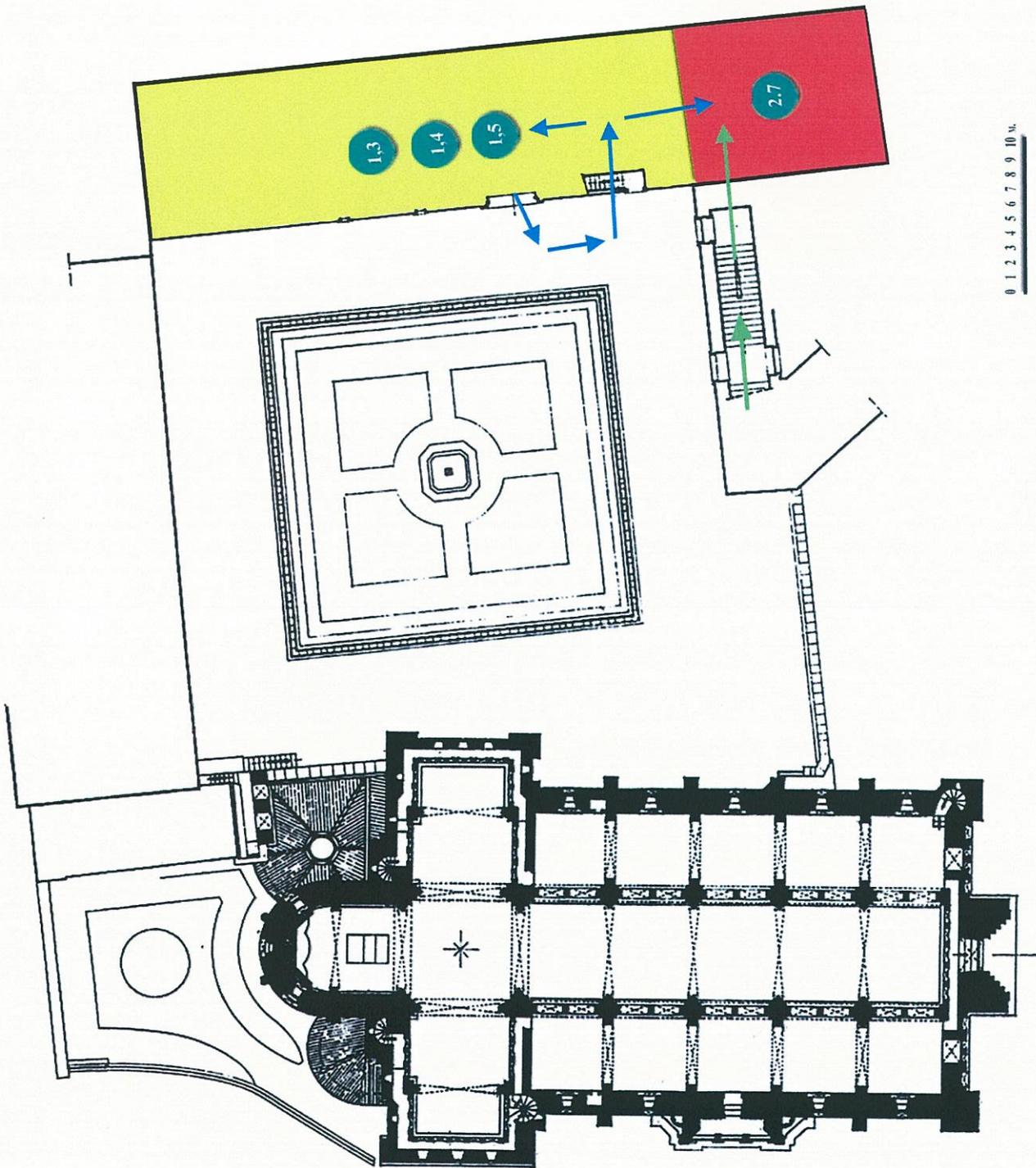
- 3.1. Espaço de arrumação/ Reserva [azul]

---

\* Ver plantas anexas



Sé Velha de Coimbra – Planta ao nível da entrada



Sé Velha de Coimbra – Planta ao nível do trifório

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 m.  
 — Percurso muscológico  
 — Percurso alternativo de acesso à Torre

## **ANEXO E**

### **Pontos de comentário de um percurso com áudio-guias**

#### **CLAUSTRO**

1. Introdução (canto noroeste): esquema construtivo, capitéis
  
2. Galeria Norte
  - 1- Retábulo “Natal do Senhor”
  
3. Galeria Este
  - 1 - Capela de S. Miguel
  - 2 - Capela de Santa Cecília
  - 3 – Capela de Santa Maria
  
4. Galeria Sul. Capela de S. Nicolau / Santa Catarina
  - 1 – Túmulo de D. Afonso Castelo Branco
  - 2 – Osteoteca de D. Sesnando
  
5. Galeria Oeste. Escada da Imprensa da Universidade
  
6. Sobreclaustro
  - 1 – Lanterna do Cruzeiro
  - 2 – Campanário
  - 3 – Arco Renascentista
  
7. Torre

## **IGREJA (EXTERIOR)**

8. Fachada Oeste. Portal principal.

## **IGREJA (INTERIOR)**

9. (à entrada) esquema construtivo, capitéis, azulejos

10. Nave do Evangelho

- 1 – Túmulo de Bispo, séc.XIV
- 2 – Túmulo de D. Vataça
- 3 – Arcossólio de D. Egas Fafes

11. Capela de S. Pedro

12. Transepto

13. Capela mor

14. Capela do Santíssimo Sacramento

15. Sacristia

16. Pia baptismal

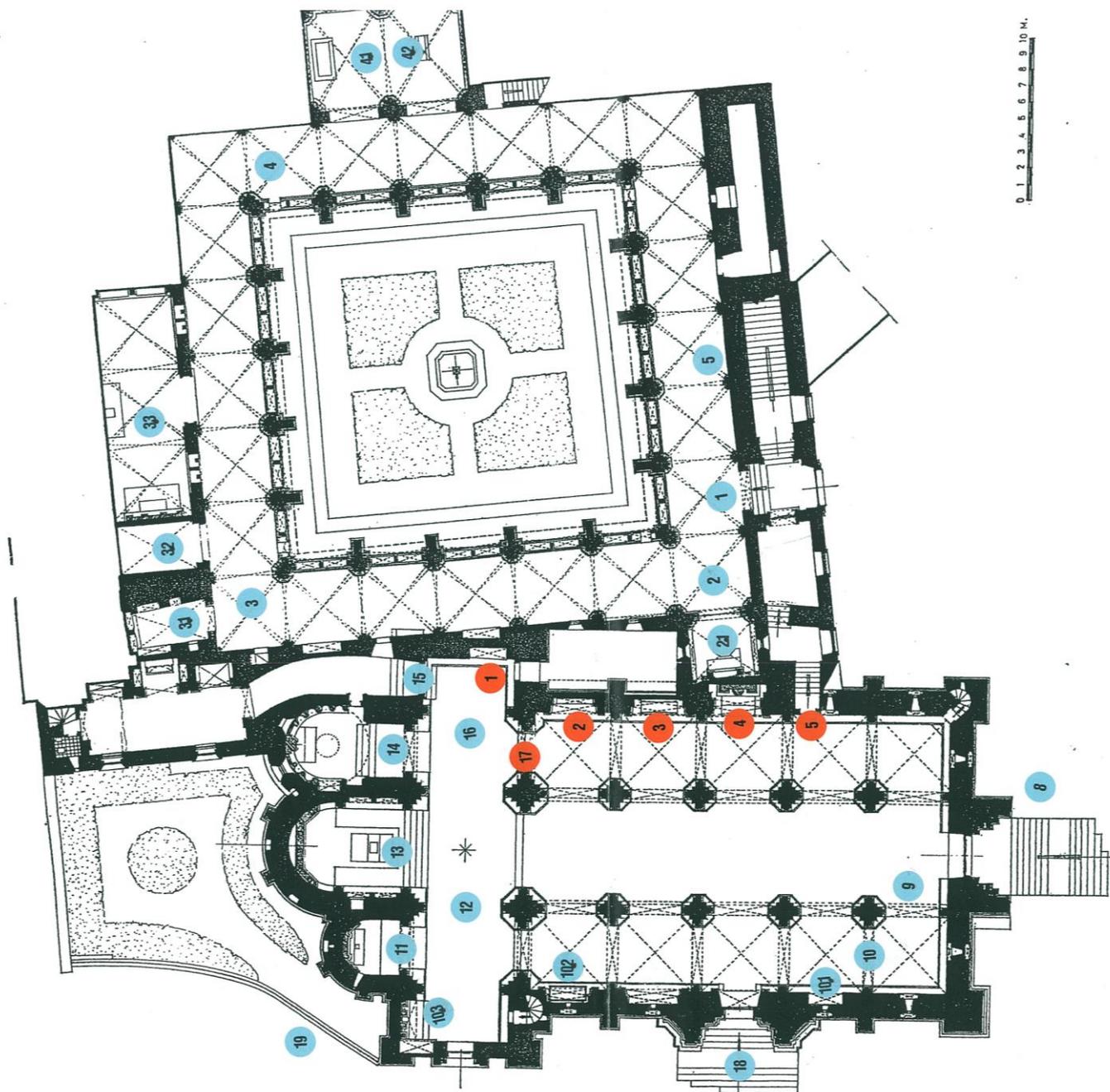
17. Nave da Epístola

- 1 – Túmulo do Bispo D. Pedro Martins
- 2 – Túmulo do Bispo D. Tibúrcio
- 3 – Túmulo do Bispo D. Estêvão Brochado
- 4 – Capela de Nossa Senhora da Conceição
- 5 - (Passagem para o claustro) Túmulo do Bispo D. Vermudo

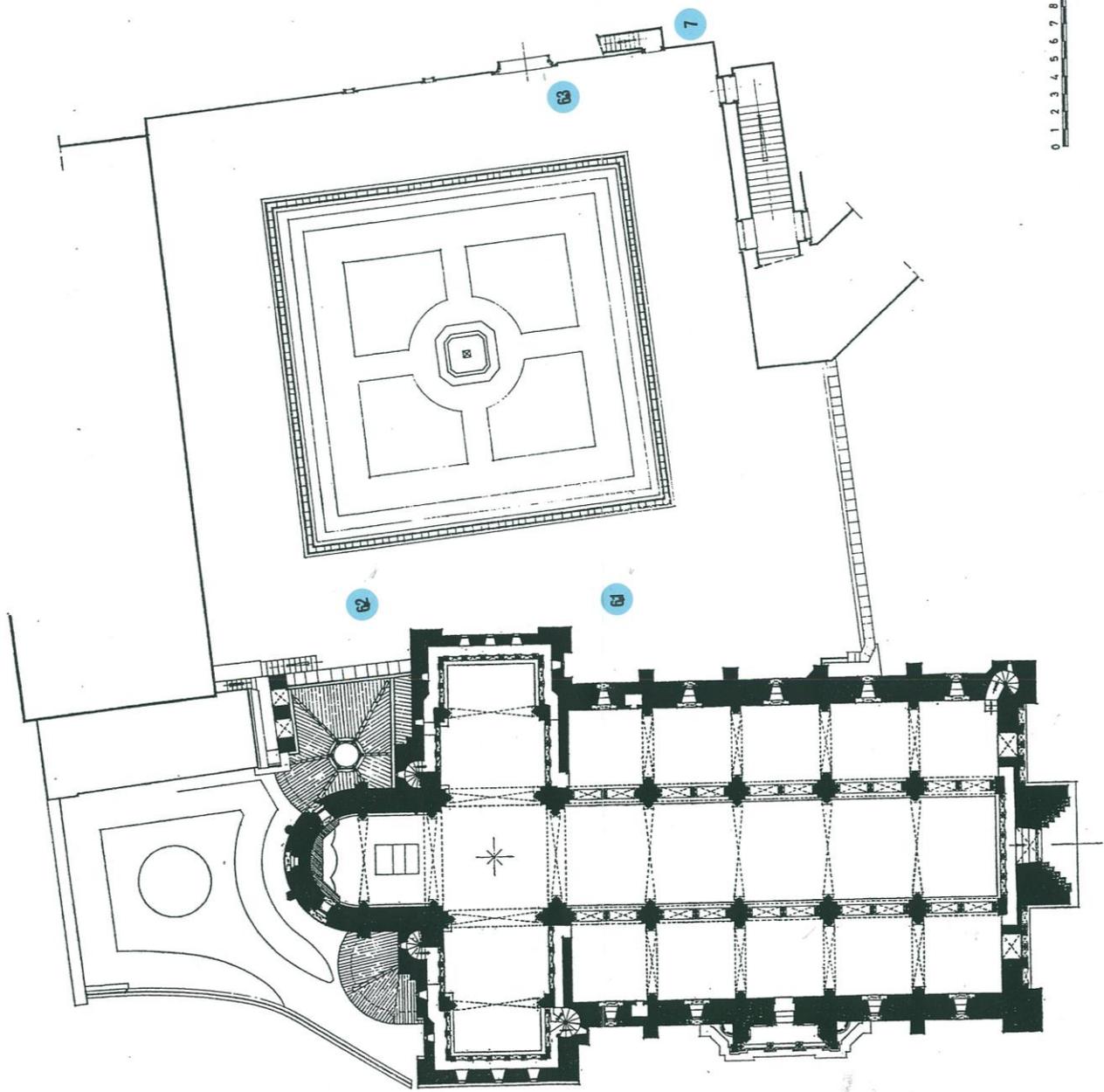
## **IGREJA (EXTERIOR)**

18. Fachada Norte. Porta Especiosa

19. Fachada Este. Absides e Sacristia



Sé Velha de Coimbra — Planta ao nível da entrada no estado actual.



Sé Velha de Coimbra — Planta ao nível do trifório.

## Anexo F

### Feira Medieval no largo da Sé Velha (Junho de 2009)

Percorrer a Feira pode ser um passeio pela



Observando todo o ambiente da época: a maneira de vestir



os produtos comercializados



Mas também a diversidade de categorias sociais



o mendigo

o mercador



os guerreiros

os bobos

Entre as diversas actividades artesanais aqui representadas



destacamos, pela sua especificidade, a produção de cotas de malha,



os materiais e...



...o próprio processo de escrita



Não faltam os divertimentos:



a música



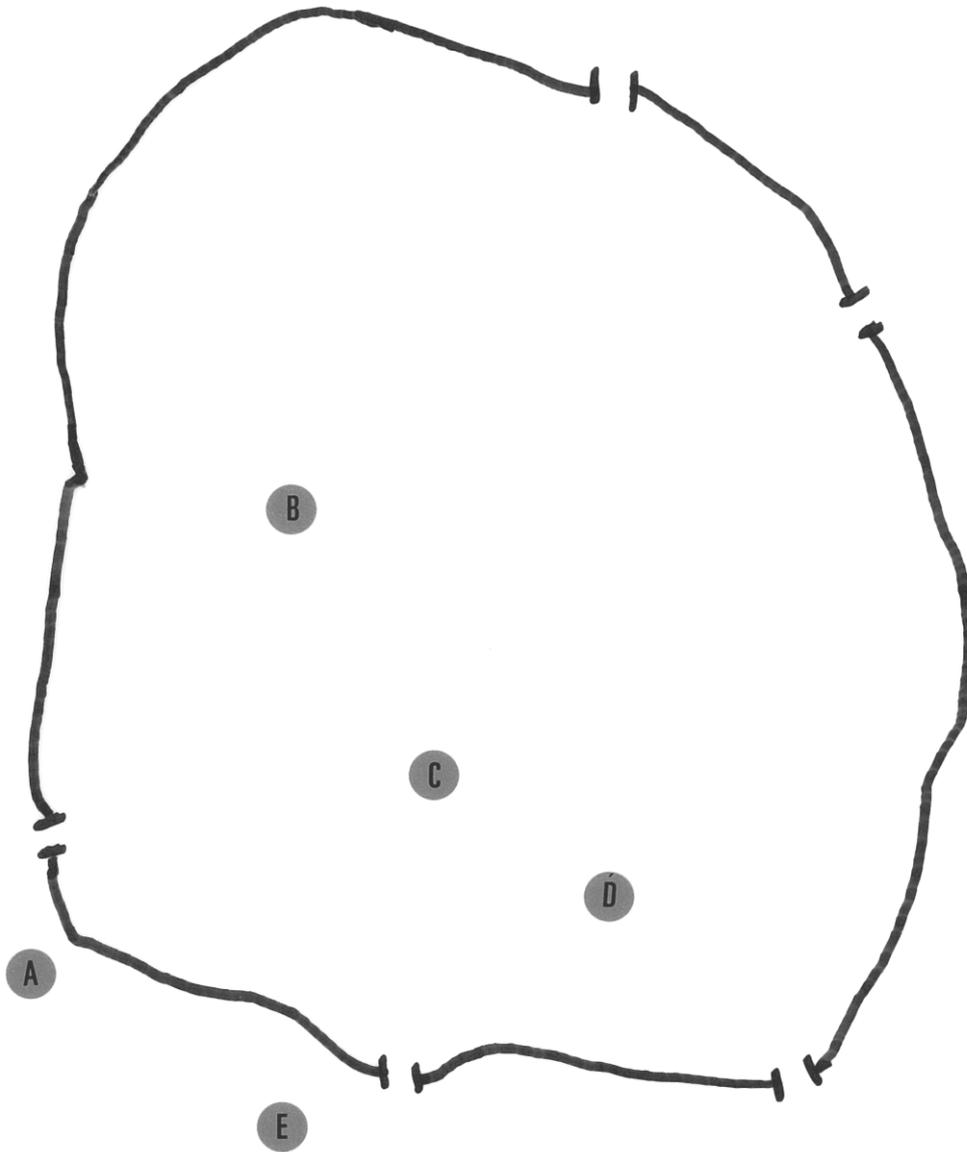
as acrobacias



as danças e outros folguedos

## ANEXO G

### Percurso pelo românico coimbrão (fase B ou afonsino)



#### *Legenda - Traçado da muralha medieval*

- A - Igreja de Santa Cruz
- B - Igreja de S. Salvador
- C - Igreja da Sé Velha
- E - Igreja de S. Cristovão
- F - Igreja de S. Tiago



A - Ig. de Santa Cruz



B – Ig. de S. Salvador



C – Ig. da Sé Velha



E – Ig. de S. Tiago



(portal lateral)



D – Ig. de S. Cristóvão

# ANEXO H

## Percurso Fotográfico

### CLAUSTRO

1. Introdução (canto noroeste): esquema construtivo, capitéis



2. Galeria Norte



- 1- Retábulo “Natal do Senhor”

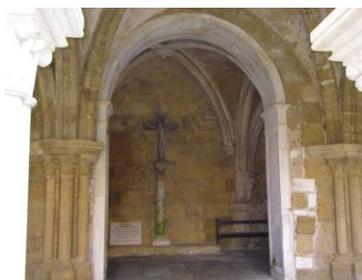
3. Galeria Este



1 - Capela de S. Miguel

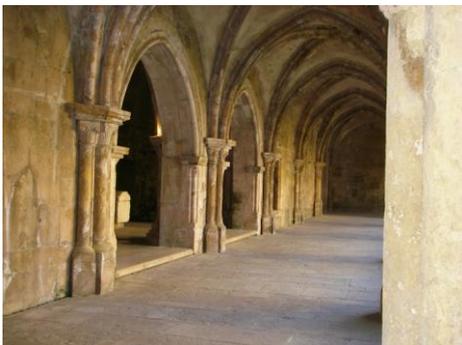


2- Capela de Santa Cecília



3 – Capela de Santa Maria

4. Galeria Sul. Capela de S. Nicolau / Santa Catarina



1 – Túmulo de D. Afonso Castelo Branco



2- Osteoteca de D. Senando

5. Galeria Oeste



Escada da Imprensa da Universidade

## 6. Sobreclaustro



1- Lanterna do cruzeiro



2- Campanário



3 – Arco Renascentista

## 7. Torre



(aspectos do interior da torre)

## IGREJA (EXTERIOR)

8. Fachada Oeste. Portal principal.



## IGREJA (INTERIOR)

9. (à entrada) esquema construtivo, capitéis, azulejos



10. Nave do Evangelho



1-Túmulo de Bispo, s.XIV



2 -Túmulo de D. Vataça

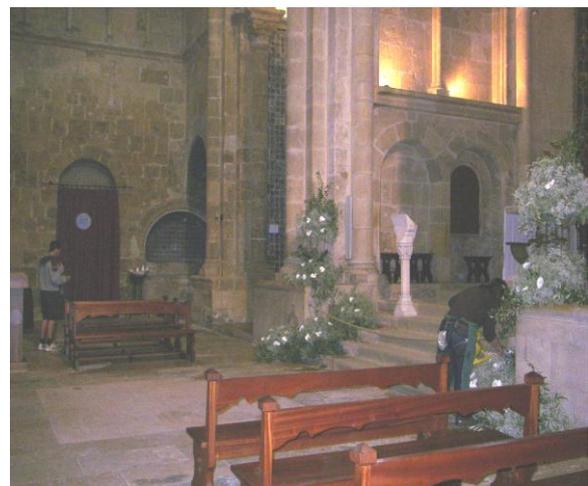


3-Arcossólio D. Egas Fafes

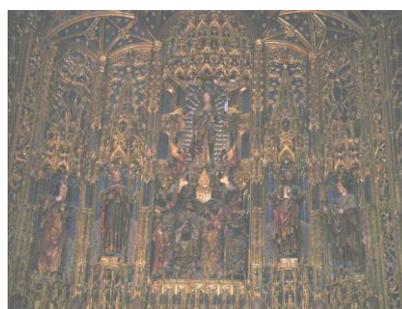
11. Capela de S. Pedro



12. Transepto



12. Capela mor



13. Capela do Santíssimo Sacramento



14. Sacristia (entrada)



15. Pia baptismal

14. Nave da Epístola



1-Túmulo do Bispo D. Pedro Martins



2 – Túmulo do Bispo D. Tibúrcio



3-Túmulo do Bispo D. Estêvão Brochado  
( durante intervenção de restauro)



4 - Capela de N. Sra da Conceição

(escada para o claustro)



5- Tumulo D. Vermudo

## IGREJA (EXTERIOR)

15. Fachada Norte. Porta Especiosa

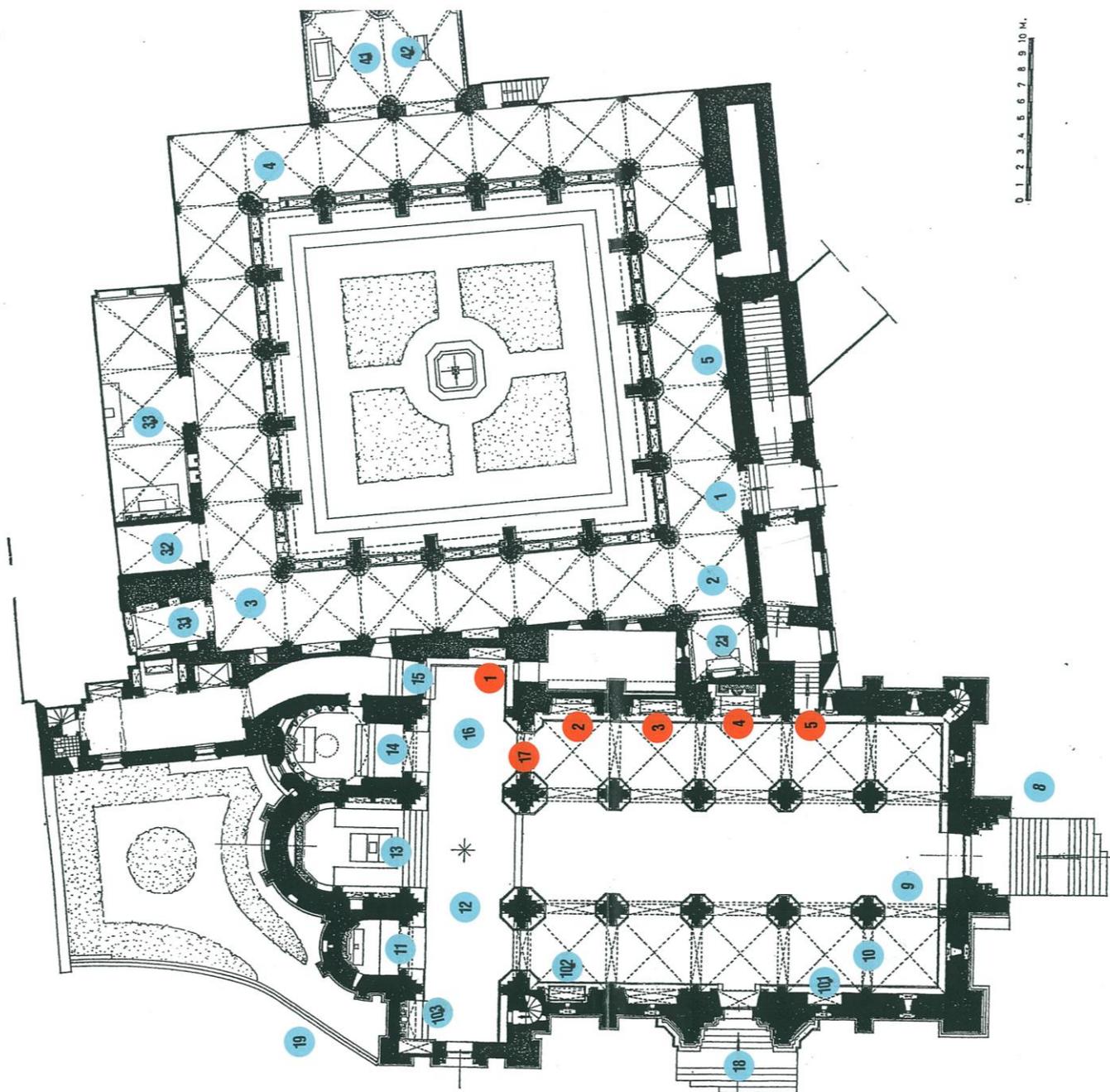


Porta de Santa Clara

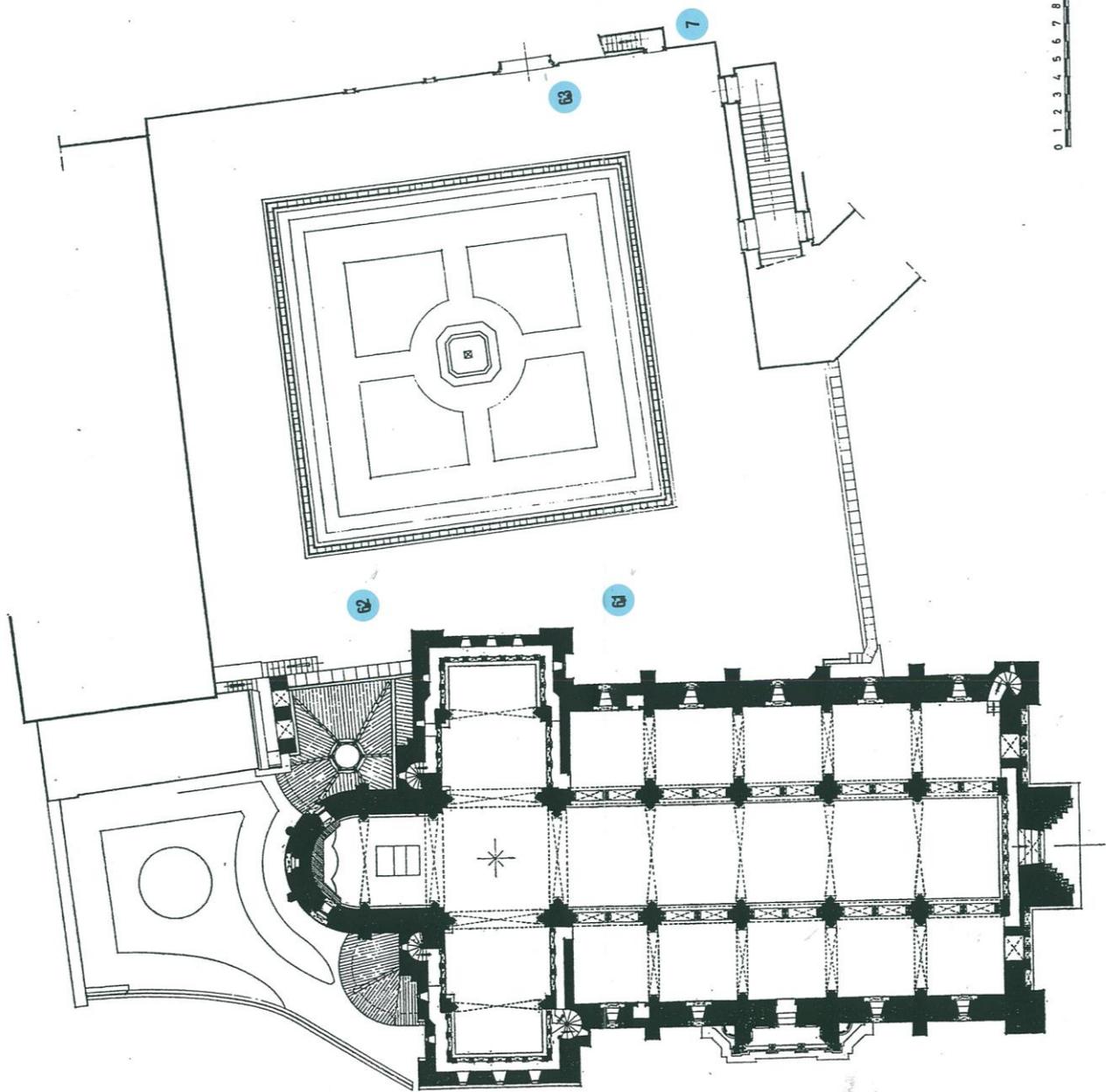


16. Fachada Este. Absides e Sacristia





Sé Velha de Coimbra — Planta ao nível da entrada no estado actual.



Sé Velha de Coimbra — Planta ao nível do trifório.